

UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

**ALICE RÊGO MATOS**

**“HÁ ALGO DE PODRE NO REINO DA DINAMARCA”:**

Análise dos impactos causados pelos discursos midiáticos diante da luta por direitos e da emancipação sócio-política da Comunidade Cajueiro em São Luís-MA

São Luís

2018

**ALICE RÊGO MATOS**

**“HÁ ALGO DE PODRE NO REINO DA DINAMARCA”:**

Análise dos impactos causados pelos discursos midiáticos diante da luta por direitos e da emancipação sócio-política da Comunidade Cajueiro em São Luís-MA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Arnaldo Vieira Sousa

São Luís  
2018

## Catalogação da Publicação na fonte

UNDB / Biblioteca

Matos, Alice Rêgo

“HÁ ALGO DE PODRE NO REINO DA DINAMARCA”:  
Análise dos impactos causados pelos discursos midiáticos  
diante da luta por direitos e da emancipação sócio-política da  
Comunidade Cajueiro em São Luís-MA. / Alice Rêgo Matos. —  
São Luís, 2018.

112f.

Orientador: Prof. Me. Arnaldo Vieira Sousa.

Monografia (Graduação em Direito) - Curso de Direito –  
Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco –  
UNDB, 2018.

I. Biopolítica. 2. Violência simbólica. 3. Mídia. 4. Mídias  
alternativas. I. Título.

CDU 340:1(812.1)

**ALICE RÊGO MATOS****“HÁ ALGO DE PODRE NO REINO DA DINAMARCA”:**

Análise dos impactos causados pelos discursos midiáticos diante da luta por direitos e da emancipação sócio-política da Comunidade Cajueiro em São Luís-MA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Aprovada em 05/12/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Me. Arnaldo Vieira Sousa (Orientador)**

Centro Universitário Dom Bosco – UNDB

---

**Prof. Me. Ruan Didier Bruzaca Vilela**

Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB

---

**Prof. Me. Viviane Vazzi Pedro**

Congresso Indigenista Missionário – CIMI

## RESUMO

Estudo sobre os discursos midiáticos e seus impactos na luta por direitos e emancipação sócio-política da Comunidade Cajueiro, em São Luís - Maranhão. O presente trabalho foi desenvolvido a partir do conceito de biopolítica formulado por Michel Foucault (2005), com o objetivo de analisar como o fenômeno biopolítico serve às sociedades modernas enquanto instrumento de poder, uma vez que atua na reprodução de condutas pré-definidas e, propositalmente, difundidas nas relações sociais. Discute-se acerca do papel que os discursos midiáticos ocupam na construção das relações sociais, sobretudo quando atuam no auxílio à reprodução do poder, enquanto violência simbólica, conforme a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (1989). A referente pesquisa tem como objetivo identificar e analisar os impactos sofridos pela comunidade Cajueiro diante da reprodução de discursos midiáticos, atinentes à sua qualificação ou desqualificação, no que tange à luta pela garantia de direitos e sua efetiva emancipação sócio-política, considerando o conflito travado contra a Empresa WPR, cujo intento é a construção de um porto privado na área da comunidade. Quanto à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e analítica, de fundamentação teórica, pautada em pesquisa bibliográfica por meio do acesso às publicações em livros, artigos científicos, dissertações e teses sobre o tema em referência. Busca-se demonstrar, a partir da análise de matérias e reportagens, qual o método de reprodução dos discursos usados e como os diferentes tipos de mídia atuam para a perpetuação de uma hegemonia instalada, ou, pelo contrário, na sua desconstrução, ainda que isso implique no surgimento de outra forma de violência simbólica, aquela que não reconhece determinados sujeitos enquanto destinatários de conhecimento e de informação. Conclui-se que, apesar da função social e política que as mídias alternativas representam para emancipação das classes sociais oprimidas, também reproduzem o discurso da cultura dominante, assim como as mídias institucionalizadas. E, portanto, ao reproduzirem o discurso dominante, ambas provocam violações do direito à comunicação dos indivíduos, assim como a supressão de outros direitos humanos.

**Palavras-chave:** Biopolítica. Mídias institucionalizadas. Mídias alternativas. Violência simbólica. Cajueiro.

## ABSTRACT

Study about the media discourses and their impacts on the struggle for rights and socio-political emancipation of the Cajueiro Community, in São Luís - Maranhão. The present study was developed from the concept of biopolitics formulated by Michel Foucault (2005), with the objective of analyzing how the biopolitical phenomenon serves to modern societies as an instrument of power, since it acts in the reproduction of pre-defined conducts and, purposely, diffused in social relations. Discusses the role that media discourses play in the construction of social relations, especially when they act to aid reproduction of power as symbolic violence, according to the theoretical perspective of Pierre Bourdieu (1989). The aim of this research is to identify and analyze the impacts suffered by the Cajueiro community in the face of the reproduction of media discourses related to their qualification or disqualification, regarding the struggle for the guarantee of rights and their effective socio-political emancipation, considering the conflict against the WPR Company, whose intent is to build a private port in the community area. As for the methodology, the research is characterized as descriptive and analytical, with a theoretical basis, based on bibliographic research through access to publications in books, scientific articles, dissertations and theses on the subject in question. It is tried to demonstrate, from the analysis of stories and reports, the method of reproduction of the discourses used and how the different types of media act for the perpetuation of an installed hegemony, or, on the contrary, in its deconstruction, although this implies the emergence of another form of symbolic violence, that which does not recognize certain subjects as recipients of knowledge and information. It is concluded that in spite of the social and political function that the alternative media represent for the emancipation of the oppressed social classes, they also reproduce the discourse of the dominant culture, as well as the institutionalized media. And, therefore, in reproducing the dominant discourse, both cause violations of the right of individuals to communicate, as well as the suppression of other human rights.

**Keywords:** Biopolitics. Institutional media. Alternative media. Symbolic violence. Cajueiro.

À todos os moradores da Comunidade Cajueiro, vítimas da violência simbólica, e a todos os ninguéns.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecer a Deus, antes de tudo, pela vida, por me proteger e me amparar e ter proporcionado todas as vitórias alcançadas até aqui.

À minha mãe, que, sem sombra de dúvidas, é a mulher mais forte que eu conheço. Mãe, você é o meu maior exemplo de amor, coragem e determinação, é a principal responsável pelo que sou hoje, e, é por saber de toda sua luta diária que sei também que apenas essas palavras aqui não serão suficientes para demonstrar o quanto eu sou grata pela sua vida. Eu te amo por tudo que você é.

Ao meu pai, agradeço pelo companheirismo, por todo amor, paciência e amizade, por abdicar de tantas coisas para poder buscar meus sonhos junto comigo. Obrigada por não medir esforços quando o assunto é minha felicidade, saiba que eu também não meço esforço algum para te ver feliz.

À minha irmã, Aléxia, por ter resistido todos esses anos comigo, por ter me apoiado em todas as circunstâncias, pela paciência, por ter me feito rir em momentos improváveis, por entender minhas falhas e por estar presente sempre. Te amo sem medidas!

Aos meus avós, pela torcida, mesmo de longe, por saber que eu sempre tenho a quem recorrer nos momentos de angústia. Amo vocês!

À Ana Paula, pela amizade sincera, no sentido mais bonito que essa palavra possa ter, por ter me aguentado todos esses anos, por comemorar e chorar comigo tantas vezes, mas principalmente por nunca ter deixado eu me sentir só.

Aos meus amigos, Dryelle, Amanda, Daniela, Marina, Renata, Teodoro, Ryan, Rayanne, Isabela, Andressa e Amanda Francisca por terem andado ao meu lado em todos os momentos, por compartilharem das mesmas angústias e preocupações e ainda assim serem capazes de ajudar e acreditar que daria certo.

Ao Arthur e à Anne, pelas palavras de apoio e conforto e por me fazerem acreditar em mim. Se foi mais fácil e leve é porque eu sabia que vocês sempre estariam aqui.

Aos meus companheiros do Pajup, Layse, Sarah, Ricardo, Glaucia, Mayara e Jordana por acreditarem que sempre é possível melhorar o mundo através de um direito que emancipa.

Aos meus queridos professores Arnaldo, Ruan, Nijar, João Carlos, Thaís, Igor e Thiago, por serem os responsáveis por despertar nosso senso crítico, nos

desafiar a questionar o mundo e a contestar as arbitrariedades que existem nele. Obrigada por serem de verdade, por nos encorajar, por nos contaminar de inquietude, e por nos levar a pensar um direito com gosto, cheiro e cor.

Aos meus professores, orientadores de NPJ e monitoria, Diego, Socorro, Carlos Anderson e Cabral, pela amizade e pelas experiências compartilhadas.

Ao meu orientador, Arnaldo Vieira, por ter me ajudado em todos os âmbitos possíveis, como coordenador, orientador, professor e amigo. Obrigada por toda preocupação, presteza, zelo e orientação. Você faz a diferença no mundo.

À tia Leoneide, pela ajuda de sempre, pelo esforço gigante, pela paciência, palavras de incentivo e por ser uma das mulheres que me inspiram.

À Gisele e Samira, por me fazerem sentir tão acolhida a ponto de fazer da coordenação minha segunda casa. Obrigada por terem sido testemunhas dos meus desesperos, crises e angústias, mas também das minhas alegrias.

Ao Pajup, agradeço por ter me apresentado a realidade do direito, sem máscaras e longe das paredes da faculdade, por ter me feito entender que essa realidade transcende discussões teóricas e abstratas e por me mostrar um direito que é capaz de dialogar com quem vive. Por ensinar, a partir disso, a conversarmos com o povo e entendermos que a ideologia nos orienta para resistirmos.

Às comunidades Eugênio Pereira, Vila do Povo, Cajueiro e Portelinha, por serem exemplos de luta e resistência e por sempre terem nos recebido com alegria, mesmo diante de tantas adversidades e injustiças.

À todos da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, meu respeito e admiração aos profissionais que fazem parte dessa instituição. Foi onde eu fiz muitos amigos e enxerguei a possibilidade de fazer minha parte para ajudar o outro. É claro que se pode fazer algo em qualquer profissão, querer fazer um pouco e usar o conhecimento em benefício de quem não teve a mesma chance é acreditar na possibilidade de um mundo melhor, e foi aqui que eu pude perceber a diferença que isso faz na vida das pessoas.

Oportunidade na qual agradeço, em especial, aos meus chefes, Fábio Marçal Lima e Kamila Barbosa e Silva Damasceno, pela paciência ao ensinar e transmitir suas experiências. São profissionais como vocês que nos inspiram e nos fazem acreditar que o mundo depois da faculdade talvez não seja tão ruim assim. Podem ter certeza que a profissional que estou me tornando tem muito de vocês. Obrigada!

*“A injustiça avança hoje a passo firme;  
Os tiranos fazem planos para dez mil anos.  
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser  
como são  
Nenhuma voz além da dos que mandam  
E em todos os mercados proclama a  
exploração;  
Isto é apenas o meu começo.*

*Mas entre os oprimidos muitos há que agora  
dizem  
Aquilo que nós queremos nunca mais o  
alcançaremos.*

*Quem ainda está vivo não diga: nunca  
O que é seguro não é seguro  
As coisas não continuarão a ser como são  
Depois de falarem os dominantes  
Falarão os dominados  
Quem pois ousa dizer: nunca  
De quem depende que a opressão prossiga?  
De nós  
De quem depende que ela acabe?  
Também de nós  
O que é esmagado que se levante!  
O que está perdido, lute!  
O que sabe ao que se chegou, que há aí que  
o retenha  
E nunca será: ainda hoje  
Porque os vencidos de hoje são os  
vencedores de amanhã”.*

*(Bertolt Brecht, Elogio da dialética)*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 BIOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO ENQUANTO CONCEPÇÕES ESTRUTURANTES DOS IDEAIS DE SOBERANIA, PODER E SUJEITO .....</b>	<b>16</b>
2.1 A ascensão da biopolítica enquanto método de adestramento dos corpos	17
2.2 Sobre vidas que importam: Você me vê como se vê? .....	22
2.3 Racismo Ambiental: a distribuição territorial da condição precária .....	28
<b>3 “O PODER É A GUERRA CONTINUADA POR OUTROS MEIOS”: as dimensões simbólicas da luta pelo território e a ascensão do fascismo desenvolvimentista .....</b>	<b>32</b>
3.1 A naturalização da violência simbólica: poder e dominação através do discurso midiático.....	33
3.2 O poder está em toda parte: o discurso midiático e a construção de uma concepção não-jurídica de poder .....	37
3.3 E se o Cajueiro fosse <i>Cashew</i> ? Por que a indignação é seletiva? .....	41
<b>4 O ENDEREÇO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: Comunidade Cajueiro, Zona Rural II, BR 135, Sudoeste da Ilha de São Luís-MA .....</b>	<b>47</b>
4.1 Com quantas vítimas se constrói um porto?: Considerações sobre o conflito travado entre a Comunidade Cajueiro e a WPR LTDA.....	48
4.2 Guerra invisível: as nuances do poder simbólico na construção do discurso midiático.....	53
4.2.1 Progresso acima de tudo, capital acima de todos: a produção simbólica do discurso desenvolvimentista através da mídia institucionalizada .....	55
4.2.2 “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”: a busca de reconhecimento da Comunidade Cajueiro através da atuação das mídias alternativas .....	58
4.3 Escutem o grito do povo: as vias de opressão na Comunidade Cajueiro ...	60
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>77</b>
<b>ANEXO A – Jornal O Imparcial: “Gigante investe R\$ 1,5 bi e gera 5 mil empregos com novo porto no MA” .....</b>	<b>78</b>
<b>ANEXO B – Jornal O Imparcial: “Solenidade marca início de obras do porto São Luís” .....</b>	<b>82</b>

<b>ANEXO C – Jornal O Imparcial: “Se inicia a construção do Porto São Luís” ....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO D – Jornal O Imparcial: “Construtora da maior ponte do mundo tem obra de quase 1 bilhão no MA” .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXO E – Blog Cajueiro Resiste: “Empresa que ameaça acabar com comunidade no Maranhão ganha autorização do governo federal para construir porto” .....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO F – Blog Pra Quem Não Sabe: “Comunidade do Cajueiro, uma das mais importantes do Maranhão e do Brasil, está ameaçada de extinção!” .....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXO G – Brasil de Fato: “A luta travada pela comunidade de Cajueiro (MA) pelo direito de continuar existindo” .....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO H – Defesa da Ilha: “Cajueiro Resiste: Para Justiça do Maranhão, defesa do meio ambiente não é questão urgente” .....</b>	<b>107</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A frase que introduz o título do trabalho, “Há algo de podre no reino da Dinamarca”, foi retirada da obra do dramaturgo inglês William Shakespeare, mais especificamente do seu livro intitulado *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca*. A referida expressão representa uma metáfora sobre a ideia de mal oculto, algo que possui uma aparência saudável, mas que na verdade esconde uma doença interior, ou mesmo a sensação de que há algo errado, ainda que assim não demonstre a realidade, seja porque mascarada ou naturalizada como apropriada.

O reino apodrecido aqui deve ser entendido como o “mal” presente nas mais diversas relações sociais, e, associado, atualmente, a discursos pautados no propósito de desqualificar sujeitos historicamente excluídos enquanto aptos a dizer o direito que lhes assiste ou a lutar para fazer valer os seus, a pretexto da garantia de uma segurança juridicamente legal.

O presente trabalho foi desenvolvido em um contexto de sociedades produtoras e reprodutoras de desigualdades, onde a expansão capitalista, pautada no desenvolvimento, ocupa o papel primordial de impulsionar o processo de precarização da vida do sujeito, evidenciado na facilidade com que as estruturas de dominação têm transformado as relações sociais em estruturas produtoras e reprodutoras de poder.

Assim, busca-se demonstrar que a atuação de agentes paralelos ao Estado que objetivam a perpetuação da lógica hegemônica instalada, atualmente constitui a regra, que é imposta muitas vezes sem reservas, em detrimento de uma parcela da população que sofre os prejuízos maciços advindos de escolhas capitalistas.

O que se pretendeu com o desenvolvimento deste trabalho foi abordar, através de alguns conceitos, como “biopolítica”, “discurso” e “alteridade”, quais os mecanismos capazes de atuar, efetivamente, na eliminação da identidade daquele que não importa ao sistema político-econômico instaurado, o que é feito através da ideia de que é preciso criar regras ou anular toda a construção do modo de vida de uma comunidade que oferece algum tipo de “risco” a quem é autorizado o domínio de certos locais.

Tal raciocínio pode significar desde a suspensão de uma ordem jurídica para determinados sujeitos de direitos, quanto a negação ou desídia na sua garantia. Diante disso, Foucault (2005) alerta para a necessidade do racismo como parâmetro

segregador institucionalizado pelo Estado, através de suas próprias ações ou mesmo através de ações de agentes externos que, veladamente, fazem as vezes do Estado.

Nesse contexto é que a luta sócio-política da Comunidade Cajueiro pelo território pode ser traduzida a partir da análise de dimensões de identidade e pertencimento étnico-racial. Aqui, introduz-se a relevância em considerar o racismo ambiental como um dos pilares para a análise das frentes que buscam deslegitimar a comunidade.

Para tanto, adotou-se para esta pesquisa algumas referências teóricas, basiladas em estudos de Foucault (1988; 2005; 2008), Bourdieu (1989; 1997) e Butler (2011; 2015; 2018), a fim de localizar o surgimento das tecnologias de poder enquanto imposições da soberania em outras sociedades e observar como isso ainda repercute na desqualificação das sociedades atuais, principalmente no que atine à violência simbólica presente em alguns discursos contemporâneos.

Diante disso é que o questionamento central do trabalho se traduz na seguinte indagação: como a reprodução de discursos midiáticos impacta a Comunidade Cajueiro, no que tange à luta pela garantia de direitos e sua emancipação sócio-política, face ao conflito travado contra a WPR, empresa responsável pela construção de um porto privado na área da comunidade?

Tendo como objetivos específicos os seguintes: identificar como são construídas as estruturas de poder responsáveis por desenvolver julgamentos e condenações através do preconceito; indagar acerca do papel do discurso e o poder de convencimento da mídia no que atine ao processo de desvalorização de certos povos em detrimento de garantias legitimadas pela violência simbólica; expor os modos pelos quais a Comunidade Cajueiro é apresentada diante dos objetivos das plataformas midiáticas e qual a contribuição dessa exposição para sua emancipação.

Vislumbra-se aqui a necessidade de uma discussão orientada pela crítica acerca da estruturação de espaços responsáveis por subjugar conhecimentos, culturas e tradições, e, também, por produzir um discurso que influencia a forma como se apreende as relações do mundo moderno.

No curso de Direito, historicamente se aprende acerca da igualdade que rege um Estado Democrático, portanto, esta pesquisa, a par dessa igualdade, não se abstém de criticar um discurso que escolhe a quem quer proteger e a quem garantir direitos, tendo em vista que, dentro do contexto político-social do Brasil, buscar garantir direitos a todos é uma decisão contramajoritária.

A escolha pela abordagem do tema “Violência simbólica e discurso midiático” surgiu da necessidade de se repensar a ordem social para além de uma noção estritamente legalista e apática, proveniente de normas e ideais que oprimem minorias através do uso de instrumentos que desqualificam discursos e sonegam direitos humanos. Nesse ínterim, é que o caso em estudo não objetivou apenas constatar o esvaziamento de um local por conta da chegada de empreendimentos, já que a violência utilizada para isso não possui este caráter unicamente, mas também expor situações em que a exclusão velada mascara essa atuação do discurso da mídia.

Quanto ao método utilizado, a pesquisa se caracteriza como descritiva e analítica, por meio de estudo de revisão teórica. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como explicativa uma vez que determina fenômenos, ao mesmo tempo em que se preocupa em buscar fundamentações da realidade para relacioná-los. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 128).

Quanto aos procedimentos, classifica-se como pesquisa bibliográfica, a partir de levantamento, seleção e uso das fontes de pesquisa publicadas em livros, artigos científicos, teses e dissertações, que, por sua vez não se limitam à área do Direito, mas também buscam subsídios em estudos sociológicos e antropológicos.

No primeiro tópico, apresenta-se um panorama acerca dos estudos de Michel Foucault sobre o processo de ascensão da biopolítica nas sociedades modernas, o que buscou-se fazer por meio de uma abordagem histórica das formas como as estruturas de poder são capazes de se resignificar para manter as sociedades expostas à práticas com claro objetivo de invisibilizar povos e esvaziar legitimamente populações do seu território.

No segundo tópico expõe-se como a atuação da mídia se reveste num papel fundamental na perpetuação da lógica da dominação simbólica e, além disso, provocar no leitor questionamentos acerca do lugar que a mídia ocupa na constituição do poder simbólico e como isso reflete no processo seletivo da indignação sobre a opressão dos corpos.

O terceiro tópico analisa dois tipos de discursos midiáticos, o institucionalizado e o alternativo, onde buscou-se demonstrar, por meio da comparação entre ambos e de aplicações práticas de seus discursos, em que medida essa atuação, consciente ou inconscientemente, concretiza a dinâmica hegemônica de subjugação de povos.

## 2 BIOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO ENQUANTO CONCEPÇÕES ESTRUTURANTES DOS IDEAIS DE SOBERANIA, PODER E SUJEITO

*“[...] desde que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência.”*

(FOUCAULT, 2005, p. 337)

Segundo Foucault (2008, p. 20), a biopolítica tem sua origem determinada por algumas transformações políticas e econômicas ocorridas durante os séculos XVIII e XIX. Ao delimitar o lapso temporal de surgimento do termo, o autor depreende que se trata de um mecanismo que tem sua ascensão aliada a uma proposta de ressignificação do conceito de poder disciplinar instaurado anteriormente. Para tanto, o referido autor, ao propor que o fenômeno biopolítico venha a ser a passagem do poder disciplinar para uma espécie de poder regulamentador, preocupa-se em não desconsiderar a técnica disciplinar sobre o indivíduo adotada nos séculos anteriores, evidenciando a possibilidade de coexistência de diferentes instrumentos de dominação, todos em nome da manutenção de um *status* já difundido.

Dada a importância que paira sobre a discussão de tal tema é que estudos sobre a biopolítica e suas implicações na vida dos cidadãos é retomada também através da perspectiva de outros autores que serão citados ao longo do presente estudo, como Agamben (2002; 2005) e Butler (2011; 2015; 2018). Ressalta-se que os referidos autores, para além das análises foucaultianas, buscaram alertar, por meio de outras abordagens teórico-metodológicas, para a capacidade que alguns mecanismos desenvolvem na administração da vida das pessoas e como isso pode implicar na redução legítima de seus direitos.

Neste tópico temático demonstra-se que muitas vezes o sucesso desse tipo de discurso se deve à sua simplicidade e sutileza, que por sua vez, são determinantes na aceitação e internalização de certos tipos de práticas, daí a origem do discurso enquanto método eficaz de poder e disciplina sobre os corpos.

Por esse motivo é que a atuação biopolítica nos Estados contemporâneos pode ser identificada em situações quase imperceptíveis em condições normais de análise, oportunidade em que é possível, através de tais brechas, gerir a vida dos cidadãos, tomando como base ideologias excludentes e opressoras.

Nesse contexto é que Foucault (2005, p. 306) insere a lógica do racismo, o qual aqui será apresentado como um racismo ambiental, como condição de

aceitabilidade, onde, por meio deste, há legitimidade na retirada da vida das pessoas dentro de uma sociedade de normalização. Desse modo é que razões de Estado são apresentadas como justificativas de sujeições forjadas sobre a vida dos indivíduos (HACHEM; PIVETTA; 2011, p. 342), ou seja, admitem-se situações em que as vidas de determinados cidadãos são postas à disposição de interesses privados.

Além disso, buscar-se-á responder às seguintes indagações: o que nos vincula à alteridade? O que pode ser considerado como certo ou errado a partir da perspectiva de um grupo dominante? Como são construídas as estruturas de poder que desenvolvem a noção de responsabilidade para julgar e condenar através do preconceito?

## **2.1 A ascensão da biopolítica enquanto método de adestramento dos corpos**

O termo “biopolítica”, segundo Foucault (1988, p. 134,), refere-se a uma tecnologia através da qual os mecanismos biológicos dos indivíduos passam a integrar um cálculo que resulta em formas de gestão de poder sobre sua existência e modos de vida. Ou seja, trata-se de formas de modelagem do indivíduo e administração da coletividade.

É, portanto, um instrumento de poder essencial a todos os segmentos sociais e se traduz numa espécie de disciplinarização coletiva, oposta a todos os indivíduos, que, por sua vez, pode ser identificada diante das mais diversas agências de controle da sociedade, sejam instituições políticas ou não. De tal modo é que Foucault considera que o racismo de Estado pode ser considerado uma forma exemplar de biopolítica. (2005, p. 285).

Para compreender o contexto em que se deu o surgimento da biopolítica nesses moldes é que Foucault (2005, p. 286), em sua obra “*Em defesa da sociedade*”, convida os leitores a fazerem um resgate histórico acerca das teorias clássicas de soberania, onde alerta para o poder de “[...] fazer morrer e deixar viver [...]” atribuído ao soberano em detrimento da neutralidade imputada aos seus súditos.

Desse modo é que o autor conclui, *a priori*, que a vida e morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana, ou seja, é o soberano que possui o poder vital sobre os indivíduos que, por sua vez, devem inteira reverência a ele.

Superada essas breves considerações acerca do poder soberano dos reis para com os seus súditos é que promove-se, com a passagem do século XVIII para o século XIX, uma série de transformações relevantes. Então, se antes o Estado tinha o poder sobre a vida e a morte dos indivíduos, a partir do século XIX, o poder político assume a tarefa de gerir a vida através de instrumentos reguladores das populações. (FOUCAULT, 2005, p. 287).

Ocorre uma espécie de ressignificação do direito de soberania: o que antes era posto contra indivíduos de modo isolado, agora é colocado de forma coletiva, revelando uma nova tecnologia de poder que soa menos agressiva.

[...] é que, nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade [...]. Ora, durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo novo, que é uma outra tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. (FOUCAULT, 2005, p. 288).

Em consequência disso é que, para Foucault, a partir de então, não interessam mais os fenômenos individualizados – que, isolados, mostram-se aleatórios, imprevisíveis –, mas sim aqueles coletivos, que podem ser agrupados e estudados no que têm de global. (*apud* HACHEM; PIVETTA, 2011, p. 345).

Bem, ainda que haja esse suposto desinteresse sobre os corpos individuais, seria ingenuidade acreditar em uma superação, propriamente dita, do poder soberano enquanto tecnologia disciplinadora de corpos. Conforme pode ser percebido houve tão somente uma redefinição desse mecanismo, mas que na verdade, ao fim, trata-se do mesmo tipo de poder que legitimou o holocausto no regime nazista ou que legitima a morte ou isolamento de um criminoso, assim como o enclausuramento daqueles que são considerados loucos, só que em um formato mais atual e estratégico.

Segundo o referido autor, infere-se que, a adoção de características ligadas à regulamentação dos corpos, por soar menos hostil, tende a ser, de certo modo, melhor aceito e internalizado e naturalizado pela sociedade.

Em síntese, enquanto a disciplina busca reger a multiplicidade dos corpos individualmente, a nova tecnologia que se instala, apesar de também se dirigir a essa multiplicidade de corpos, considera-os em seu caráter global, através da afetação

destes por processos que são próprios da vida, como por exemplo, o nascimento, a morte, a doença. (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Uma técnica é, pois, disciplinar é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa portanto não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global [...]. (FOUCAULT, 2005, p. 297).

Enquanto as disciplinas lidavam com o indivíduo e com seu corpo, essa nova tecnologia de poder se mostra voltada mais para a noção de população, “[...] corpo com inúmeras cabeças [...]”<sup>1</sup>, e para os fenômenos coletivos que nela se desenvolvem. Ou seja, a biopolítica, ao estabelecer mecanismos reguladores das populações, se apresenta como instrumento responsável pela otimização da vida.

Trata-se agora de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (FOUCAULT, 2005, p. 294).

Desse modo é que convém chamar atenção acerca dos motivos que levaram Foucault a considerar o racismo como uma técnica especialmente voltada para esse propósito:

Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. A justaposição, ou melhor, o funcionamento através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo. (FOUCAULT, 2005, p. 309).

O racismo se apresenta aqui como expressão que atua na construção de sistemas de legitimação através do estabelecimento de limites que condicionam a existência e permanência de indivíduos em determinado local. Para tanto vislumbra-se que a estratégia de tal técnica está atrelada à vinculação da ideia de poder diante de hipóteses repressivas.

A emergência da biopolítica foi o que inseriu o racismo enquanto mecanismo fundamental de autoridade, o que faz com que quase não haja o normal

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Foucault, em seu curso no *Collège de France* – “*Em defesa da sociedade*” ao se referir à insurgência de um novo corpo, considerado por ele como um corpo múltiplo, e por isso, um “[...] corpo com inúmeras cabeças [...]”. (2005, p. 292).

funcionamento do Estado sem a necessidade de passar pelo racismo (FOUCAULT, 2005, p. 304), que nesses casos funciona como uma espécie filtro.

E pode-se compreender também por que o racismo se desenvolve nessas sociedades modernas que funcionam baseadas no modo do biopoder; compreende-se por que o racismo vai irromper em certo número de pontos privilegiados, que são precisamente os pontos em que o direito à morte é necessariamente requerido. O racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. (FOUCAULT, 2005, p. 307, grifo do autor).

Convém chamar atenção aqui quanto ao uso do termo “morte”, destacado no trecho acima, que será empregado no bojo dessa pesquisa, principalmente no próximo tópico. Cabe registrar que tal termo não se refere propriamente à morte na acepção biológica da palavra, apesar de não excluir seu uso nesse sentido. Pretende-se, precipuamente, usá-lo durante a pesquisa para se referir ao processo de invisibilização dos povos, como se os direitos que lhes assistem fossem impedidos de chegarem até eles, ou seja, como se tais direitos fossem desviados ou mesmo deturpados através, por exemplo, de micropoderes e discursos que atuam com o intuito de afastar o acesso de determinados povos a mecanismos jurídicos e políticos que lhes proporcionem direitos constituídos.

Nesses termos é que Foucault, na sua obra “*História da Sexualidade I: a vontade de saber*” se manifesta da seguinte maneira:

Esse regime biopolítico que tem por função não mais matar, mas “investir sobre a vida, cima a baixo” em uma “administração dos corpos e gestão calculista da vida” é também o mais propício para, escolhendo as vidas biologicamente perigosas, criar “uma espécie de animalização do homem, posta em prática através das mais sofisticadas técnicas políticas, fazendo surgir na história a simultânea possibilidade de proteger a vida e de autorizar seu holocausto. (FOUCAULT, 1988, p. 152).

Ou seja, o investimento sobre a vida é considerado um método mais eficaz do que atuar propriamente com vistas à morte dos indivíduos, uma vez que quando se tem esse controle sobre os corpos vivos, indubitavelmente se fabricará corpos submissos e exercitados, que não são capazes de oferecer perigo ou resistência aos interesses hegemônicos que se busca manter.

A partir de então, pode-se concluir que o Estado não proíbe nem obriga, mas tão somente normaliza as condutas. Essa normalização proposta tenta aparecer como imparcial, porém é tendenciosa a beneficiar os interesses dos que propõe o desenvolvimento, por exemplo, na medida em que estes escolhem quais as sociedades/populações serão normalizadas e o fazem de acordo com suas ambições,

no intuito de legitimar práticas presentes ou futuras que pretendem empregar contra aquele povo.

Evidencia-se aqui, portanto, a função do racismo nessa separação de corpos de indivíduos entre os que merecem viver e os que podem morrer.

De uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: 'quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar'. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 2005, p. 305).

Desse modo é que Hachem e Pivetta (2011, p. 355), ao analisarem a relação que faz Foucault, na qual o autor traz a questão do racismo para que se possa entender o alcance desse poder, consideram que a atuação desse mecanismo desenvolve um discurso que legitima a intervenção política através da fixação de limites aparentemente aceitáveis, normais. Ademais, ao repartir a população, por exemplo, em categorias, o acesso do nível biológico do ser humano se torna mais eficiente e como consequência conforma uma economia de poder própria vinculado ao modo de produção capitalista.

Portanto, conclui-se que o racismo constitui uma condição indispensável para que se possa “[...] tirar a vida de alguém [...]”, de tal modo que a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que ele funcione através do biopoder, ou seja, pelo racismo. (FOUCAULT, 2005, p. 306).

A naturalização do racismo na sociedade atual constitui um modelo legitimador de discursos de ódio e da propagação de opressões, de modo que a negação sistemática de direitos e garantias constitucionais a certos povos, considerados descartáveis, evidenciam a potência que esse tipo de protótipo representa.

O racismo ambiental, para tanto, se apresenta nos termos de uma guerra declaradamente invisível, a partir da qual os detentores do poder soberano atual lançam mão de estratégias que negligenciam direitos e invisibilizam cidadãos. O silêncio das instituições estatais, por sua vez, escancara sua insensibilidade diante das arbitrariedades cometidas contra esses povos, o que ocorre, certamente, porque

o Estado alia-se a essas técnicas, subjugando populações em detrimento de interesses estritamente econômicos.

## **2.2 Sobre vidas que importam: Você me vê como se vê?**

Conforme demonstrado no tópico anterior, Foucault (2005) atribui o surgimento do termo “biopolítica”, essencialmente, às relações e tecnologias de poder insurgentes nas sociedades modernas.

Agamben, a seu tempo, apesar de admitir a relevância teórica das formulações foucaultianas, acredita, contudo, que estas não foram capazes de incidir sobre o exemplo mais explícito da gestão biopolítica do século passado, a política nazifascista. (2002, p. 125).

Por esse motivo, segundo Souza (2014, p. 408), Agamben, em suas obras, opta por fazer uma espécie de releitura do conceito de biopolítica apresentado por Foucault, inserindo análises realizadas por outros autores, a exemplo de Hannah Arendt. Resultado disso é uma ampliação da concepção da biopolítica como “[...] tecnologia do poder inerente ao poder soberano que desde as suas origens tem como característica essencial a decisão sobre o estado de exceção”. (SOUZA, 2014, p. 408).

Nesse ponto, Hachem e Pivetta (2011, p. 355), ao analisarem os estudos de Agamben, concluem que o autor discorda de Foucault justamente no que diz respeito à suposta transição da tecnologia de poder disciplinar para o poder regulamentar (ainda que Foucault alerte para a impossibilidade de um se sobrepor ao outro), não porque discorde da existência desses mecanismos de poder, mas porque acredita que a regulamentação sobre os corpos em coletividade sempre existiu, mesmo antes da proposta de disciplina sobre os indivíduos.

Diante disso, Agamben traz consigo alguns conceitos que promovem a articulação principal do seu pensamento, dentre eles o conceito de “vida nua”, que será esmiuçado no presente trabalho a fim de relacionar essa concepção desenvolvida pelo autor com o termo “vida precária”, concebido por Butler, mas, principalmente, com o intuito de se fazer compreender, através de uma cisão de pensamentos menos brusca, a relação e importância dos estudos de Foucault com as noções trazidas atualmente por Butler.

Agamben (2005, p. 13), ao considerar que o que torna possível a biopolítica é justamente a restrição da vida à sua precariedade e vulnerabilidade, admite a redução do ser humano ao que chama de vida nua. Ousa dizer também que essa redução da vida à sua precariedade é que cria condições para a inclusão de determinadas vidas na gestão do poder, possibilitando a instauração do estado de exceção.

A vida nua, segundo descreve Souza (2014, p. 417) a partir de estudos acerca da obra de Agamben, se confunde com um tipo de vida biologicamente desqualificada, algo descartável, e que, por isso, é mais fácil de ser manipulada racionalmente, instrumentalizada, hierarquizada e valorada, assim como se faz com produtos disponíveis no mercado. Trata-se, portanto, de algo maleável, algo parecido com um objeto, que não tem vontade própria e que está à disposição das vontades de quem detém poder sobre ele.

Representa, portanto, uma faceta da vida que se situa no limiar da vida política, ou seja, ao mesmo tempo que não está nela incluída também não está excluída totalmente dela.

Bem, superada a parte introdutória do tópico na qual optou-se por fazer uma breve apresentação do que o autor italiano Giorgio Agamben considera como “vida nua”, busca-se, a partir daqui, estabelecer uma relação de tal conceito com o que Judith Butler define como condição precária da vida.

Para a autora,

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. Em outras palavras, elas recorrem ao Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas. (BUTLER, 2015, p.46).

Alerta-se aqui que as comparações e relações a serem feitas serão atinentes à “condição precária da vida”, tendo em vista que a autora acredita que toda vida é precária em sua gênese, contudo, afirma que são as condições as quais essa vida é exposta que são capazes de determinar sua caracterização permanente enquanto precária. Em outras palavras, a vida precária que atinge a todos é uma

característica transitória, já sua mais longa duração ou permanência é que depende de outros fatores externos determinantes.

É relevante ressaltar que o condicionamento da vida a fatores que, conseqüentemente, irão determiná-las como passíveis de serem ou não vividas, não necessariamente significa que a partir desse reconhecimento surgirá a necessidade de protegê-las ou garantir condições para sua sobrevivência ou prosperidade. O que se vislumbra ocorrer, contudo, é justamente o oposto, ou seja, o reconhecimento da precariedade conduz a uma potencialização da violência, a uma percepção da vulnerabilidade de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las. (BUTLER, 2015, p. 15).

A condição precária revela, assim, a dependência de uma caracterização para que vidas sejam produzidas de acordo com normas que a identificam como vidas aptas de proteção ou não. Tal caracterização é feita, por sua vez, através de normas e condicionamentos desenvolvidos historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar para outros.

Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida). A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. Isso implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, mas também àqueles que não conhecemos, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente. (BUTLER, 2015, p. 31).

Partindo de tal pensamento é que é dado à sociedade o poder de eleger (lê-se escolher) quais vidas importam e quais podem ser facilmente descartadas. Fazem isso através de estruturas externas e mecanismos simbólicos de poder, por sua vez tendenciosos, que criam espécies de personagens sobre os quais a população se orienta ao definir o destino dessas vidas.

Diante dessa premissa, questiona-se acerca da arbitrariedade através da qual se chega a algumas definições desses sujeitos, tendo em vista que grande parte da população é guiada para o reconhecimento daquilo/daqueles que nunca haviam sido colocados à frente no seu campo de compreensão.

Com intuito de promover direcionamentos à parcela da população que tem nas mãos a capacidade de escolha é que entra em cena as facetas utilizadas pelos soberanos atuais, que se aproveitam da ignorância daqueles para firmar seus

interesses legitimamente. Essas facetas se traduzem em instrumentos que, disfarçados de norteadores, atuam de modo a influenciar diretamente no poder de escolha de quem detém o poder de escolha, é o que se faz, por exemplo, através do discurso, um dos exemplos de mecanismos de poder.

Essa implicação realizada por meio do discurso do Outro nos constitui, a princípio, contra nossa própria vontade ou, talvez colocado de forma mais apropriada, antes mesmo de formarmos nossa vontade e sustenta-la, talvez não estejamos percebendo o próprio modo pelo qual demandas são apresentadas. Ou seja, não percebemos a questão do ser implicado, a demanda que nos vem de algum lugar, muitas vezes um lugar sem nome, pela qual nossas obrigações são articuladas e são impostas a nós. (BUTLER, 2011, p. 15).

Os mecanismos de poder, segundo Butler (2015, p. 45), se constituem como um dos meios capazes de interferir nesse reconhecimento e diferenciação, o que é feito através de “normas” (não necessariamente a lei), de forma que essas normas atuam na construção do sujeito como se já existisse um sujeito-modelo construído ou uma noção do que poderia mais facilmente ser descartado sem que, com isso, haja sentimento de perda.

A ausência desse sentimento se deve à impossibilidade de se reconhecer no outro. A falta do exercício contínuo da alteridade é que abre caminho para práticas excludentes e opressoras, sem que haja um mínimo de remorso quanto a isso, afinal, não se trata da “minha vida” ou das vidas dos “semelhantes a mim”, uma vez que eles, no “meu lugar”, agiriam da mesma forma.

O sentimento ético de que se está fazendo a coisa certa, se sobrepõe ao desejo de conhecer aquele outro diferente de mim, por isso sente-se como se não estivesse fazendo nada de relevante, ou que fosse capaz de trazer algum tipo de prejuízo àquele outro que é estranho.

São as ditas tecnologias de poder que, através de sua influência sobre a população, se valem de instrumentos simbólicos (muitas vezes imperceptíveis) e as conduzem a agirem de acordo com certos padrões, os quais são responsáveis por as eximirem da culpa que é relegar determinada população à descartabilidade de suas vidas.

Consequência desse tipo de reconhecimento induzido é que há “sujeitos” que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos, assim como há “vidas” que dificilmente são reconhecidas como vidas. (BUTLER, 2015, p. 17).

Os ‘enquadramentos’ que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também

geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o "ser" do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento. (BUTLER, 2015, p. 17).

A construção dessa facilidade, o que a autora atribui à existência das normas, empregada aqui como uma das condicionantes para esse reconhecimento, é vista por Butler como algo que é interno do indivíduo, que estes entendem como sendo parte de sua responsabilidade política e ética, mas que na verdade mascaram formas de racismo instituídas e ativas em um nível de percepção que tende a produzir versões icônicas de populações que são lamentáveis e de outras cuja perda não é perda. (BUTLER, 2015, p. 45).

A reprodução de normas nesse sentido não é difícil, ainda mais quando algumas concepções são colocadas como formas quase jurídicas, mas que na verdade são produzidas para eliminar a vida de populações tratadas como perigosas, selvagens e culpadas pelo atraso desenvolvimentista. Nesse sentido, o que legitima a reprodução desse tipo de discurso e que o faz parecer verdadeiramente convincente é emití-lo como porta-voz da vida, do progresso e do bem público.

Tais discursos redundam na construção de sistemas de legitimação capazes de ressignificar vidas, através da lógica capitalista, e apropriar-se de espaços de reivindicações, de tal modo que quando a população afetada pretender se insurgir contra aqueles que lhes menosprezaram serão desqualificadas instantaneamente.

A escolha, nos moldes como é feita, das vidas passíveis de serem vividas e das que não são passíveis, dependem, conforme já demonstrado, da existência de normas e tecnologias que se fundamentam em discursos de perigo, naqueles que pretendem a regulamentação e a disciplina dos corpos e da população.

Por isso tais discursos relegam populações e agrupamentos a um *status* de "obstáculos", o que acaba influenciando o resto da população a caracterizá-los também assim. Ocorre que esses dispositivos são empregados de modo a legitimar uma decisão soberana sobre o que se fará viver e o que se deixará morrer, assim como previu Foucault (2005).

De tal modo é que práticas preditas como ilegais são ancoradas pela necessidade de intervenções, desse modo é que essas mesmas práticas conquistam *status* de verdade e aceitação num campo onde não há uma distinção entre

legislações formais e intervenções extralegais violentas. (GOMES, 2014, p. 51). Ou seja,

[...] quando assumimos que a soberania popular depende da soberania do Estado, e pensamos que o Estado soberano mantém o controle, por meio de seu poder de abrir uma exceção, sobre que parte da população vai ser protegida pela lei e qual não vai, então reduzimos, ainda que involuntariamente, esse poder da soberania popular a uma vida nua ou a uma forma de anarquismo que pressupõe rompimento com a soberania do Estado. (BUTLER, 2018, p. 180).

Ao se ter em mente que o surgimento de práticas como essas se dão, especialmente, diante de quadros de crises, principalmente sobre direitos humanos, é que fica clara a lógica interesseira existente por trás disso. A partir da compreensão acerca da existência e negação de direitos e sua relação com a violência, seja simbólica ou não, é que nasce a sensação de legitimidade ao se proceder com esse tipo de distinção.

Em tempo, parece ser mais fácil tal manipulação quando essa coletividade se apresenta de maneira organizada, e aqui entra o exemplo das comunidades tradicionais, onde é possível compreender a relação estabelecida entre estas e as sociedades atuais, através da constituição de um sistema sobre o que visível e o que é invisível.

A modernidade, através da universalização dos modelos ocidentais, teria promovido a provincianização das racionalidades no mundo, levando a que histórias locais, incompatíveis com este modelo, fossem colocadas à margem, como inferiores e subalternas. É esta abordagem abissal que produz a inexistência de algumas populações, fazendo com que estas não existam nem como relevantes nem como compreensíveis. O mundo estaria dividido em uma linha que separa o relevante do irrelevante, o visível do invisível, e o que uma determinada concepção de inclusão decidiu considerar como 'nós' (dentro de um certo padrão) e como os 'outros' (que estariam fora deste padrão). (SILVA, 2012, p. 96).

Ou seja, é como se fosse impossível a coexistência entre aqueles que detêm a capacidade de escolha quanto à permanência do outro e aqueles que seriam, por sua vez, os não-escolhidos. Nesse contexto é que se promove a consolidação da dicotomia entre o que é considerado "normal", a partir da hegemonia estabelecida, daquilo que é "diferente", numa espécie de defesa contra o outro que é visto como inimigo.

Considerando isso é que o próximo tópico se debruçará ao estudo de um formato específico de racismo, o mesmo que Foucault considera como determinante na construção das tecnologias de poder nas sociedades atuais, tratar-se-á do racismo ambiental.

### 2.3 Racismo Ambiental: a distribuição territorial da condição precária

A concepção de soberania que se importa com a vida, definida como biopolítica, foi o que permitiu a inserção do racismo nos mecanismos e tecnologias de poder desenvolvidas pelo Estado moderno. Tal conceituação apresenta-se no limiar entre o que “deve viver” e o que “deve morrer”, de modo que o racismo atua com a finalidade de definir e separar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Ou seja, é por meio de uma fragmentação que resulta a qualificação de certas raças como superiores e outras como inferiores. (ALMEIDA, 2012, p. 111).

O racismo ambiental, portanto, pode ser descrito como um tratamento desigual dado a determinado grupo ou comunidade baseado na raça, classe ou outra característica distintiva. (ALMEIDA, 2015, p. 7). De modo que, um sistema jurídico ao favorecer esse tipo de discriminação o faz, prioritariamente, com a intenção de manter a maior oferta de bens e serviços em localidades determinadas em detrimento de piores condições de vidas da população que lá habita.

A naturalização do racismo, além de fragmentar a população, também legitima o poder de matar do Estado e permite que seja exposto à morte não somente seus supostos inimigos, mas também seus próprios cidadãos. Transvestida numa aparência positiva com relação à vida é que as tecnologias de poder estatais incutem, por meio de discursos, a ideia de que “é preciso matar ou deixar morrer para se poder viver”. Resultado disso é que grupos vulneráveis e marginalizados são obrigados a arcar com a maior carga dos danos ambientais oriundos de processos de desenvolvimento. (RANGEL, 2016, p. 130).

Importante destacar que cenários como esses não surgem do acaso, pelo contrário, fazem parte de uma orquestra na qual aspectos referentes a grupos minoritários são, frequentemente, colocados em xeque devido ao modelo desenvolvimentista predatório que norteia a lógica hegemônica nacional.

Diante dessa explanação, apresenta-se a definição do que se convencionou chamar de racismo ambiental:

Racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o

sacrifício em prol de um benefício para os demais. (HERCULANO, 2006, p. 11).

Ou seja, o modelo de desenvolvimento hegemônico no mundo atual cada vez mais trata a maioria dos indivíduos como objetos: “[...] uns a serem usados a serviço do lucro; outros, considerados supérfluos, a serem sumariamente descartados ou expulsos dos seus lares para que megaprojetos se estabeleçam, ocupando e arrasando o território para ‘implantar empregos, progresso, desenvolvimento sustentável e cidadania’”. (PACHECO, 2008, não paginado).

Diante da ocupação desordenada e gananciosa do território é que certos empreendimentos têm levado à expulsão sumária de alguns desses povos, assim como a um confinamento que impede a manutenção de suas tradições, seus meios de vida e sua própria subsistência em prol de um modelo de desenvolvimento desumano, pautado pela ganância e pelo preconceito e pela busca insaciável de mais exploração e lucro. (PACHECO, 2008, não paginado).

Para Almeida (2015, p. 24), é possível se verificar que em certas localidades determinadas populações estão sujeitas a maiores ônus ambientais, sendo também nessas mesmas localidades onde é sentida, em maior grau, a ausência do Estado. Acrescenta-se a isso o fato das empresas que financiam esses empreendimentos possuírem a seu favor elementos que influenciam a população a se insurgir contra agrupamentos ali localizados, ou até mesmo uns contra os outros.

Reconhecer que esses ônus recaem de maneira demasiada apenas sobre uma camada indicativa da população reforça a ideia apresentada no tópico 2 deste trabalho acerca do que se depreende de uma vida precária.

Além disso, evidencia-se a necessidade, diante do cenário que envolve grandes empreendimentos, de estes se valerem de formas simbólicas cuja finalidade é a manutenção de relações de poder que remetem a uma lógica que exclui e silencia outras formas de compreender a realidade, principalmente aquelas dotadas de particularidades étnicas e culturais, como as provenientes de povos e comunidades tradicionais. (PEDRO, 2017, p. 188).

Considerando a predisposição natural do ser humano em repelir tudo aquilo que acha diferente de si, até mesmo como forma de proteção ou mesmo por medo é que algumas tecnologias de poder se aproveitam dessa dita “fraqueza” e enxergam ali um alvo para depositar preconceitos que servirão para legitimar seus interesses como se estes fossem interesses de todos também.

A partir daí é que surgem formas de poderes, simbólicos, que são utilizados como ponte para a legitimação dos interesses privados de grandes empresas ou mesmo os próprios interesses ilegítimos e mascarados das instituições do Estado.

Reconhecer a indiferença dirigida a determinados povos significa também assumir a existência de uma negligência quanto a estes e, além disso, admitir o risco de naturalizá-los e ocultá-los através de um discurso focado exclusivamente numa abordagem classista, onde há evidências da desproporção dos custos sociais e ambientais dirigidos a estes. (SILVA, 2012, p. 105).

Com a difusão dessas técnicas e discursos é que se percebe a retomada histórica das questões relacionadas à soberania e à violência das colônias, estas consideradas espaços à margem da lei e nas quais a sua administração é ditada pela lógica de uma guerra sem fim, onde a desvalorização e desqualificação dos povos é empregada para legitimar a expropriação de territórios, com o tratamento da vida de suas populações como supérfluas e sujeitas à morte, situações em que o estado de exceção se converte em regra diante de uma atuação biopolítica. É o que observa Pedro (2017, p. 47), ao comparar tais práticas com os conceitos desenvolvidos por Achille Mbembe acerca da “necropolítica”.

Isso mostra que a lógica da política como gerenciadora tem sido tão normalizada a ponto de nem causar mais tanta estranheza, de modo que a tarefa de desqualificar os vistos como “atrasados” em detrimento dos interesses dos soberanos, através de mecanismos baseados no racismo, permitem tanto a criação de novos mecanismos quanto a incitação de discursos de ódios dirigidos a grupos determinados. Com isso, as práticas passam a ser naturalizadas e muitas vezes sequer questionadas.

O conluio com agentes que passam a falsa imagem de legitimidade revelam a eficácia de sua contribuição para a ordenação do preconceito contra essas populações, tendo em vista a tendência qualificadora desses discursos e sua capacidade de vincular opiniões e desprezar vidas.

Afunilando a pesquisa optou-se por revelar como essas práticas perpassam sob a lógica das comunidades tradicionais, que de modo geral, são reconhecidas pela sua ancestralidade e pelos seus valores históricos e culturais. Tais aspectos, contudo, são colocados, diariamente, em xeque devido ao modelo capitalista predatório que norteia a lógica de desenvolvimento nacional.

O estudo aqui deságua sobre a preocupação quanto a continuidade da existência de tais comunidades, tendo em vista que suas principais frentes de luta político-social pelo espaço configuram-se a partir de dimensões de identidade e pertencimento étnico-racial. É o que ocorre com o Cajueiro, comunidade tradicional localizada na zona rural de São Luís.

No caso dessa comunidade específica, que luta pela sua permanência no território pretendido para a construção de um porto privado pela Empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, é de bom alvitre destacar que, em que pese o reconhecimento de sua tradicionalidade enquanto comunidade, até mesmo pelos porta-vozes do empreendimento, as atuações da empresa são latentes no sentido de deslegitimar a presença da comunidade na terra.

Nesse sentido é que a pesquisa busca estabelecer uma crítica acerca de um discurso que escolhem quem quer proteger e a quem é devida a garantia de direitos, tendo em vista que dentro do atual contexto político-social brasileiro a busca pela garantia dos direitos de todos é uma constante guerra de poderes.

### 3 “O PODER É A GUERRA CONTINUADA POR OUTROS MEIOS”<sup>2</sup>: as dimensões simbólicas da luta pelo território e a ascensão do fascismo desenvolvimentista

*“Uma mente moderna, porém mal acabada  
É o ser humano, o egoísmo e uma draga  
Pátria amada, o que oferece aos teus filhos sofridos  
Dignidade ou jazigos?”  
(CRIOLO)*

Bourdieu e Passeron, em seus estudos sobre violência, alertam para a não arbitrariedade da produção simbólica na vida social, advertindo acerca do seu caráter efetivamente legitimador das forças dominantes, que se expressam por meio de gostos de classe e estilos de vida, gerando aquilo que pode ser reconhecido como distinção social. (*apud* CARVALHO, 2011, p.17).

Para além dessa percepção, Bourdieu, ao tratar da violência simbólica, conclui que esta é perpetrada através de mecanismos de reprodução social que legitimam as diversas formas de dominação. Ou seja, a constatação é a de que a violência simbólica permeia também através dos meios de comunicação, de modo que, no contexto do estudo buscar-se-á demonstrar de que forma a mídia, em especial, se capacita enquanto formadora de opinião pública e vinculadora de discursos opressores.

Aqui tenta-se demonstrar como o jornalismo investigativo parece ter sido facilmente substituído pelo sensacionalista, onde a ignorância afasta o interesse de conhecer a versão do outro, afinal, é mais cômodo achar que algo que é posto à sua frente, pronto e acabado é o suficiente. Resultado disso é um discurso que repele e subjuga qualquer sorte de participação da população diretamente atingida por certos empreendimentos em emitir opiniões acerca das consequências destes para a sua existência.

Ocorre que a negação de direitos desses povos não guarda relação com o estado de direito instalado no Brasil, por isso busca-se indagar acerca do papel do discurso e o poder de convencimento da mídia no que atine ao processo de desvalorização de certos povos em detrimento de garantias ilegítimas, à pretexto de justificativas que vão de encontro aos conceitos fundantes da democracia e do acesso efetivo à justiça.

---

<sup>2</sup> Frase extraída do livro “*Em defesa da sociedade*”, de Michel Foucault (2005, p. 22).

Para tanto, considera-se aqui não o caráter essencialmente econômico das relações de poder, mas, principalmente, demonstrar como a atuação do simbólico implica na compreensão dos conteúdos da produção do espaço e de que maneira essas implicações vinculam a realidade dos sujeitos, a par disso é questiona-se: como se opera a contradição entre a visão de mundo que é apresentada pela mídia e a realidade propriamente dita? De que forma essas contradições atuam na formação da opinião pública acerca do assunto?

### **3.1 A naturalização da violência simbólica: poder e dominação através do discurso midiático**

Bourdieu (1989, p. 7) define poder simbólico como um poder invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que são sujeitados a ele ou mesmo que o exercem. É um poder oculto, o que se diferencia de uma noção de poder intimamente ligado ao poder estatal ou a algum outro semelhante a ele. Ou seja, o poder simbólico se apresenta como um “não-poder”, por não ter aparência de sê-lo, e, por isso, oculta do indivíduo a percepção de dominação.

O que se pretende nesse tópico é discutir acerca de uma das facetas na qual esse poder simbólico se manifesta e encontra apoio, qual seja, o papel dos meios de comunicação, mais especificamente, o poder que a mídia tem sobre determinados tipos de discursos e como esse poder é capaz de agir na legitimação de estruturas dominantes de poder.

É bem verdade que esse poder, de início, pode advir de uma ação desinteressada ou indiferente, porque considerado imparcial, contudo tal ação encontra-se vinculada a certos interesses. Isso ocorre porque os grupos detentores de poder dentro da sociedade civil são nutridos por uma capacidade de desenvolver mecanismos que impõe sua hegemonia, para tanto fazem uso de uma série de habilidades e formas de cooptação visando atingir tal objetivo. (MODESTO, 2014, p. 92).

Pode-se dizer que um dos mecanismos que esse grupo possui a seu favor é a influência que a mídia (em sentido amplo – jornais, blogs, TV, etc.) apresenta. Por ser um canal supostamente qualificado e despretensioso, o poder simbólico que a mídia possui (e que sempre possuiu) é um dos mais efetivos na prevalência das

intenções de quem está no poder em detrimento dos interesses daqueles os quais lhes provocam, em alguma medida, desconforto e ameaça.

Acerca desse suposto desinteresse, Modesto (2014, p. 91) alerta que,

[...] os universos sociais nos quais o desinteresse é a norma oficial, não são, sem dúvida, inteiramente regidos pelo desinteresse: por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse há interesses sutis, camuflados. É o que corrobora para interpretações mais contundentes sobre a participação do Estado nos valores e ideários orientados pela racionalidade mercantil [...], incentivando a proliferação de projetos de poder político e/ou econômicos, individuais ou de grupos, se desvinculando plenamente do projeto de uma sociedade mais igualitária e justa.

Diante dessa análise é perceptível que a ideologia que é oponível à sociedade, através dos meios de comunicação, é passada como desinteressada, ou seja, não transparece, de início, estar a serviço da classe dominante.

Esse tipo de escudo é o que patrocina a lógica capitalista através de falsas percepções e demonstrações da realidade. Desse modo, pode-se dizer que o poder exercido pela mídia atua no sentido de naturalizar um tipo de comportamento, essencialmente visando a manutenção de grupos hegemônicos no tempo e no espaço, o que, por sua vez, serve à consolidação dos interesses das classes dominantes.

A par disso:

Devemos ressaltar a maneira sistemática com que tal grupo de poder impõe formas de análise e julgamentos dos fatos sempre considerando referenciais históricos e seculares, onde os 'vencedores' das crises principalmente são os mesmos. Sem considerar a voz dos invisíveis a solução se distancia. Não necessitamos usar tais referenciais; necessitamos sim, desenvolver a capacidade de julgar e analisar sem prévias referências em especial aquelas que nos foram impostas há séculos. (MODESTO, 2014, p. 69).

Ocorre que a classe dominante não atrai esse poder só por se posicionar ao lado dos interesses do estado ou porque detém o uso legal da violência, através do poder de polícia, por exemplo, mas, essencialmente, porque possuem o monopólio da violência simbólica, de modo que a ideologia dominante é internalizada pelos sujeitos em um contexto em que os dominados não percebem que estão sendo vítimas desse tipo de violência.

É ingenuidade achar que uma violência se manifesta apenas através da força física ou da coação visível. A violência é mais eficaz, quando produzida e aplicada sem que haja uma percepção clara sobre isso. Aqui entra o papel da mídia enquanto instituição produtora e perpetuadora de discursos e ideologias que manipulam a verdade e que age a serviço da manutenção do poder hegemônico.

Acerca da mídia, por meio da análise da obra de Bourdieu –“*Sobre a televisão*” –, Ferreira (2005, p.39) associa que seu prestígio se vincula à posse dos meios de produção (no caso, o simbólico) de informações e publicização, que asseguram um poder de dominação. Essa tese, para o autor, é um retorno a uma lógica de interpretação marxista, que aparece de forma mais contundente quando afirma que a mídia é atravessada por sua heteronímia frente aos capitais econômico (principalmente) e político.

A mídia, portanto, aparece com o propósito de compatibilizar o discurso com o mercado imediato e convergente com o valor da opinião pública na política. Nesse contexto, Ferreira (2005, p. 36) destaca tal atuação como capaz de proceder, por exemplo, na desconstituição de movimentos sociais e de personalidades políticas, em nome de uma opinião geral supostamente registrada em pesquisas de mercado, o que auxilia no esvaziamento de conflitos e tensões, subordinando a dinâmica social pré-estabelecida a um jogo racional de planejamento em torno da vontade média.

É verdade que é perigoso fazer essa generalização, tendo em vista que nem todo discurso midiático compactua com essa finalidade. No entanto, ao fixar (ou concentrar) o objeto da pesquisa em uma comunidade tradicional, localizada na zona rural de São Luís, capital do Maranhão, e contrapor os interesses desta aos interesses de empreendimentos a nível mundial, já se pode vislumbrar para qual lado tal discurso será tendencioso.

A construção de um vínculo de confiança entre as notícias e seus espectadores é o que faz com que esse discurso seja aceito sem controvérsias ou questionamentos. Há uma linguagem pré-estabelecida que faz vingar a confiança depositada ali. Para tanto, é que esses meios de comunicação lançam mão das mais variadas técnicas, a fim de divulgar uma mensagem capaz de persuadir e influenciar diretamente na emissão da opinião pública sobre o assunto.

A burocracia de Estado alimenta práticas antigas e também as de roupagem mais moderna, quanto ao uso de estratégias de cooptação de indivíduos que possam dificultar, ou atrapalhar, inadvertidamente, ou mesmo intencionalmente, os projetos de interesses dos grupos políticos e hegemônicos de poder no seio da sociedade civil. Alimenta porque permite a aproximação dos grupos hegemônicos, que, de certa forma, evocam razões e ciência como justificativas para o exercício da dominação. (MODESTO, 2014, p. 91).

São nitidamente intencionais e desleais as ações midiáticas que enaltecem os empreendimentos e taxam os sujeitos das comunidades tradicionais como vilões,

afinal, estas constituem entraves reais ao interesse de desenvolvimento capitalista e obstáculos para interesses econômicos em todos os níveis.

Sob essa perspectiva conclui-se que esse tipo de discurso se manifesta como um dos principais responsáveis pela perpetuação da lógica progressista e desenvolvimentista, o que é suficiente para legitimar aqueles que, politicamente, aparentam ter a razão e o poder a seu favor, na medida em que o fazem com o apoio (seja por ação ou omissão) de instituições estatais e privadas e de uma sociedade condescendente com o que é imposto arbitrariamente através de discursos não-legais.

Neste compasso, o discurso desenvolvimentista também se apresenta aqui, pois é deste que decorrem vários problemas socioambientais envolvendo a coletividade, comunidades e grupos étnicos e o próprio ambiente. Importa ressaltar que o sentido de desenvolvimento aqui não será restrito àquele que referencia o discurso dominante de progresso – diz respeito, antes disso, ao desenvolvimento referente aos ganhos econômicos e monetários, aquele que desconsidera as necessidades ambientais e sociais e que atende a supremacia da ética do lucro. (BRUZACA, 2011, p. 24).

A figura do mau selvagem e do bom civilizado, desenvolvida pelo antropólogo francês François Laplantine (2003, p.27), entra em foco nesse ínterim. A par disso, algumas indagações merecem relevo: porque um discurso vale mais do que o outro? Porque um discurso é legítimo e legal e o outro não? Qual o parâmetro utilizado para descreditar um dos discursos e elevar o segundo a um patamar quase inatingível de verdade absoluta e que, por isso, merece ser apoiada e reproduzida?

A legitimação desse discurso se dá de diversas maneiras: a) as pessoas as quais esses discursos são dirigidos não se importam acerca da procedência e veracidade (compromisso com a realidade) que estas notícias nutrem; b) são legitimados porque quem usa esse discurso tem uma aparência de “quem sabe”, de detentores da verdade; c) a sociedade, em sua maioria, não é capaz de distinguir quem é o oprimido ou opressor quando se presta a absorver apenas um tipo de enunciação, a majoritária.

Dessa forma é que os sujeitos que são desqualificados através desses discursos ficam à mercê de regras de exceção, de modo que dispositivos de poder ligados à violência simbólica, que não são de uso exclusivo do Estado, cercam-os de

uma legitimidade aparente, o que reforça a ideia de um poder totalitário exercido sobre os corpos dos sujeitos submetidos a eles.

Consequência disso é que, segundo Pedro (2017, p. 76), o conflito assume características e proporções de uma guerra, o que resulta na desconsideração absoluta das vidas e de direitos. Ainda segundo a autora isso ocorre porque essa desconsideração é naturalizada publicamente através de dispositivos de poder desenvolvimentista, de tal maneira que, mesmo realizado de uma forma tão arbitrária, injusta e violenta, não sofre qualquer retaliação por parte do Estado, já que amparada por este.

Vislumbra-se aqui que, a despeito de seu caráter informativo, o que, em tese, deveria guardar relação com a realidade, a mídia age na contramão da garantia de segurança jurídica para grupos sociais vulnerabilizados e em favor de grupos econômicos poderosos.

A crítica aqui se dirige ao caráter manipulador de técnicas que visam criar um efeito de cientificidade e de democracia, vulgarizando o próprio sentido de desenvolvimento, o que acaba contribuindo para que haja uma limitação no que atine ao alcance dele.

Segundo Pedro (2017, p. 77-78) esses artefatos, mecanismos, dispositivos de poder e exercício de micropoderes em rede – jurídicos ou com aparência jurídica –, localmente, constituíram o Cajueiro e suas 78 famílias como um local à margem, uma espécie de colônia na qual se forma uma judicialização política particular, a ser repensada enquanto fenômeno e de amplitudes teóricas ainda pouco estudadas quando exercida no âmbito de um “governo privado indireto”.

### **3.2 O poder está em toda parte: o discurso midiático e a construção de uma concepção não-jurídica de poder**

Wolkmer (2001, p. 42) aduz que uma autoridade é definida quando ela se mune de características capazes de concentrar o poder soberano através do uso de meios (supostamente) aptos a assegurar a paz e a segurança em prol de um suposto “bem comum”.

O meio, sugerido por Wolkmer na afirmação acima, a ser desenvolvido neste tópico, se refere ao poder do discurso midiático e como sua reprodução e expansão nos tempos atuais vincula a compreensão da sociedade acerca de

contextos “novos”, ou melhor, contextos até então por ela desconhecidos, ou mesmo, desprezados.

É de suma importância compreender a subjetividade que a expressão “bem comum” traz consigo e o porquê do termo está entre aspas, uma vez que a depender do local de reprodução desse discurso e através de quais sujeitos ele é gerado ou reproduzido, saber-se-á em que medida a ideologia a qual esse discurso se filia é direcionada à coletividade, em sentido amplo, ou apenas à camada da população detentora de privilégios e apta a desfrutar dos benefícios que esses empreendimentos trarão.

Não é recente a necessidade de se lançar mão de mecanismos de sustentação de discursos para que estes pareçam imparciais. Remonta de períodos históricos, quando o poder do rei era o que fazia as vezes de tal simbologia. Desde então o desenvolvimento de instrumentos que pudessem servir para controlar a população puderam ser aperfeiçoados. Trata-se de métodos que funcionam como máscaras para os direitos legítimos e trazem consigo uma obrigação legal de obediência.

[...] as relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente precisável, na guerra e pela guerra [...]. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros [...] a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra. E a inversão dessa proposição significaria outra coisa também, a saber: no interior dessa “paz civil”, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de força, tudo isso, num sistema político, deveria ser interpretados apenas como as continuações da guerra. (FOUCAULT, 2005, p. 23).

Historicamente, diversos são os exemplos de contextos em que a população, coagida por discursos desse teor, autorizou a realização de situações que culminaram na opressão de classes subjugadas e na relativização de seus direitos. Ocorre que a condescendência da sociedade é o que acaba legitimando mecanismos extrajurídicos e, por vezes, promíscuos, na realização de operações disfarçadas de legais.

Os movimentos nazista e fascista, desenvolvidos na Alemanha e na Itália respectivamente, são capazes de ilustrar como a produção midiática, através da propaganda, manipulavam a opinião pública em favor da legitimação dos interesses que pretendiam ver vingados.

A respeito disso, David (2011, p. 13) atribui a procedência dessa legitimidade ao pânico provocado pela violência das guerras aliados à necessidade de conseguir o apoio público, além da concorrência dos veículos na publicação de informações atualizadas que contribuem para o fortalecimento de uma imprensa, sobretudo informativa, tendo como base a objetividade.

O que ocorre é que, de acordo com a autora, esse modelo de imprensa objetiva entra rapidamente em defasagem tendo em vista que o público se perde em meio a fatos fragmentados, pois não havia mais quem os explicasse e contextualizasse. O próprio corpo de jornalistas não sabia como agir e teve que se adaptar às novas mudanças, adotando assim, novas técnicas de apuração de notícias e principalmente, modificando a linguagem jornalística.

Com a imprensa neutralizada em meio à guerra de interesses, os meios de comunicação revelaram-se, aliados em potencial para atuar a favor dos poderosos, disseminando suas ideologias e atingindo propósitos políticos e econômicos. (DAVID, 2011, p. 14).

A despeito da produção da verdade e da qualificação de certos discursos enquanto potência de conhecimento verdadeiro é que surge a expressão “saberes não qualificados”, o que para Foucault (2005, p. 12), trata-se de um conceito que define um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas à contundência que opõe a todos aquelas que o rodeiam.

Ao fazer uma comparação entre a definição dada por Foucault para o que seriam “saberes não qualificados” e a definição de comunidades tradicionais apresentada no Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), enquanto sujeitos que possuem suas formas próprias de organização social e que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, é possível perceber, de plano, qual saber busca-se aqui subjugar.

Trata-se aqui de saberes não legitimados pela ordem hegemônica, e que, por isso são sujeitados. Por “saberes sujeitados”, por sua vez, Foucault (2005, p. 21) entende serem estes constituídos por toda uma série de saberes que são desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente

elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos.

Nesse contexto é que saberes como os atinentes às comunidades tradicionais são desqualificados em detrimento, por exemplo, do discurso produzido pelo jornalismo (sensacionalista, por vezes) que, a seu turno, se comporta enquanto saber científico e legítimo na reprodução de informações, mas que interessam tão somente à lógica capitalista.

A despeito disso é que, segundo Ferreira (2005, p. 36), Bourdieu traça uma crítica ao jornalismo dos anos 90, pois acredita ser esse um campo de autonomia incompleta, subordinado e constituído conforme as estratégias do campo econômico, com efeitos de homogeneização e heteronimização sobre os campos culturais e políticos.

Ou seja, caracteriza o jornalismo contemporâneo por meio de seu descomprometimento com a realidade, aquele que produz verdades a quem lhes interessa e beneficia. Aliam-se, para tanto, as estruturas de poder que suprimem os direitos básicos da população, o que impacta diretamente na vida das pessoas.

A par disso é que se questiona o lugar que a mídia ocupa na constituição do poder simbólico em sociedades complexas, a exemplo do que esta faz com as comunidades tradicionais. A ausência de senso e disciplina críticas é o que faz com que o discurso midiático relegue essas comunidades a um patamar de completa ausência de direito, como se elas não merecessem tê-los reconhecidos.

Foucault (2005, p. 35), ao fazer uma análise das estruturas de poder, analisa-o enquanto instrumento que funciona em cadeia, ou seja, “o poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles.”

É nessa lógica de poder enquanto instrumento disciplinador de corpos que se destaca o papel que o discurso midiático sustenta (seja através de jornais, blogs ou televisão). Reside aqui a falsa sensação de que a mídia guarda compromisso com a verdade, o que a faz ser vista como legitimada na geração e manutenção de comportamentos e discursos opressores e excludentes que qualificam práticas ligadas ao desenvolvimentismo como progressistas.

O discurso midiático, para tanto, se constitui enquanto construção de uma concepção não jurídica do poder. A mídia, por sua vez, ocupa um lugar central na produção simbólica das sociedades contemporâneas e, disfarçada de autônoma e imparcial, se subverte ao campo econômico e atua como aliada do desenvolvimentismo.

[...] numa sociedade como a nossa – mas, afinal de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade. Isso é verdadeiro em toda sociedade, mas acho que na nossa essa relação entre poder, direito e verdade se organiza de um modo muito particular. (FOUCAULT, 2005, p. 29).

O papel da produção da verdade, nesse contexto, legitima qualquer tipo de mídia na reprodução do que é verdade ou mentira. O poder, segundo Foucault (2005, p. 29) institucionaliza a busca da verdade, e acaba, enfim, institucionalizando um tipo de verdade também.

Desse modo é que a mídia, revertida pelo poder simbólico de influenciar opiniões, se vincula ao discurso desenvolvimentista que visa a satisfação do mercado e manutenção dos privilégios dos que com ele se beneficiam.

Em outras palavras, observa-se que a influência de interesses econômicos na tomada de decisões e na atuação de órgãos administrativos e jurídicos, em favor de empreendimentos e políticas de desenvolvimento, mesmo que marcadamente nocivas à sociedade e ao meio ambiente, são legitimados ainda que desconsiderem direitos e garantias como saúde, segurança, equilíbrio ecológico e participação popular. (BRUZACA; SOUSA; 2015, p. 12).

A ausência de regras internas, nesse contexto, abre margem para a legitimação de discursos midiáticos à serviço do capital econômico. A pauta desenvolvimentista, por sua vez, se apodera, estrategicamente, desse discurso para qualificar sua atuação como se houvesse uma preocupação voltada ao bem-estar social.

### **3.3 E se o Cajueiro fosse *Cashew*<sup>3</sup>? Por que a indignação é seletiva?**

---

<sup>3</sup> Expressão que significa “caju”, em alemão.

De acordo com Bourdieu (1989, p. 9-10), a constituição do poder simbólico através da linguagem não é validado, meramente, pelas palavras em si, mas, sobretudo, pela legitimidade que é conferida aos que falam frente aos que escutam e reconhecem autenticidade nessa “voz”.

Na condição de veículos produtores, distribuidores ou portadores de mensagens e de informação, **a mídia se converte na contemporaneidade em centro de gravitação de poder, encarregando-se de moldar o mar flutuante das opiniões, criando a “imagem total”**. A mídia incumbe-se da produção e da circulação de um oceano de mensagens criadas ao sabor das motivações sócio-econômicas e políticas, **impõem-se continuamente como instância produtora de impressão de uma realidade, que se faz em detrimento de outras leituras mais elaboradas e enriquecedoras**, como aquelas que decorrem das criações naturais da percepção individual. Quando falamos do poder das mídias, estamos tratando do poder inerente ao próprio fenômeno da mediação e do exercício sistemático da violência simbólica ritualizada pela mídia, de que nos fala autores como Pierre Bourdieu, Edgar Morin, Vicente Romano, Harry Pross, etc. (OLIVEIRA, 2009, p. 3, grifos nossos).

Trata-se, pois, do poder de constituir o dado pela enunciação, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, ou seja, um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força – física ou econômica – graças ao efeito específico de mobilização. (BOURDIEU, 1989, p. 14). É uma espécie de poder que é responsável por manipular a realidade e subverter os sujeitos.

A par disso, Harvey (2014, p. 54 - 55), autor do livro *“Cidades Rebeldes”*, traz alguns casos como exemplos emblemáticos, onde a naturalização de alguns discursos ligados ao desenvolvimentismo foram os principais atores da supressão do direito à moradia. Cita em sua obra casos ocorridos em cidades como Mumbai, Estados Unidos, Seul e China, onde, em nome da especulação imobiliária e do lucro, e, através de um respaldo estatal, autoriza-se práticas arbitrárias como: remoção de moradores pela violência, seja ela física ou simbólica, transferência para lugares inseguros e temerários que não contam com um mínimo de estrutura para aquela população.

O autor considera que esses exemplos constituem advertências de toda uma “[...] bateria de soluções aparentemente progressistas que não apenas levam o problema para longe como também o fortalecem ao ampliar a cadeia que aprisiona as populações vulneráveis e marginalizadas dentro da órbita de circulação e acumulação de capital”, (HARVEY, 2014, p. 57), e, onde o próprio conceito de desenvolvimento pode representar, em algumas situações, um conteúdo que remete à exclusão social e à degradação ambiental. (BRUZACA, 2011, p. 23).

O contexto muda, mas a violência empregada pelos poderosos em todos os lugares do mundo mascara, quando não é escancarado, o mesmo fim: a expropriação em nome do lucro. A falácia desenvolvimentista busca justificar suas ações na obtenção do lucro, entretanto o faz de maneira tal que implica em desapropriações em massa e na negligência de todo e qualquer tipo de direitos e garantias.

Essa situação não é muito distante do que ocorre com o objeto de pesquisa deste trabalho. Vale dizer que os povos e comunidades tradicionais são geralmente taxados como entraves aos projetos desenvolvimentistas e a produção midiática, nesse caso, respaldada pelo Estado, porque inerte, cede aos objetivos dos poderes financeiros e os servem de sua atuação, por exemplo, colaborando para pressionar a remoção dos moradores, fundamentados em um “urgentismo”, como se o progresso não pudesse parar (esperar).

Nesse contexto segregador é que movimentos que atuam buscando superar o isolamento e reconfigurar os espaços, de modo que este passe a apresentar uma imagem social diferente daquela dada pelos poderes dos empreiteiros, apoiados pelo capital econômico e por uma estrutura de Estado que atua na intenção de manter a forma hegemônica de poder são, por vezes, também marginalizados. (HARVEY, 2014, p. 49).

Nessas condições, os ideais de identidade urbana, cidadania e pertença, de uma política urbana coerente, já ameaçados pelo mal-estar da ética neoliberal individualista, tornam-se muito mais difíceis de manter [...] A absorção do excedente por meio da transformação urbana tem, contudo, um aspecto ainda mais sombrio, uma vez que implica uma grande recorrência de reestruturação urbana por meio de uma ‘destruição criativa’. Quase sempre, isso tem uma dimensão de classe, pois em geral são os pobres, os desprivilegiados e marginalizados do poder político os que sofrem mais que quaisquer outros com esse processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do antigo. (HARVEY, 2014, p. 50).

Transpor, por analogia, a perspectiva de Harvey para o campo que envolve os conflitos rurais travados entre as comunidades tradicionais e os grandes empreendimentos é uma abordagem necessária, tendo em vista que a invisibilização aqui ocorre praticamente nos mesmos termos e por conta dos mesmos motivos, considerando as divergências das épocas: a subjugação de classes desprovidas de qualquer tipo de poder econômico, e, por isso, marginalizadas.

Desse modo é que Pedro (2017, p. 8) destaca que como pano de fundo para a legitimação pública e naturalização das exceções e dos sacrifícios está o desenvolvimentismo como dispositivos de segurança, o qual possui, também, como

ontologia uma espécie de racismo ambiental institucionalizado que opõe as famílias do Cajueiro como “inimigas” do interesse de desenvolvimento capitalista e obstáculos para interesses econômicos.

Além disso, as facilidades encontradas por políticas já reproduzidas no interior da comunidade facilitam a intervenção dos meios de comunicação e na consequente posição de legitimação das estruturas de poder.

De acordo com o dossiê “*Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores dos direitos humanos no Brasil*”, elaborado pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos<sup>4</sup>:

O modelo de desenvolvimento brasileiro tem se amparado na instalação de grandes projetos de infraestrutura, energia, transportes, manutenção do latifúndio, mineração, pecuária extensiva e reordenamento das cidades. Os efeitos disso têm sido dramáticos para os direitos humanos de populações que vivem no entorno de tais empreendimentos e são afetadas por eles. Esse modelo acirra o número de conflitos socioambientais, gerando processos de resistência de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais. Em um contexto de dismantelamento das políticas públicas, de direitos humanos e até de inexistência de uma política pública para atingidas e atingidos por grandes empreendimentos, a resposta, seja por parte do Estado, seja por parte das empresas, vem sendo o aumento da criminalização das lutas sociais e de defensores e defensoras que ousam lutar pela garantia de seus direitos. (2016, não paginado).

É visivelmente um modelo de desenvolvimento voltado ao crescimento econômico que não contempla as comunidades locais, pelo contrário, as negligenciam a uma condição de invisibilidade que impede a luta por direitos, estes que, em sua maioria, são ligados à terra a qual intentam lhes retirar.

Trata-se aqui de reconhecer a vulnerabilidade desses grupos, ainda que segundo Butler (2018, p. 164), muitas vezes se considere a vulnerabilidade como uma circunstância contingente e passageira, posto que existem razões para não aceitar isso como uma visão geral. Atenta a autora para a necessidade de tomar cuidado com as seduções do discurso nesse momento.

O termo “mídia” nomeia qualquer forma de apresentação que nos mostre uma versão da realidade vinda de fora; ela opera por meio da uma série de embargos que possibilitam o que podemos chamar de mensagem, que nos afeta, com o que quero me referir tanto ao embargo – o que é editado, o que fica fora das margens – quanto ao que é apresentado. (BUTLER, 2018, p. 114-115).

---

<sup>4</sup> O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDDH) é uma articulação composta por diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que, desde 2004, acompanha a temática e atua na proteção às defensoras e defensores de direitos humanos em situações de risco, ameaça, ataque e/ou criminalização em decorrência de sua militância.

A mídia desempenha um papel sugestivo e age diretamente na produção da consciência de seus receptores, porém essa sugestão, apesar de muitas vezes determinante, não é suficiente na delimitação da formação da responsabilidade de cada um.

Aqui entra uma questão levantada por Butler (2018), onde ela contesta a noção deturpada de que as obrigações éticas surgem nos contextos de comunidades reunidas dentro de uma mesma fronteira, referindo-se a uma noção geográfica propriamente dita. A autora, por outro lado, observa esse fenômeno através de uma lógica diametralmente oposta, na qual atribui à mídia o papel de forjar esses supostos vínculos éticos que ligam os sujeitos apenas por sua localização espacial.

As obrigações com os mais distantes, assim como com os que estão próximos, atravessam fronteiras linguísticas e nacionais, e são possíveis apenas em virtude de traduções visuais ou linguísticas que incluem deslocamentos espaciais e temporais [...] Acredito que essa seja provavelmente uma experiência que temos em relação à mídia, que nos aproxima do sofrimento mais distante ao mesmo tempo que faz o mais próximo parecer distante [...]. (BUTLER, 2018, p. 115).

A crítica que a autora faz denota certa seletividade no que diz respeito aos acontecimentos capazes de trazer comoção ou indignação em cada sujeito. A propósito, porque somos capazes de nos comovermos, por exemplo, com o holocausto e não com o genocídio das comunidades tradicionais ameaçadas por grandes empreendimentos?

Trazendo para o contexto do estudo percebe-se que a indignação, dentro de certos aspectos, também é seletiva. É que não se trata apenas de uma população distinta vendo outra por meio de determinados momentos da mídia, mas o fato de que uma resposta como essa evidencia o despreparo da sociedade em distinguir o que lhe afeta.

Por enquanto, quero apenas sugerir, de maneira bastante elementar, que se tenho um vínculo apenas com aqueles que estão próximos de mim, que já me são familiares, então minha ética é invariavelmente paroquial, comunitária e excludente. Se tenho um vínculo apenas com os que são “humanos”, de maneira abstrata, então evito todos os esforços de tradução cultural entre a minha situação e a dos outros. Se tenho um vínculo apenas com aqueles que sofre à distância, e nunca com aqueles próximos de mim, então esvazio minha situação em um esforço para assegurar uma distância que me permita alimentar um sentimento ético e até mesmo me sentir ética. (BUTLER, 2018, p.116).

A conclusão que se chega até aqui é a de que, como bem lembra Butler (2018, p. 119) ao trazer à lume a posição de Emmanuel Lévinas, o conjunto de valores éticos por meio dos quais uma população está ligada a outra não depende, de maneira

nenhuma, de essas populações terem marcas similares de pertencimento nacional, cultural, religioso ou racional.

Para tanto, no próximo tópico far-se-á um resgate de situações concretas nas quais essa lógica possa ser percebida, assim como será analisado o discurso midiático enquanto ato político complexo que reelabora a dinâmica dos corpos a partir de uma nova forma de socialização, comunicação e resistência.

#### 4 O ENDEREÇO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: Comunidade Cajueiro, Zona Rural II, BR 135, Sudoeste da Ilha de São Luís-MA

*“Meu nome é Daniele e eu queria falar da empresa WPR...  
Bom, ela é uma destruidora de sonhos [...]  
Meu sonho mesmo era ter uma casa nova,  
porque a WPR destruiu a minha...  
É só isso”  
(Daniele Beatriz)<sup>5</sup>*

*“Nós vos pedimos com insistência:  
Nunca digam - Isso é natural!  
Diante dos acontecimentos de cada dia,  
Numa época em que corre o sangue  
Em que o arbitrário tem força de lei,  
Em que a humanidade se desumaniza  
Não digam nunca: Isso é natural  
A fim de que nada passe por imutável.”  
(Bertolt Brecht)*

O teor romântico do progresso brasileiro, traduzido na ascensão de empreendimentos que prometem gerar emprego e renda, tem a função primordial de enaltecer benefícios, que, dada a magnitude de sua apresentação, à primeira vista podem enganar. Entretanto, é importante se ater ao fato de que esses discursos, carregados de promessas, atuam tão somente com o intuito de ludibriar seus destinatários principais e, veladamente, desarticular a unidade e as lutas das populações que são prejudicadas diretamente por esses empreendimentos.

Sob uma estrutura cruelmente incidente, que se manifesta pela mídia e suas formas de criar e difundir padrões de pensamento e realidades, as comunidades tradicionais geralmente são mostradas como entraves ao desenvolvimento enquanto lutam frente à supressão dos seus direitos.

No Brasil, o sistema se vale de inúmeros discursos que, por sua vez, colaboram na construção de um contexto que resulta na ocultação das diferenças (através de compensações monetárias, por exemplo), com objetivos claros de desarticulação dos movimentos que lutam contra essa forma de violência.

Aliado a isso, ainda há mais uma faceta dessa opressão que se apresenta em função da dinâmica do sistema que, quando não consegue negar, se apropria de determinados elos de unidade da população para deslegitimá-las. De tal modo, os

---

<sup>5</sup> Transcrição de um trecho do vídeo: *“Menina, do povoado Cajueiro, em São Luís, chora e lamenta depois de ter casa derrubada por empresa”*. Publicada em 23 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G6p4vy7k0f4>>.

discursos midiáticos (os que são ligados aos interesses do capital, principalmente) buscam formas de definir a comunidade, pois julgam que sua categorização enquanto “obstáculos” conduzirão a resultados satisfatórios que culminam na limpeza da área através da sua expulsão sistemática e legítima.

Problematizar o que se apreende por luta coletiva dentro de uma comunidade tradicional é de extrema necessidade, além disso, identificar quem são os sujeitos que atuam na concretização dessa frente de luta contra-hegemônica é reconhecer também que o processo de resistência da comunidade frente à negação de direitos, que por muito tempo lhes foram negligenciados, não é novidade.

Nesse contexto, através da análise de matérias, reportagens e entrevistas relacionadas à Comunidade Cajueiro e à construção do porto que a Empresa WPR pretende levantar em seu lugar, demonstra-se como o discurso disseminado pela mídia institucionalizada contribui para a deslegitimação da comunidade enquanto sujeito titular dos direitos ligados àquela terra.

Essa análise leva a perceber que a resistência da comunidade é um ponto de ruptura entre dois lados, a mídia que atua junto aos interesses do Estado e de grandes empreendimentos privados, e de outro lado, uma espécie de mídia alternativa em ascensão, que atua com o objetivo de expor as contradições existentes no atual cenário de acirramento das lutas das comunidades por seus direitos.

Para tanto, esta análise se pauta em dois tipos de discursos: aquele emanado pela mídia institucionalizada, e, aquele que atua de modo alternativo ao primeiro. Essa pretensa comparação de discursos visa expor os modos pelos quais a comunidade Cajueiro, em especial, é apresentada diante dos objetivos dessas duas facetas dos meios de comunicação, e, ao final, refletir sobre os impactos sofridos pela comunidade a partir desses discursos e como isso pode contribuir na formação da identidade da causa defendida por esta, seja em seu aspecto jurídico ou social.

#### **4.1 Com quantas vítimas se constrói um porto?: Considerações sobre o conflito travado entre a Comunidade Cajueiro e a WPR LTDA**

Considerada como uma cidade de vocação portuária por planejadores e agentes do Estado, São Luís tornou-se alvo de empreendimentos cobiçosos que se aproveitam das condições geográficas locais para investir seu capital. (MOREIRA; CASTRO; SANTOS, 2018, p. 155). Entretanto, convém destacar que a expansão de

tais iniciativas, aliado à lógica desenvolvimentista, desconsidera as famílias instaladas no seu entorno, uma vez que esses investimentos concentram sua atuação em ações extremamente violadoras de direitos humanos.

Nesse contexto percebe-se que, em que pese o avanço de tais empreendimentos prometerem soluções instantâneas para as comunidades locais, estas não se isentam dos impactos socioambientais gerados pelos projetos implantados naquelas circunvizinhanças. Ressalta-se aqui, em especial, os conflitos enfrentados pela comunidade Cajueiro, que nos últimos anos tem sido palco de constantes disputas fundiárias e territoriais. (MOREIRA; CASTRO; SANTOS; 2018, p. 155).

O Cajueiro, comunidade tradicional localizada na zona rural de São Luís, sofre diretamente com os efeitos de projetos desenvolvimentistas que pretendem se instalar nessa área. Desde 2014 enfrenta um conflito direto com a Empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA., que visa a construção de um porto privado, o qual atenderá essencialmente aos interesses do agronegócio e de grandes corporações econômicas.

Resultado da instalação de projetos desse porte é que comunidades como o Cajueiro acabam ficando desestabilizadas, tendo em vista que suas economias e seus modos de vida locais são deixados de escanteio, forçando-as a se adequarem à nova realidade, o que acarreta uma mudança brusca e nociva na vida daquelas pessoas.

Importante destacar acerca da omissão do Estado no que tange ao amparo (ou a falta dele) às famílias que moram nessas regiões que, por conta do rápido e violento avanço desses empreendimentos, acabam tendo que sair dali.

O Estado contribui, principalmente, para o deslocamento compulsório em prol da instalação de empreendimentos industriais ou de infraestrutura, em nome de um discurso desenvolvimentista que, segundo os agentes do governo, gerariam riqueza, empregos e melhoria da qualidade de vida de toda a população maranhense, **a qual não poderia ser privada do direito ao desenvolvimento por famílias de comunidades deslocadas. Para o governo, o interesse dessas famílias tradicionais (cerca de 14.500 pessoas) não pode se sobrepor ao “interesse de toda população maranhense”.** (PEDRO; SANT’ANA JÚNIOR, 2018, p. 122, grifo nosso).

Essa concepção de desenvolvimento, em curso desde os anos 1970 e reorganizada nos anos 1990, desconsidera populações locais e as regiões visadas para sua expansão são consideradas como vazios demográficos/existenciais. De tal modo que esses conflitos entre agentes de expansão capitalista, estatais ou privados,

e povos e grupos sociais locais, têm sido uma marca permanente da implantação de projetos de desenvolvimento. (SANT'ANA JÚNIOR; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018, p. 10).

Para Nobre, Oliveira e Sbrana (2018, p. 190) diversas são as representações que sustentam esse discurso, como por exemplo,

[...] as representações da agricultura de pequeno porte, da roça, da pesca comunitária, das casas de taipa e tantas outras são associadas, frequentemente, ao “atraso” brasileiro. Em contrapartida, representações de grandes empresas, trens transportando vagões de minérios, gêneros alimentícios em grande quantidade, estradas de rodagem vastas, navios rumando a países ricos e a promessa de emprego e renda são associados ao tão sonhado desenvolvimento, ou seja, ao futuro tecnologicamente melhor, rico e livre de elementos, imagens e práticas vinculados socialmente ao atraso.

A remoção da comunidade da região atingida pela implantação dos chamados grandes projetos, para tanto, é baseada na premissa de que existe um espaço vazio de gentes e de sentido apto para ser desenvolvido, pois, primeiramente, o campo “naturalmente vocacionado” para capitalização de riquezas naturais secularmente percebidas como à disposição das forças civilizatórias, mais tarde estaria à disposição de forças modernizadoras e do desenvolvimento. (NOBRE; OLIVEIRA; SBRANA, 2018, p. 190).

A reprodução de discursos desse teor encontra suporte na produção midiática que desde sempre esteve nas mãos de quem detém o poder econômico e político, servindo como instrumento de autoridade de grandes grupos. Isso reflete na dificuldade de que assuntos mais significativos para a população sejam tratados da forma como acontece, além disso impede que haja maiores informações e esclarecimentos sobre as práticas realizadas em nome desses projetos e seus impactos.

Para Castro (2012, p. 9) a política desenvolvimentista é caracterizada pela intensificação das ações ligadas a grandes interesses de empresas, bancos, agências nacionais e internacionais, e aportes financeiros públicos e privados com capacidade de impor seus interesses no espaço e no tempo.

Dessa forma, ao refletir sobre aparatos de intervenções estatais em projetos de desenvolvimento e suas distintas formas legais de governar, é que surge a necessidade de pensar sobre os diferentes interesses e relações de poder que atuam sobre as práticas da ação estatal, bem como da necessidade de uma análise mais apurada sobre as noções de desenvolvimento e de seus aspectos simbólicos

assumidos no conflito. (SANT'ANA JÚNIOR; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018, p. 16).

Como pode ser percebido esse tipo de discurso desconsidera, dolosamente, as pautas das comunidades, que são, principalmente, as lutas por territórios e políticas públicas adequadas, focando apenas em enaltecer os supostos benefícios que eventualmente podem ser trazidos com a chegada desses empreendimentos, como por exemplo a geração de emprego e renda e a especulação imobiliária. Resultado disso é a criminalização da comunidade e dos movimentos que atuam em defesa da sua permanência no território reivindicado.

Nesse âmbito é que merece destaque a produção midiática, que tem por objetivo evidenciar as transformações do campo político por demandas específicas, como um dos mecanismos de poder enaltecedores desses discursos.

Percebe-se aqui que a produção desse tipo de mídia age como limitadora do campo de percepção e compreensão do espectador. Tal tipo de manobra, que se alia aos interesses privados de determinado grupo social, é responsável por antecipar o que será e o que não será incluído do campo de interpretação dos receptores desse discurso.

Por esse motivo é que Butler (2015, p. 103) compara as ações da mídia atual com a própria ação da guerra, onde as práticas e efeitos dos meios de comunicação eram determinados pela perspectiva do Departamento de Defesa, que, por sua vez, orquestrava a realidade, estabelecendo o alcance do que iria ser percebido como existente e necessário.

Ainda segundo a autora essa delimitação faz parte de uma operação do poder que não aparece como figura de opressão:

Trata-se antes precisamente de uma operação de poder não representável e, em certa medida, não intencional, cujo objetivo é delimitar o âmbito da própria representabilidade. **No entanto, o fato de essa forma de poder não ser representável como um sujeito intencionado não quer dizer que ela não possa ser identificada ou mostrada.** Ao contrário, o que se mostra quando ela se torna visível é o próprio aparato de encenação, os mapas que excluem certas regiões, as diretivas do Exército, o posicionamento das câmeras, as punições que estarão à espera se os protocolos de comunicação forem desrespeitados. (BUTLER, 2015, p. 113 -114, grifo nosso).

A lógica aqui é a de que a noção de realidade apresentada através desse tipo de mídia sirva de baliza para legitimar socialmente os interesses dos grandes projetos, o que reflete na sua legitimação também em outros campos, como o jurídico e o político. A mídia comprometida com a manutenção hegemônica de poder desses

grupos acaba delimitando a imagem, de modo que a porção indesejada seja excluída do campo visual. Ou seja, a imagem que, supostamente deveria entregar a realidade, na verdade a esconde da percepção. (BUTLER, 2015, p. 115).

Em contrapartida a essa mídia institucionalizada merece destaque a ascensão de uma espécie de mídia que busca dividir a fala com os povos e comunidades tradicionais que, por serem o setor que mais sofre o impacto da violência oriunda de empreendimentos externos precisam ser visibilizadas de alguma forma, a fim de apresentarem sua perspectiva.

Esse formato de fazer mídia se posiciona como importante frente de articulação e de resistência para as comunidades tradicionais do Maranhão, ou seja, se manifesta como uma nova forma de organização e luta, baseada em um modelo político-ideológico pautado na emancipação.

O movimento busca incentivar e fortalecer a resistência coletiva de modo a constituir um modelo de organização emancipatório, além de contribuir para a valorização das práticas culturais reproduzidas pela comunidade, que se inscrevem como manifestações identitárias do movimento.

De acordo com Rosimeire Santos (2017), integrante da coordenação do movimento "*Teja de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão*", a abertura de um debate com a sociedade sobre mídia e poder no Maranhão, onde povos e comunidades podem expressar sua opinião da forma como são retratados pelas mídias, e da forma que deveria ser uma comunicação que contribuísse com suas lutas, é importante para enriquecer o debate.

Ocorre que mesmo esse modelo de mídia alternativa e aparentemente democrática, simbolicamente, acaba também subjugando a comunidade. Em que pese a intenção seja a de proporcionar-lhe evidência, ao dividir a fala com suas lideranças, agem como porta-vozes daquela comunidade, ou seja, a voz não é a mesma.

Essa perspectiva de comunidade pensada de fora também carrega consigo um caráter uniformizador, que por meio da mídia dá voz à comunidade e promove seu protagonismo, o que nem sempre direciona para sua emancipação, posto que, seja a mídia institucionalizada ou a alternativa, seguem caminhos ideológicos que refletem uma determinada consciência de classe.

A tarefa emancipatória carrega consigo uma proposta influenciadora da realidade, tendo em vista que é através do reconhecimento de direitos e do

protagonismo da atuação que os sujeitos titulares destes se sentem aptos a buscá-los. A interferência de mecanismos externos nessa busca, em que pese a intenção ser a de auxiliar, acaba também subjugando os saberes daqueles que deveriam ser os interlocutores dos discursos.

Diante dessa crítica, a constatação que se chega é a seguinte: enquanto a mídia institucionalizada silencia, quando sequer considera a comunidade como passível de aparecer, e, conforme não aparecem tenta-se passar a imagem de que não são detentoras dos direitos suprimidos pelo empreendimento; a mídia alternativa, em contrapartida, ao proporcionar uma leitura sobre a realidade da comunidade, dando-os visibilidade, não percebe, ao mesmo tempo, que os invisibiliza também, pois não são eles próprios, os donos da fala, de novo que a dizem.

De certo modo é a imposição de um saber-poder, ou seja, é como se fossem os responsáveis por traduzir a fala daquela comunidade. Assim, dão continuidade à função simbólica da mídia, a de separar e subjugar conhecimentos.

#### **4.2 Guerra invisível: as nuances do poder simbólico na construção do discurso midiático**

O processo de naturalização de certas práticas na sociedade faz com que elas se tornem inquestionáveis, o que colabora para o incremento de perspectivas políticas e sua legitimação no que diz respeito à apropriação do espaço de fala. Dentre essas técnicas merecem destaque aquelas que nascem especialmente diante de algum quadro de crise ou negação de direitos. Nessa perspectiva é que Bourdieu (1997, p. 57) estabelece uma linha de separação entre o que convencionou chamar de dominantes e dominados.

Para Bourdieu (1997, p. 54), as representações sociais são estratégias de luta que comprovam a existência de relações de força e de instrumentos que visam transformá-la ou conservá-la, nesse contexto é que acredita que o universo do jornalismo, principalmente, está aliado às pressões do campo econômico e da dominação simbólica do poder.

Bourdieu, em *“Sobre a televisão”* (1997, p. 57), mostra que os dominantes caracterizam-se por aqueles que detêm o monopólio real dos instrumentos de produção e difusão de conteúdos, como os jornalistas, apresentadores de programas e os publicitários. O lado dos dominados, por sua vez, é composto por aqueles que

não possuem direito à palavra, os telespectadores, que embora possam motivar uma pequena parcela dos conteúdos a serem explorados, não possuem poder para determiná-los.

A produção midiática, seja por qual meio de comunicação que ela se dê, encontra-se sob permanente pressão do campo econômico, que é o principal responsável por sua atual modelagem. Essa característica evidencia as relações de poder existentes e mantém a influência dos grupos dominantes, por meio da imposição de suas concepções, que podem se converter em modelos sociais e estilos de vida permanentes.

Segundo Ferreira (2005, p. 38), a mídia ocupa um lugar central nessa produção simbólica de saberes, especialmente nas sociedades contemporâneas, para tanto o autor chama essa nova roupagem de produção de conteúdo de “campo de produção de eventos midiáticos”, o que considera ser o oposto daquilo que se reconhece como espaço público, pois estes espaços não são abertos, em nenhum sentido, mas constituídos conforme as lógicas de produção capitalista e, conseqüentemente, de poder.

Decerto esse reconhecimento não causa nenhuma surpresa, pois historicamente não mudou. Durante muito tempo os meios de comunicação se concentravam nas mãos de grupos que representavam o poder hegemônico, de forma que estes utilizavam desse poder para fazer valer seus interesses. Com a democratização dos meios de comunicação e, conseqüentemente, da informação, através da ascensão da internet, principalmente, é que a veiculação das mensagens puderam ter um alcance mais abrangente e inclusivo.

Nesse sentido, convém destacar como a atuação biopolítica, promovida por tais mecanismos, que agem com o intuito de desqualificar certas vidas em detrimento da reprodução da lógica desenvolvimentista, pode implicar na redução legítima de direitos e garantias desses povos. Além disso, merece relevo também perceber como a violência simbólica, perpetrada através desses discursos, tem contribuído na validação da retirada de direitos da comunidade, tendo em vista, principalmente, que a maioria dos seus direitos são os aliados à preservação da terra e sua manutenção nela.

É por essa razão que uma das práticas que podem ser consideradas simbólicas na comunidade Cajueiro diz respeito justamente ao papel que a mídia desempenha, seja a institucionalizada, seja a alternativa. Para fazer uma breve

diferenciação entre esses dois termos que, convencionalmente, serão usados ao longo deste trabalho, pode-se dizer que enquanto a mídia institucionalizada se debruça sobre os interesses do capital, a mídia alternativa busca, através do contato com a comunidade, mostrar a realidade dos fatos, de modo a provocar uma desconstrução do primeiro discurso.

Os subtópicos que se seguem destinam-se a elencar algumas matérias acerca da situação da Comunidade Cajueiro e seu impasse com a WPR, com o objetivo de demonstrar como esses tipos de mídia citados enquadram a comunidade e sua luta por direitos.

#### 4.2.1 Progresso acima de tudo, capital acima de todos: a produção simbólica do discurso desenvolvimentista através da mídia institucionalizada

Os recortes apresentados a seguir referem-se às publicações de um jornal local de São Luís e região, o “*Jornal O Imparcial*”, uma plataforma que divulga as ações do governo do Estado, e que tendenciosamente apoia a atual gestão e dissemina suas pautas governamentais.

Os destaques que serão feitos ao longo de sua redação são no intuito de chamar atenção para um tipo de discurso que se repete em praticamente todas as vezes que o referido Jornal se propõe a trazer alguma informação que diga respeito à relação existente entre a construção do porto e a comunidade Cajueiro.

São, em sua maioria, expressões e ideias que se vinculam ao discurso desenvolvimentista, ou seja, evidenciam a geração de empregos e renda e a visibilidade da capital do Maranhão no que diz respeito à atração de outros investimentos. Percebe-se também que quase nunca a comunidade e os impactos que serão sofridos por seus moradores, sejam econômicos ou socioambientais, aparecem como pauta relevante, e sequer secundária, em outras palavras, simplesmente não é mencionado nada nesse sentido.

A percepção, de início, identifica a atuação de uma mídia que auxilia e colabora na manutenção do poder político e econômico, se valendo, para tanto, da falta de transparência, diálogo e participação social em suas matérias, o que acarreta uma dupla opressão no que atine à comunidade Cajueiro, quanto à sua existência e quanto ao direito de participação e visibilidade nas pautas que lhe envolvem.

Seguem alguns trechos<sup>6</sup> de matérias publicadas no *Jornal O Imparcial*, que abordam situações sobre o caso em estudo.

**Gigante investe R\$ 1,5 bi e gera 5 mil empregos com novo porto no MA** [...] O terminal é arrojado e **promete transformar o Estado em um dos maiores canais de escoamento de produtos agrícolas do Brasil**. “É certamente o maior investimento privado realizado em terras maranhenses em muitos e muitos anos”, comunica a WTorre, em nota divulgada para a imprensa nesta semana.

**Além de soluções logísticas, o projeto aquecerá o mercado maranhense com a criação e 5 mil novos empregos diretos e indiretos**. Destinado à movimentação de cargas de granéis sólidos e líquidos, carga geral e contêineres (importação e exportação), espera-se que o WPR Terminal Portuário traga desenvolvimento econômico e social.

**“Milhares de empresas locais serão beneficiadas com a demanda a ser gerada pelas diversas fases da construção e a mão de obra local será devidamente capacitada não só para o trabalho de construção, como também de operação do porto, quando finalmente a fita inaugural for cortada”, diz a nota.** [...] São Luís está próxima dos maiores mercados consumidores do mundo: Estados Unidos Europa e Ásia e, por isso, **acredita-se que a região será, em médio prazo, o principal ponto estratégico de escoamento da produção nacional**.

[...] Segundo a WTorre, **para melhorar a qualidade de vida da comunidade onde o Porto será instalado**, obras de infraestrutura, saneamento, pavimentação, legalização fundiária, instalação de posto de saúde, escola, posto médico e delegacia modelo foram firmadas com o Governo Estadual e estão sendo cumpridas de forma integral. No plano ambiental, ações contemplam a proteção do meio ambiente e melhoria do ecossistema local.

Fonte: Disponível em:

<<https://oimparcial.com.br/negocios/2017/12/gigante-investe-r-15-bilhao-e-vai-gerar-mais-de-5-mil-empregos-com-novo-porto-de-sao-luis/>>. Publicada em: 29/12/2017. (Grifo nosso). (Vide Anexo A).

#### **Solenidade marca início de obras do porto São Luís**

[...] Em três anos, espera-se que o Maranhão tenha mais um terminal portuário de excelência com a assinatura chinesa e parceria brasileira.

[...] **Para os investidores do projeto, o Maranhão foi escolhido por uma série de fatores naturais, além do crescimento crescente que o estado vem apresentando**. O que aumenta as expectativas de resultados que serão exitosos após a conclusão do porto

[...] **De acordo com o governador Flávio Dino, o novo Porto São Luís em pleno funcionamento vai fomentar estímulo econômico, além da geração de emprego e renda com números cada vez melhores para o estado** [...] **“Nós teremos mais adiante, também, a consolidação de uma vocação que estamos buscando para nosso estado, que é de um grande ponto de convergência logística para todo o eixo norte do país”**, explicou o governador Flávio Dino.

[...] Um dos pontos ainda discutidos na construção do Porto São Luís é a relação com a comunidade tradicional do Cajueiro, diretamente atingida com o empreendimento na região [...] Sobre a relação com a comunidade, a WPR diz que, **desde que a área do empreendimento foi adquirida, no local foram feitos levantamentos socioeconômicos na região e todas as 90 famílias residentes foram cadastradas. Segundo ainda a empresa, mais de 90% dos moradores já concluíram as negociações para a venda de suas residências**.

Fonte: Disponível em:

<sup>6</sup> As matérias em sua versão integral serão anexadas ao final do trabalho.

<<https://oimparcial.com.br/politica/2018/03/solenidade-marca-inicio-de-obras-do-porto-sao-luis/>>. Publicado em: 17/03/2018. (Grifo nosso). (Vide Anexo B).

### **Se inicia a construção do Porto São Luís**

[...] A estimativa é de **geração de 2,5 mil empregos diretos durante esta primeira fase, além dos empregos indiretos, sempre priorizando a contratação de mão de obra local**. O pico de obra é previsto para ocorrer entre junho de 2019 e abril de 2021.

[...] Este será um dos maiores portos de produtos a granel do Brasil, comum corredor logístico que envolverá o escoamento da produção de estados do Nordeste e Centro-Oeste. O movimento de cargas será de 7 milhões de toneladas de grãos por ano, 3 milhões de toneladas de fertilizantes/ano, 1,5 milhão de toneladas de carga geral/ano e 2,5 milhões de m<sup>3</sup> líquidos/ano. A capacidade dos navios que utilizarão o porto está definida entre 125.000 DWT e 45.000 DWT.

Fonte: Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2018/09/se-inicia-a-construcao-do-porto-sao-luis/>>. Publicado em: 05/09/2018. (Grifo nosso). (Vide Anexo C).

### **Construtora da maior ponte do mundo tem obra de quase 1 bilhão no MA**

[...] A empreiteira responsável foi a China Communication Construction Company International (CCCC), sócia majoritária do Porto São Luís, que fica na comunidade Cajueiro, próximo à Vila Maranhão, na capital maranhense. **Em conjunto com a WPR, a CCCC deve investir mais de R\$ 800 milhões no local em infraestrutura portuária.**

A primeira fase do Porto está prevista para ser concluída em quatro anos. **Estima-se que nesse período sejam gerados 2,5 mil empregos diretos, além de milhares de outros empregos indiretos.**

Fonte: Disponível em:

<<https://oimparcial.com.br/cidades/2018/10/construtora-da-maior-ponte-do-mundo-tem-obra-de-quase-1-bilhao-no-ma/>>. Publicado em: 25/10/2018. (Grifo nosso). (Vide Anexo D).

O discurso depreendido até aqui é o de que a construção do porto já é algo real e palpável, desconsidera, pois, toda e qualquer sorte de que o conflito entre a comunidade e a empresa possa resultar em “vitória” da comunidade. Nitidamente a intenção de tais reportagens é evidenciar o caráter progressista do empreendimento, não considera, em grau algum, falas e opiniões de líderes comunitários ou moradores.

Ressalta-se aqui para o modo como essa construção de “verdades” interfere de maneira circunstancial na permanência da comunidade na terra exigida pela WPR, o que evidencia a forma não comprometida das instituições de justiça do Estado que, aliadas a esse tipo de mídia, não conhecem ou não querem conhecer os direitos que as comunidades tradicionais possuem.

#### 4.2.2 “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”<sup>7</sup>: a busca de reconhecimento da Comunidade Cajueiro através da atuação das mídias alternativas

Ao contrário da abordagem analisada no subtópico anterior, tem-se aqui o demonstrativo de plataformas alternativas de comunicação, ou seja, formas de mídias que foram criadas com a proposta de contar a realidade da comunidade e os impactos que a construção do porto causará para os modos de vida locais.

Na tentativa de dar visibilidade à problemática da comunidade, é que os discursos veiculados através de plataformas alternativas de comunicação<sup>8</sup>, como *blogs* e *posts* em redes sociais (*Facebook, Twitter, Instagram*), apresentam uma visão mais voltada para os problemas e dificuldades que as comunidades enfrentam, além de demonstrar como os impactos trazidos pela construção do porto tem o potencial de influenciar na existência destas.

##### **Empresa que ameaça acabar com comunidade no Maranhão ganha autorização do governo federal para construir porto**

A WPR ficou conhecida na capital do Maranhão em 2014, **quando promoveu uma série de ataques para expulsar a comunidade tradicional do Cajueiro do local onde pretende construir seu porto**. Sua dona, a WTorre, não tinha seu nome citado nessas transações, talvez para não atingir sua marca com o trabalho sujo desempenhado pela sua subsidiária. Entre esses ataques, destacam-se o uso de seguranças privados agindo com intimidação na comunidade, tentativa de instalação de cancelas para proibir os pescadores de terem acesso ao mar, derrubada de casas dos moradores, conluio com políticos [...]

**Com a forte resistência por parte dos moradores, o governo eleito foi acionado, e acompanhou, em diversas reuniões, antes mesmo da posse, o drama destas famílias.** [...] No território do Cajueiro situa-se o mais antigo lugar de culto afro na Ilha do Maranhão, o Terreiro do Egito, que deu origem a vários terreiros que se espalharam não apenas no Estado, mas por outras partes do mundo.

[...] Os pedidos formulados pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão tiveram o mesmo destino. **Dessa forma fica claro que não apenas os governos federal e estadual devem satisfações à sociedade, como esse tipo de procedimento, envolto numa cortina de fumaça, favorece a empresa [...]**

Fonte: Disponível em: <<http://cajueiroresiste.blogspot.com/>>. Publicada em: 07/01/2016. (Grifo nosso). (Vide Anexo E).

##### **Comunidade do Cajueiro, uma das mais importantes do Maranhão e do Brasil, está ameaçada de extinção!**

#praquemnaosabe desde o ano de 2014, a comunidade Cajueiro, que se constitui como comunidade tradicional da zona rural de São Luís, perpassa por um conflito direto com a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., subsidiária da empresa de engenharia e construção civil WTorre, **visando a construção de um porto privado que atenderá diretamente aos interesses do agronegócio e de grandes corporações econômicas, ameaçando gravemente a permanência desta comunidade**

<sup>7</sup> Frase extraída dos escritos de Frei Betto.

<sup>8</sup> As matérias em sua versão integral serão anexadas ao final do trabalho.

**e de seu modo de vida.** Este absurdo compromete a vida de centenas de famílias que vivem ali e tiram seu sustento através da agricultura familiar, além da região ser um sítio arqueológico, ter fontes de água potável, manguezais, ecossistemas riquíssimos e abrigar o Terreiro do Egito, importantíssimo para a história das religiões de matriz africana no Maranhão, Brasil e no Mundo!

Fonte: Disponível em: <<http://praquemnaosabe.com.br/blog/comunidade-do-cajueiro-uma-das-mais-importantes-do-maranhao-e-brasil-esta-ameacada-de-extincao/>>. Publicado em: 20/12/2017. (Grifo nosso). (Vide Anexo F).

### **A luta travada pela comunidade de Cajueiro (MA) pelo direito de continuar existindo**

Na zona rural de São Luís (MA) fica a comunidade de Cajueiro, com cerca de 500 famílias. O território é marcado por constantes conflitos: **a área está cercada por fábricas de cimento, por uma usina termoeletrica, duas fábricas de fertilizantes, usinas e refinarias da Vale, cuja estrada de ferro passa ao lado.**

Em consequência, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cajueiro está localizada numa das áreas mais pobres e desiguais do país e também é uma das mais poluídas - 4,5 vezes mais poluída que Cubatão (SP) nos anos 1990.

[...] Um dos impasses está no direito à propriedade. Apesar de a comunidade estar regularmente assentada pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), a empresa alega ser proprietária de boa parte da localidade.

A reportagem entrou em contato com a WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, mas não obteve retorno até o fechamento.

Fonte: Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/24/a-luta-travada-pela-comunidade-de-cajueiro-ma-pelo-direito-de-continuar-existindo/>>. Publicada em: 24/04/2018. (Grifo nosso). (Vide Anexo G).

### **Cajueiro Resiste: Para Justiça do Maranhão, defesa do meio ambiente não é questão urgente**

Inacreditável. Assim pode ser classificada a decisão da justiça maranhense, proferida pelo juiz Marco Antonio Netto Teixeira e referendada pelo desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, dada no final de semana, sobre o pedido da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, que solicitou ao plantão judiciário a suspensão da retomada das obras do porto que a WPR/WTorre e sua parceira chinesa (CCCC) pretendem construir na comunidade do Cajueiro, em São Luís do Maranhão.

[...] A paralisação havia sido conseguida pela comunidade e militantes sociais após o início do desmatamento gerar prejuízos graves no local: infestação de animais peçonhentos que perderam abrigos nas matas e alojaram-se nas casas – seu Joca, morador do Cajueiro com mais de 80 anos de idade, teve de ser hospitalizado em razão de picada de escorpião; crianças não podem sair de casa para não serem também picadas por insetos ou cobras; a escola municipal teve aulas paralisadas porque as obras acontecem em seu quintal; vegetação protegida por lei foi desmatada sem previsão nos relatórios de impacto.

Fonte: Disponível em:

<<http://defesadailha.hospedagemdesites.ws/defesadailha/2018/01/30/cajueiro-resiste-para-justica-do-maranhao-defesa-do-meio-ambiente-nao-e-questao-urgente/>>. Publicada em: 30/01/2018. (Grifo nosso). (Vide Anexo H).

A mídia alternativa, ao buscar contribuir para a luta da comunidade, solidarizando-se com suas causas, que apesar de externas, não lhes são alheias, evidencia uma contradição latente que existe entre os dois tipos de discursos.

A atuação nesse sentido, através da percepção da cultura e dos costumes desses povos enquanto um bem jurídico a ser tutelado, age no reconhecimento e na desconstrução lógica do discurso anterior que, quando não mata, oprime a luta desses povos em todas as suas manifestações de resistência.

Essa manifesta seleção acerca daquilo que será ilustrado atende a tramas locais próprias, ou seja, não se desvincula do espaço de fala que cada um desses meios obedece. Reconhecer a distinção entre os dois quer dizer também reconhecer a manifestação da biopolítica aqui e entender que, em que pese suas intenções, não deixam de ser formas de impor um saber-poder sobre a comunidade.

### 4.3 Escutem o grito do povo: as vias de opressão na Comunidade Cajueiro

A mídia alternativa, nos termos em que foi apresentada no tópico anterior, pode ser traduzida enquanto forma de auxílio na resistência ao poder hegemonicamente instalado, este que procura submeter vidas vulneráveis à negação sistemática de seus direitos, através de discursos ilegítimos e opressores.

Entretanto, ainda que se considere que a mídia alternativa seja um componente estratégico no processo de solução das contradições envolvendo as demandas da comunidade, não há como negar que esta também se reveste de autoridade sobre a própria comunidade.

Nesse contexto, onde se reconhece a opressão advinda de ambos os lados, Chauí constata que:

Mas não só isso. O privilégio concedido às práticas científicas significa o privilégio das intervenções no real humano e natural tornadas possíveis por elas; ou seja, **a técnica, sob a ciência moderna, se torna tecnologia, intervenção que se auto-afirma como legítima e necessária porque dotada de positividade científica.** As crises e as catástrofes que decorrem periodicamente de tais práticas são socialmente aceitas como custos sociais inevitáveis e a sua superação reside em novas práticas científicas de mesmo teor. **Como o conhecimento científico não está distribuído socialmente de forma equitativa, as intervenções no real privilegiadas por ele tendem a ser aquelas determinadas por classes e grupos sociais que monopolizam o acesso à ciência.** (CHAUI, 2014, p. 35, grifo nosso).

Ou seja, por óbvio a carga de desconfiança que a comunidade nutre sobre as mídias institucionalizadas ou convencionais, contribuem para que elas se vejam amparadas nos discursos reproduzidos pelas mídias alternativas que, diferente da primeira, procuram atuar em conjunto com a comunidade e se mostram responsáveis

pelo reconhecimento e reprodução de suas demandas, seja perante o Estado, seja perante a sociedade.

Entretanto, é importante perceber que esse modo de produção midiático também possui um caráter opressor, e aqui não se discute o grau dessa opressão, pois em maior ou menor grau esta continua sendo uma forma de violência simbólica.

A discussão se estende sobre a exclusão dessa população, tanto no acesso a esse tipo de saber, quanto no usufruto dos resultados econômicos e simbólicos produzidos por eles, o que indica que a injustiça social assenta-se também na injustiça cognitiva. (CHAUI, 2014, p. 35). Ou seja, esse tipo de saber concebido no campo midiático trata as comunidades como consequência e não como parte do processo.

É nítido que o alcance desses dois tipos de discursos atinge de modos distintos seus espectadores, o que se dá por diversos motivos, como por exemplo, condição social, localização, acesso aos meios de comunicação disponíveis, dentre outros.

Seus objetivos também são distintos e, por isso, merecem ser aqui identificados: a busca pelo convencimento da população acerca dos benefícios, e tão somente dos benefícios, que esses empreendimentos trarão para o desenvolvimento, aparecem aliados à ocultação dos conflitos e das dificuldades enfrentadas pela comunidade com essa ascensão, em contraponto a essa perspectiva, que é a dominante, tem-se a demanda por um espaço democrático que evidencie a luta de resistência pela comunidade para a manutenção de seus direitos.

Decerto, lutar pela democratização da informação é uma pauta fundamental, de absoluto interesse social e que desagrada a elite, que sempre atuou para calar a voz dos mais pobres. Entretanto, o cerne do problema a ser tratado aqui transcende a dualidade entre o discurso “bom” e o “mal” atribuído a essas duas plataformas, está muito mais ligado à forma como os dois, seja o institucionalizado ou alternativo, chegam àquela comunidade, se é que chegam.

Tal indagação surgiu a partir de uma conversa realizada com o ex-líder comunitário da Comunidade Cajueiro, o senhor Davi de Jesus Sá, oportunidade em que o morador foi questionado se a comunidade já havia se sentido lesada ou, pelo contrário, amparada com alguma notícia ou reportagem que por ventura saíra a seu respeito, e se os moradores da comunidade tinham acesso ou conhecimento acerca das notícias que os envolviam, a resposta foi a seguinte:

[...] não [...] as reportagens que tiveram não foi desrespeitosamente não, **agora também como eu falei, a gente não tem como apresentar nada [...] não tem em mãos dizendo que fizemos isso, isso e isso [...] ou um documento ou em vídeo... não tem acesso [...]** como tava dizendo aqui, os meninos que tiveram ontente [sic] aqui o menino até disse que ia fazer uma reunião pra mostrar o vídeo, porque não vai sair na televisão não [...] é na internet que vai sair, e aí essa internet ele disse que vai nacional e internacional [...] **eu tô querendo é isso aí mesmo, porque a gente até falou que a gente tem feito muitas, muitas dessas, mas a gente ainda não teve assim conhecimento [...] ainda não foi divulgado [...] se foi divulgado [...]** isso aqui (apontando para um celular) não presta, tá aqui só de enfeite, a televisão eu não assisto muito e através de internet também eu não vou ver porque eu tô de mão redonda pra mexer nesse celular [...] eu ainda não sei mexer com ele direitinho, porque eu não estudei pra isso [...] agora tem que pegar, tem que chaleira pra ajudar aqui [...] **a divulgação foi pouca ou quase nenhuma [...] e até por causa dessa falta de divulgação foi também [...]** acho que os pessoal aí fora, o governador, o prefeito, **ninguém fez ligação [sic] pra isso [...]** e aí não sei [...] ainda outro dia mesmo veio outro rapaz aqui, uns jornalistas pra fazer uma filmagem aqui [...] trouxeram até drone [...] tudinho, fizeram através de drone, aí eu disse pra ele ‘olha aí gente, uma coisa que eu vou pedir pra vocês que eu acho que desde de 2014 eu nunca pedi pra ninguém não [...] **esses vídeo aí era pra comunidade aqui ter [...] porque a comunidade aqui não sabe [...] o que é que estão fazendo? Ninguém vê nada [...] pelo menos a apresentação de uma coisa né? Não é passado nada, nem apresentado nada [...] então pra eles acho que não tá servindo de nada não [...] e por causa disso que tem muita gente que não se manifesta sobre nada [...]** foi até o que eu questionei com os meninos [...] quer dizer, quase implorei né [...] ‘olha, vê se vocês dão um jeito de me dar esse vídeo ou então um documentário [...] tragam um documentário’ [...] porque aí até quando alguém da comunidade falar eu digo ‘ó tá aqui ó o que se fez’ [...] mas aí não tem como mostrar nada, nadinha [...] aí ele me garantiu que ia me mandar alguns resultados, mas [...]”<sup>9</sup>. (Informação verbal, grifo nosso).

Buscando exemplificar o que foi dito acima, o próprio Sr. Davi narra um episódio em que foi convocado para fazer uma fala sobre a comunidade em uma rádio:

[...] outro dia eu falei foi lá na Rádio Tambor, eu digo [...] eu não tô querendo rejeitar essa oportunidade aqui, mas como vai ser no rádio, vai sair logo, se fosse pra sair amanhã ou depois eu não ia dar essa entrevista aqui não, porque eu sei que não sai igual [...] (Informação verbal)

Percebe-se, através da fala de Davi, que há um déficit no que diz respeito ao retorno para a comunidade acerca das produções midiáticas divulgadas a seu respeito, o que resulta em uma invisibilidade, portanto, de ambos os lados, principalmente quando se coloca em pauta a importância que essas produções poderiam trazer para a história de luta da comunidade.

Por conta da existência de contextos como o apresentado acima é que o “*Observatório do Direito à Comunicação*”<sup>10</sup> defende que as concepções acerca do

<sup>9</sup> Davi de Jesus Sá, morador do Cajueiro e ex-líder comunitário da União de Moradores Proteção do Bom Jesus do Cajueiro. Gravação de áudio realizada em 30 de outubro de 2018, no Cajueiro.

<sup>10</sup> Em funcionamento desde fevereiro de 2007, o Observatório do Direito à Comunicação é uma iniciativa do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social que tem por objetivo estimular o

direito à comunicação devem ir muito além daquilo que se encontra imbricado nos direitos à liberdade de informação e de imprensa, a fim de sustentar tal assertiva baseia-se nas premissas adotadas pelo Relatório MacBride.

Sucintamente, o Relatório MacBride (1983), conhecido no Brasil pelo título “*Um Mundo e Muitas Vozes*”, é um documento da UNESCO que discute questões comunicacionais ainda não resolvidas na atualidade. Dentre elas, está a falta de democracia na comunicação, devido ao fluxo unidirecional de informação que resulta na sua verticalização. (ALCURI et al., 2012, p. 1).

O documento reforça, explicitamente, a emergência do reconhecimento de um direito humano à comunicação como princípio jurídico, de forma que as premissas a serem utilizadas na sua caracterização devem abranger os seguintes requisitos: a) a presença de um fluxo de informação e conhecimento horizontal, privilegiando o diálogo em detrimento do monólogo; b) não restritivo aos detentores das novas tecnologias; c) que descentralizasse o poder e a riqueza; d) que buscasse a emancipação de todos os povos e suas respectivas culturas e; e) que priorizasse a radicalização da democracia. (UNESCO, 1983).

Paiva reconhece que “[...] atualmente, apesar das inumeráveis formas de interação e de interconexão, prosseguimos limitados, com pouca participação do receptor em relação ao que afeta a sociedade, das decisões políticas às alterações econômicas”. (*apud* ALCURI et. al, 2012, p. 1).

Não é afastada aqui a possibilidade de se enxergar as mídias alternativas como principais atores dessa mudança na atualidade, entretanto, em que pese seu objetivo “democratizador”, o que ainda se percebe é justamente a presença de uma lógica que mantém a verticalização da informação, na medida em que consideram as comunidades como objetos da notícia e não como sujeitos aptos a falar sobre aquele processo e receber a notícia efetivamente.

Em vista disso, Santos (2014, p. 31), apesar de considerar que é através do diálogo e com a ação organizada dos grupos oprimidos que será possível fazer a distinção entre uma política emancipatória e uma meramente regulatória, acrescenta que:

---

debate crítico sobre a situação do Direito à Comunicação no Brasil. Os conteúdos produzidos e reunidos pelo Observatório do Direito à Comunicação buscam tratar a comunicação em perspectiva ampla, abordando desde questões relativas à propriedade dos meios ao conteúdo difundido pelas emissoras concessionárias de rádio e televisão, passando pela mais recente discussão sobre a convergência tecnológica e a digitalização da mídia.

Sob a perspectiva da emancipação, **as contradições que perpassam os Direitos Humanos tornam-se evidentes, tanto porque o conceito de sujeito de direito tem servido, no plano da regulação, para o exercício legal da violência e da coação de indivíduos e coletividades, quanto porque, no plano da emancipação, exigem redefinição para muito além do quadro jurídico positivo estatal.** A utopia dos Direitos Humanos, tendo como inspiração a ideia de que a democracia é, antes e sobretudo, a forma sociopolítica de criação de direitos, opera afirmando que, doravante, se trata da criação e garantia. (SANTOS, 2006, p. 43, grifo nosso).

É verdade que o reconhecimento da situação de fragilidade da comunidade faz com que haja uma sensibilidade por parte de alguns atores sociais em revelar seu problema para fora daquele meio, porém estes pecam ao negligenciar o retorno dessas produções para a própria comunidade, seja como auxílio ou como memória, resultando em violação ao direito à comunicação daquele povo, que possui, para além do direito de informar e de se informar, o direito de ser informado.

Constata-se, então, a utopia presente na operacionalização de tal prática, o que se deve às dimensões simbólicas através das quais esse tipo de discurso é construído, de modo que, segundo Chauí (2014, p. 35), ainda essa técnica alternativa se torna tecnologia de poder, tendo em vista que sua autoafirmação como legítima e necessária também é dotada de positividade científica, assim como a institucionalizada.

Ou seja, mesmo aqueles que enxergam nesse tipo de produção uma via para prestar amparo à comunidade, concedendo a elas um espaço que as visibilize, acabam, ao se preocupar apenas com aquela aparição para o “lado de fora”, desconsiderando a comunidade como destinatários dessa produção.

De acordo com Spivak (2010, p. 48) não se trata de uma descrição de “[...] como as coisas realmente eram [...]” ou de privilegiar a narrativa da história sob o ponto de vista progressista, mas, ao contrário, trata-se de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas.

É simbolicamente violenta porque os protagonistas, depois que fazem seu “papel”, são excluídos como espectadores da notícia, o que se deve a uma série de fatores pontuais, dentre eles, puderam ser constatados os seguintes: ausência de *internet* e meios de comunicação, e do retorno dos próprios produtores das mídias que não tem o interesse de compartilhar o produzido com a comunidade.

Não se quer dizer aqui que isso seja feito de modo intencional ou que, por conta dessa limitação, suas demandas, história e cultura não mereçam ser evidenciadas, pelo contrário, o que se pretende chamar atenção é no que tange à

tensão existente entre os propósitos das duas fontes de informação e como elas impactam na vida da comunidade.

Reconhecer a existência da limitação de acesso da própria comunidade é reconhecer também a existência de uma seletividade no que atine ao repasse de conhecimentos. Tratar os moradores do Cajueiro enquanto sujeitos políticos através desses discursos perpassa por um debate muito mais abrangente do que simplesmente reconhecê-los enquanto merecedores de visibilidade, significa compreender que as ideias advindas de meios contra-hegemônicos também podem ser dotadas de preconceitos.

Como consequência, **não podemos compreender o campo da representabilidade simplesmente examinando seus conteúdos explícitos, uma vez que ele é constituído fundamentalmente pelo que é deixado de fora, mantido fora do enquadramento dentro do qual as representações aparecem.** Podemos pensar no enquadramento, então, como algo ativo, que tanto descarta como mostra, e que faz as duas coisas ao mesmo tempo, em silêncio, sem nenhum sinal visível da operação. O que surge nessas condições é um espectador que supõe estar em uma relação visual imediata (e incontestável) com a realidade. (BUTLER, 2015, p. 112, grifo nosso).

Dessa forma, Butler (2015, p. 112) conclui que a compreensão acerca dos símbolos que essa prática carrega consigo não pretende ser evidenciada de modo explícito, o que não exclui seu caráter violento, ainda que simbolicamente. Para a autora, o cuidado para entender a conjuntura interna pela qual perpassa esse tipo de tecnologia é muito mais gritante quando analisado fora dos enquadramentos que se mostram alcançáveis.

Em outras palavras, a articulação desenvolvida por esse tipo de mídia mascara a existência de um poder simbólico que reside por trás de sua intenção emancipatória. O discurso que pretende a igualdade entre os povos e o reconhecimento de direitos e garantias efetivas tende a cair por terra a partir do momento que a comunidade não se configura a um só tempo como protagonista e destinatária das informações que lhe dizem respeito.

Essa pauta é abordada na obra intitulada *“Pode o subalterno falar?”*, onde a autora, ao trazer os estudos feitos por Foucault para análise, conclui que ele está certo ao sugerir que “[...] tornar visível o que não é visto também pode significar uma mudança de nível, dirigindo-se a uma camada de material que, até então, não tinha tido pertinência alguma para a história e que não havia sido reconhecida como tendo qualquer valor moral, estético ou histórico”. (SPIVAK, 2010, p. 61).

A construção de um direito que emancipa ao mesmo tempo que educa para a atuação, prescinde da participação dos sujeitos da comunidade em todas as facetas de operacionalização da técnica, sob pena de possuir igualmente uma dimensão civilizatória e opressora.

Nesse compasso, conclui-se que a superação dos entraves e desafios que dificultam a efetivação dos direitos das comunidades tradicionais, demonstrados através da análise da Comunidade Cajueiro, perpassam por diversas formas de apropriação, quer seja visível, ou invisível, mas que, em maior ou menor grau de culpa promovem um tipo de violência simbólica que limita a emancipação da comunidade e a sua participação efetiva e plena, enquanto protagonistas, na busca de seus direitos.

A superação dos entraves e desafios que dificultam a efetivação dos direitos da comunidade deve, simultaneamente, passar por uma batalha comunicativa capaz de desconstruir ideologias que estabelecem certezas e promessas que, ao invés de atribuir, expropriam direitos. Além disso, segundo Alcuri et al. (2012, p. 11) é válida a proposição de que o processo comunicacional é a base para o alcance de demais direitos humanos.

O reconhecimento da condição de sujeito e de um lugar de pertencimento eticamente qualificado na sociedade atual, em contradição às condições sistêmicas de opressão, exclusão ou aniquilamento é relevante ao passo que se identifica como a negação sumária da existência de determinada camada da população se torna legítima na medida em que há uma autorização para que o processo midiático, sem distinção, conduza as decisões previamente produzidas em sistemas paralelos.

## 5 CONCLUSÃO

Através da análise da Comunidade Cajueiro foi possível constatar que o exercício da dominação simbólica no âmbito das relações político-sociais-econômicas pode ser concebido como um problema crônico capaz de resultar em consequências, em sua maioria, irremediáveis e com vistas a atingir a sociedade, direta ou indiretamente, em sua totalidade.

Assumir esse problema como social é o primeiro passo para o reconhecimento da completa ausência de propostas aptas a considerar determinadas populações como sujeitos efetivos de direitos. A exclusão da participação social das demandas que lhes dizem respeito, aliados à cumplicidade do Estado, acaba legitimando práticas de mercado na regulamentação da sociedade, o que não afasta suas implicações na esfera jurídica.

Historicamente, a superação do poder soberano, revestido no poder dos reis, significou o surgimento de novos e permanentes modelos de dominação, seja através da disciplina ou da regulamentação de corpos. A sutileza com a qual essa dominação é exercida demonstra que o sucesso de tais formas simbólicas de violência, especialmente as pautadas no discurso, prescinde de uma atuação balizada na normalização, daí Foucault (2005) considerar que o estado de exceção é regra nas sociedades.

Atentar para a imprescindibilidade das espécies de racismo como responsáveis por legitimar a “morte” de alguns grupos é igualmente determinante para o desenrolar da pesquisa, tendo em vista que esse é um fenômeno que desde sempre tem funcionado como um filtro das relações de poder. Mais do que uma “licença para matar”, a institucionalização do racismo, ao encontrar suporte em órgãos jurídicos e administrativos, é uma concessão declaradamente insensível e responsável por menosprezar e dizimar populações a despeito da lógica desenvolvimentista.

A insurgência de um método biopolítico de adestramento de corpos, conforme constatado por Foucault, aliados à análise desenvolvida por Agamben quanto à incidência desse método nas sociedades atuais, permitiu que se observasse, nos discursos norteadores de empreendimentos “progressistas”, a necessidade que esses têm de controlar as populações que, segundo sua ótica, se constituem como barreiras ao desenvolvimento.

A escolha do conflito entre a Comunidade Cajueiro e a empresa WPR Gestão de Portos e Terminais Ltda foi crucial para essa análise, na medida em que pode ser vislumbrado, em termos práticos, a atuação maciça de técnicas de poder com o propósito de expulsar, legitimamente, a comunidade do seu território.

Importa rememorar que o território para as comunidades tradicionais transcende qualquer valor monetário, tendo em vista que esses grupos são ligados à terra devido a diversos outros fatores, que não o especulativo, tais como tradições, cultura, identidade, história. Para tanto, o sentimento de pertencimento que nutrem pela terra onde vivem e de onde retiram seu sustento é o que impulsiona a resistência da comunidade, ainda que diante de tantas violações de direitos e limitações.

Constata-se, diante desse panorama, que os discursos é que são os principais responsáveis por perpetuar a lógica hegemônica de poder, o que se mostra suficiente para legitimar aqueles que, econômica, social e politicamente, aparentam ter a razão e o poder a seu favor, na medida em que o fazem apoiados em instituições estatais e numa sociedade condescendente com algo que é imposto arbitrariamente.

Considerar a existência da precariedade da vida desses povos, conforme disserta Butler (2011), implica no reconhecimento, declarado, de que há sim vidas que valem mais do que outras. Dessa perspectiva é que surge a relevância quanto ao estudo da Comunidade Cajueiro enquanto exemplo de grupo que sofre com a imposição de saberes, o que evidencia também a facilidade com que esses grupos tendem a ser descartados.

Ademais, a superação dos entraves e desafios que dificultam a efetivação dos direitos das comunidades tradicionais deve, simultaneamente, passar por uma batalha comunicativa capaz de desconstruir ideologias que estabelecem certezas e promessas que, ao invés de atribuir, expropriam direitos.

A análise dos discursos é válida na medida em que permitiu a identificação de um padrão impositivo, responsável pela subjugação de saberes e opressão, no que diz respeito ao acesso e ao conhecimento de informações. No caso em análise, especificamente, é o que se observa quando se propõe a comparar os discursos realizados por duas plataformas antagônicas de produção e difusão de notícias, convencionalmente chamadas no trabalho de mídia institucionalizada e mídia alternativa.

Constatou-se que os discursos a que se propõe a mídia institucionalizada são geralmente rasos, sem muita profundidade. Essa ausência de significado e

visibilidade da comunidade, por sua vez, impacta diretamente na percepção do público, que acredita ser aquele um retrato fidedigno do que acontece na realidade. Decerto que as propostas capitalistas se mostram tentadoras, mas não justificam a violência que é perpetrada em desfavor daqueles que são desprezados e oprimidos pelo capital.

A falta de comprometimento com o modo de repassar o estilo de vida, as tradições e o trabalho desenvolvido na e pela comunidade é violento e desleal. Aqui, o objeto da informação sequer é conhecido, e isso é nítido diante da pobreza das informações já destacadas, ou seja, atuam como verdadeiros responsáveis por levar o “problema” para longe dos olhos do público.

Em contraponto, observa-se que a mídia alternativa busca se estruturar no interior de espaços que fomentem a interação e autonomia das comunidades, incrementando, no processo de produção, técnicas de minimização de burocracias e descartes de laços institucionais e formalidades hierárquicas, características pontuais da maioria das mídias institucionalizadas.

A pretensão é a atuação baseada em canais de solidariedade e na estratégia de aglutinação de forças visando auxiliar sua emancipação. Ocorre que isso redundará num processo de “inclusão-exclusão”, ou seja, tomar para si o discurso daquelas pessoas, como se fossem seus, não deixa de ser uma forma de instituição de poder através da apropriação do discurso.

Nesse contexto é que o enfrentamento da problemática levantada no decorrer do presente trabalho foi substancial para perceber que a negação sumária da existência de determinada camada da população tende a se tornar legítima na medida em que há uma autorização para que o processo midiático conduza as decisões produzidas em sistemas paralelos, funcionando, efetivamente, como método de dominação.

Isso pode ser percebido através das falas de um dos moradores da Comunidade Cajueiro que relata sua angústia com a ausência de retorno daquilo que é produzido a partir da existência da comunidade, seja como auxílio ou como memória.

Depreende-se da pesquisa a noção de que há uma necessidade latente de discutir a existência e reprodução de formas simbólicas de poder que atuam paralelamente à ordem jurídica. Enfrentar isso significa, além de reconhecer a

existência desses discursos, admitir que, em que pesem as aparências, os dois são igualmente opressores.

Conclui-se, por fim, que as vias de opressão, apesar de distintas, possuem igualmente um caráter subjugador de saberes e visões de mundo, onde a proposta de superação reside na reprodução de práticas de idêntico teor. A respeito disso, observou-se que os impactos sofridos pela comunidade, primeiramente, atingem uma das facetas que compõem o direito à comunicação, qual seja, o direito de ser informado, o que acarreta uma conseqüente violação a todos os demais direitos humanos, decorrente, direta ou indiretamente, do primeiro, o que, em nenhuma medida, a despeito do que pretende os métodos alternativos, é capaz de emancipar a população e fazê-las protagonistas de sua luta e na continuidade de sua história de resistência.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. BURIGIO, Henrique (Trad.). **Homo Sacer: o poder soberano e vida nua**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ALCURI, Gabriela et al. **O Relatório MacBride: história, importância e desafios**. 2012. Disponível em: < <http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/05-AC.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

ALMEIDA, Daniela dos Santos. **Justiça ambiental e o racismo ambiental no Brasil**. 109 fls. Monografia (Graduação) - Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29622/29622.PDF> >. Acesso em: 24 out. 2018.

ALMEIDA, Davi da Costa. Os desdobramentos da biopolítica na contemporaneidade: de Foucault, Arendt e Benjamin a Giorgio Agamben. **Textura Canoas**, n. 25, p. 106-135, jan./jun. 2012. Disponível em: < <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/967/739>>. Acesso em: 24 out. 2018.

BOURDIEU, Pierre. MACHADO, Maria Lúcia (Trad.). **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm)>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRUZACA, Ruan Didier. **A duplicação da Estrada de Ferro Carajás e seus impactos socioambientais: uma análise do modelo jurídico dominante e as vias para um novo modelo jurídico**. 2011. 68 fls. Monografia (Graduação) - Curso de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, São Luís, 2011.

\_\_\_\_\_; SOUSA, Mônica Teresa Costa. Conflitos socioambientais no contexto desenvolvimentista da Amazônia Brasileira: proteção de direitos de comunidades quilombolas frente à duplicação da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 147-173, jul./dez. 2015. Disponível em: < <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/587/458>>. Acesso em: 16 out. 2018.

BUTLER, Judith. MIGUENS, Fernanda Siqueira (Trad.). **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

\_\_\_\_\_. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. Vida precária. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 1, n.1, p. 13-33, jan./jul. 2011.

CARVALHO, Raquel Alves de. **A construção da identidade e da cultura dos povos do campo, entre o preconceito e a resistência: o papel da educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP. 2011. 153 fls. Disponível em: <[https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/16092011\\_144256\\_raquelcarvalho\\_tese.pdf](https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/16092011_144256_raquelcarvalho_tese.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2018.

CAJUEIRO Resiste: para justiça do Maranhão, defesa do meio ambiente não é questão urgente. **Defesa da Ilha**: movimento de defesa da ilha, São Luís, 30 jan. 2018. Disponível em: <<http://defesadailha.hospedagemdesites.ws/defesadailha/2018/01/30/cajueiro-resiste-para-justica-do-maranhao-defesa-do-meio-ambiente-nao-e-questao-urgente/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n64/04.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2018.

CHAUI, Marilena. Saudação a Boaventura de Sousa Santos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; \_\_\_\_\_. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014, p. 23-40.

COMITÊ BRASILEIRO DE DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS. **Vidas em luta**: criminalização e violência contra defensoras e defensores dos direitos humanos no Brasil. Curitiba: Terra de Direitos, 2017. Organização de Layza Queiroz Santos e Alice De Marchi Pereira de Souza. Disponível em: <[http://comiteddh.org.br/wp-content/uploads/2017/07/terra-de-direitos\\_dosie\\_040717\\_web.pdf](http://comiteddh.org.br/wp-content/uploads/2017/07/terra-de-direitos_dosie_040717_web.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2018.

COMUNICAÇÃO e poder no Maranhão: por que debater? **Bulicoso**, São Luís, 17 out. 2017. Disponível em: <<https://bulicoso.com.br/comunicacao-e-poder-no-maranhao-por-que-debater/>>. Acesso em 02 nov. 2018.

COMUNIDADE do Cajueiro, uma das mais importantes do Maranhão e do Brasil, está ameaçada de extinção! **Pra quem não sabe**, São Luís, 20 dez. 2017. Disponível em: <<http://praquemnaosabe.com.br/blog/comunidade-do-cajueiro-uma-das-mais-importantes-do-maranhao-e-brasil-esta-ameacada-de-extincao/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

CONSTRUTORA da maior ponte do mundo tem obra de quase 1 bilhão no MA. **O Imparcial**, São Luís, 25 out. 2018. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2018/10/construtora-da-maior-ponte-do-mundo-tem-obra-de-quase-1-bilhao-no-ma/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

DAVID, Hadassa Ester. A influência das guerras na comunicação: a relação entre os conflitos e a produção de discursos midiáticos. In: XIII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, Cuiabá/ MT, 8 - 10 jun. 2011. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2011/resumos/R27-0137-1.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

EMPRESA que ameaça acabar com comunidade no Maranhão ganha autorização do governo federal para construir porto. **Blog Cajueiro Resiste**, São Luís, 7 jan. 2016. Disponível em: <<http://cajueiroresiste.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

FERREIRA, Jairo. Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 35-44, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2087/1827>>. Acesso em: 9 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. GALVÃO, Maria Ermantina (Trad.). **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa (Trad.); ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Trad.). **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. BERLINER, Claudia (Trad.). **Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIGANTE investe R\$ 1,5 bi e gera 5 mil empregos com novo porto no MA. **O Imparcial**, São Luís, 29 dez. 2017. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/negocios/2017/12/gigante-investe-r-15-bilhao-e-vai-gerar-mais-de-5-mil-empregos-com-novo-porto-de-sao-luis/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

GOMES, Fernando Bertani. Escalas da Necropolítica: um ensaio sobre a produção do 'outro' e a territorialização da violência homicida no Brasil. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, RS, v. 21, n. 2, p. 46-60, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/27000/pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

HACHEM, Daniel Wunder. PIVETTA, Saulo Lindorfer. A biopolítica em Giorgio Agamben e Michel Foucault: o Estado, a sociedade de segurança e a vida nua. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 10, n. 10, p. 340-361, jul./dez. 2011.

HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. In: **SEMINÁRIO CEARENSE CONTRA O RACISMO AMBIENTAL**. Fortaleza, 20 - 22 nov. 2006. Disponível em: <[http://sinop.unemat.br/site\\_antigo/prof/foto\\_p\\_downloads/fot\\_8304injustiya\\_e\\_bacis\\_mo\\_ambiental\\_pdf.pdf](http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8304injustiya_e_bacis_mo_ambiental_pdf.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2018.

LAPLATINE, François. CHAUVEL, Marie-Agnès (Trad.). **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 27.

A LUTA travada pela comunidade de Cajueiro (MA) pelo direito de continuar existindo. **Brasil de Fato**, 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/24/a-luta-travada-pela-comunidade-de-cajueiro-ma-pelo-direito-de-continuar-existindo/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MODESTO, Nilo Sérgio d'Avila. A “ausência assistida” do poder político na compreensão dos sentidos das ações dos sujeitos sociais na produção do espaço. In: SILVA, Catia Antonia da. CAMPOS, Andreilino; MODESTO, Nilo Sérgio d'Avila. **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-113.

MOREIRA, Jadeyson Ferreira; CASTRO, Maria Ecy Lopes de; SANTOS, Neuziane Sousa de. Desenvolvimento, repertório de ação e mobilizações políticas: notas sobre o conflito na Comunidade Cajueiro. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia (Orgs.). **Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais**. São Luís: EDUFMA, 2018, p. 117-153.

NOBRE, Ana Kely de Lima. OLIVEIRA, Josemiro Ferreira. SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. Imaginário, imposição e resistência: o desenvolvimentismo no meio rural de São Luís, Maranhão. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia (Orgs.). **Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais**. São Luís: EDUFMA, 2018, p. 187-212.

OLIVEIRA, Fernando. A mídia, o campo, a ordem e o discurso: molduras do poder simbólico. In: V ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, Salvador, 27 - 29 de maio 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19459.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

PACHECO, Tania. Racismo ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. In: SRH (Org.). **Justiça pelas águas: enfrentamento ao racismo ambiental**. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008. p. 11-23. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

PEDRO, Viviane Vazzi. **"Quem não pode com a formiga não assanha o cajueiro"**: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís – MA. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017, 308 fls. Disponível em: <<http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2017/12/Tese-FINAL-Viviane-Vazzi-Pedro.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2018.

\_\_\_\_\_. SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. "Na lei ou na marra nós vamos ganhar": a judicialização como estratégia de confronto político pela defesa do Cajueiro e seu território étnico. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia (Orgs.). **Desenvolvimento em questão**: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: EDUFMA, 2018, p. 117-153.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, p. 128.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Racismo ambiental às comunidades quilombolas. **RIDH - Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 4, n. 2, p. 129-141, jul./dez., 2016. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/393/182>>. Acesso em: 22 out. 2018.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia. Da ideia de desenvolvimento, das ações e de confrontos: uma introdução. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Desenvolvimento em questão**: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: EDUFMA, 2018, p. 5-20.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 23-40.

SE inicia a construção do Porto São Luís. **O Imparcial**, São Luís, 5 set. 2018. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2018/09/se-inicia-a-construcao-do-porto-sao-luis/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

SILVA, Lays Helena Paes e. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **E-Cadernos Ces [Online]**, n. 17, 01 set. 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1123>>. Acesso em: 23 out. 2018.

SOUZA, Helder Félix Pereira de. A perspectiva biopolítica de Agamben: alguns conceitos para se (re)pensar o direito atual. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 9, n.1, 2014. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/viewFile/5761/3138>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SOLENIDADE marca início de obras do Porto São Luís. **O Imparcial**, São Luís, 17 mar. 2018. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/politica/2018/03/solenidade-marca-inicio-de-obras-do-porto-sao-luis/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico:** fundamentos de uma nova cultura no Direito. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

**ANEXOS**

**ANEXO A** – Jornal O Imparcial: “Gigante investe R\$ 1,5 bi e gera 5 mil empregos com novo porto no MA”

NEGÓCIOS

## Gigante investe R\$1,5 bi e gera 5 mil empregos com novo porto no MA

O terminal é arrojado e promete transformar o Estado em um dos maiores canais de escoamento de produtos agrícolas do Brasil

Por: Da Redação

◀ Data de publicação: 29 de Dezembro de 2017



Profundidade marítima favorável, livre canal de acesso e posição geográfica privilegiada renderam ao Maranhão investimento estimado em R\$ 1,5 bilhão de reais. Trata-se do WPR Terminal Portuário de São Luís, da gigante brasileira WTorre S.A, que se aliou a maior empresa de infraestrutura da China na construção do novo porto.

O terminal é arrojado e promete transformar o Estado em um dos maiores canais de escoamento de produtos agrícolas do Brasil. “É certamente o maior investimento privado realizado em terras maranhenses em muitos e muitos anos”, comunica a WTorre, em nota divulgada para a imprensa nesta semana (leia a íntegra no final da matéria).

Além de soluções logísticas, o projeto aquecerá o mercado maranhense com a criação de 5 mil novos empregos diretos e indiretos. Destinado à movimentação de cargas de granéis sólidos e líquidos, carga geral e contêineres (importação e exportação), espera-se que o WPR Terminal Portuário traga desenvolvimento econômico e social.

“Milhares de empresas locais serão beneficiadas com a demanda a ser gerada pelas diversas fases da construção e a mão de obra local será devidamente capacitada não só para o trabalho de construção, como também de operação do porto, quando naturalmente a ta inaugural for cortada”, diz a nota.

Infraestrutura moderna vai proporcionar eficiência, qualidade e conectar ferrovias, portos e terminais para operação ágil e segura em áreas central, norte e nordeste do País, interligadas pela Ferrovia Norte-Sul/Carajás. São Luís está próxima dos maiores mercados consumidores do mundo: Estados Unidos Europa e Ásia e, por isso, acredita-se que a região será, em médio prazo, o principal ponto estratégico de escoamento da produção nacional.

Com o novo Porto de São Luís, negócios podem ser uma força para o bem e as bases já estão sendo construídas para um futuro que beneficiará a todos. O comércio será ampliado além das fronteiras, a comunidade local se desenvolverá e o Maranhão crescerá em potencial.

## **Responsabilidade Social**

Segundo a WTorre, para melhorar a qualidade de vida da comunidade onde o Porto será instalado, obras de infraestrutura, saneamento, pavimentação, legalização fundiária, instalação de posto de saúde, escola, posto médico e delegacia modelo foram rmadas com o Governo Estadual e estão sendo cumpridas de forma integral. No plano ambiental, ações contemplam a proteção do meio ambiente e melhoria do ecossistema local.

*Pouco mais de quatro anos atrás, desembarcamos no município de São Luís do Maranhão com o projeto de construção do mais moderno terminal portuário do País e um investimento estimado em R\$ 1,5 bilhão.*

*Certamente, o maior investimento privado realizado em terras maranhenses em muitos e muitos anos.*

*Mas a cidade não foi escolhida aleatoriamente. São Luís, e a área em*

*que o projeto será implantado, têm vocação natural para a atividade portuária, com características naturais e geográficas únicas, dada sua proximidade com os maiores mercados consumidores do mundo: Estados Unidos, Europa e Ásia. No futuro próximo, a região será um importante, senão o principal, ponto estratégico de escoamento da produção nacional, através da interligação com a Ferrovia Norte-Sul.*

*Somamos a estes dados, a possibilidade de transformar a vida de milhares de cidadãos e trazer um novo patamar de desenvolvimento ao estado.*

*Afinal, nada menos que cinco mil empregos diretos e indiretos serão gerados ao longo das obras. Milhares de empresas locais serão beneficiadas com a demanda a ser gerada pelas diversas fases da construção e a mão de obra local será devidamente capacitada não só para o trabalho de construção, como também de operação do porto, quando finalmente a fita inaugural for cortada.*

*Na região limítrofe ao projeto estão previstas obras de infraestrutura, saneamento, pavimentação, legalização fundiária e instalação de posto de saúde, escola, posto médico e uma delegacia modelo. Todos estes itens foram firmados com o Governo Estadual por meio de documentos devidamente assinados, e estão sendo cumpridos integralmente, dentro do cronograma traçado.*

*Nosso compromisso é ser uma alavanca do desenvolvimento do Estado para que a economia maranhense possa se inserir do século XXI. Nosso compromisso é perene e de longo prazo. Não estamos aqui, com tamanho aporte de recursos e parceiros estratégicos tão importantes – como a maior empresa de infraestrutura da China – de forma passageira ou aventureira.*

*Em um momento em que a economia brasileira se ressentida da falta de investimentos, sobretudo do capital estrangeiro, é importante chamar a atenção da sociedade maranhense para que perceba que o Terminal de Uso Privado de São Luís é um projeto de enormes proporções que traz consigo modernas tecnologias, geração de emprego e renda, desenvolvimento social e econômico e que será, sem dúvida, motivo de orgulho para todos os maranhenses e brasileiros.*

© 2002 - 2018. Todos os direitos reservados

Fonte: Disponível em:

<<https://oimparcial.com.br/negocios/2017/12/gigante-investe-r-15-bilhao-e-vai-gerar-mais-de-5-mil-empregos-com-novo-porto-de-sao-luis/>>.

ANEXO B – Jornal O Imparcial: “Solenidade marca início de obras do porto São Luís”

GIGANTE CHINÊS

## Solenidade marca início de obras do Porto São Luís

Para os investidores do projeto, o Maranhão foi escolhido por uma série de fatores naturais, além do crescimento crescente que o estado vem apresentando

Por: Luís Furtado

Data de publicação: 17 de Março de 2018

Foto: Karlos Gerom



Com estimativa de movimentação de cerca de 10 milhões de toneladas ao ano, foi lançado definitivamente, ontem, o Porto São Luís, um Terminal de Uso Privado, na comunidade Cajueiro, próximo à Vila Maranhão. O evento foi marcado com a colocação da pedra fundamental do Porto durante uma cerimônia de implantação do primeiro bloco de pedreira na área onde o terminal portuário irá funcionar. Em três anos, espera-se que o Maranhão tenha mais um terminal portuário de excelência com a assinatura chinesa e parceria brasileira. Em seguida, os idealizadores do empreendimento fizeram uma apresentação às autoridades e demais convidados no Hotel Pestana São Luís, no Calhau.

Dentre os convidados que participaram da solenidade, estava o presidente da China Communication

Construction Company International (CCCC), Chen Zhong, o governador do estado, Flávio Dino, Li Jinzhang, embaixador da China no Brasil, o sócio-proprietário da WPR, Walter Torre, além de outras autoridades como o vice-governador Carlos Brandão, o vice-prefeito Júlio Pinheiro, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), Edilson Baldez, entre outros. Além da apresentação de vídeos institucionais demonstrando toda a magnitude da obra que deve ser um dos maiores terminais portuários do país, foram assinados documentos que marcam o início dos acordos entre as empresas brasileiras e instituições da China.

## **Credibilidade no estado**

Para os investidores do projeto, o Maranhão foi escolhido por uma série de fatores naturais, além do crescimento crescente que o estado vem apresentando. O que aumenta as expectativas de resultados que serão exitosos após a conclusão do porto.

O presidente para as Américas da CCCC, Chang Yun Po, demonstrou ansiedade ao comentar que o Porto São Luís será uma das grandes obras da companhia. “Será um grande porto com capacidade para o escoamento de muitas mercadorias. Com certeza é um investimento muito importante para a empresa e para o estado”, acrescentou Chang Yun Po.

Durante seu discurso, o sócio-proprietário da WPR, Walter Torre, afirmou que o Porto São Luís, que foi pensado há quatro anos, é o projeto do mais moderno terminal portuário do país. “Ele nasce para ser o maior porto de granel do país”, ressaltou Walter Torre. O empresário destacou ainda a importância dos empregos diretos e indiretos gerados com o empreendimento.

O empresário Paulo Remy, que é sócio-proprietário da Lyon Capital Partners, parceiro no projeto do Porto São Luís, falou ainda da importância na parceria entre a empresa chinesa e empresas do Brasil. “Estamos formando talvez o maior pilar de sustentação da economia global das últimas décadas”, disse ele, dando a dimensão do empreendimento empresarial.

## **Empresas de renome**

É de se entender a importância da obra que chega ao estado apenas observando o currículo das empresas que estão envolvidas neste projeto. A China Communications Construction Company (CCCC) é nada menos que a maior empresa de infraestrutura da China e sendo também a quinta maior do mundo. Entre as obras em que esteve envolvida, tem destaque a construção da maior ponte do mundo que liga Macau e Zhuhai, com 55 quilômetros de extensão. Um fator importante que também deve ser destacado está relacionado à popularidade que as obras orientais possuem, com alguns projetos de excelência em engenharia que colocam a China entre competidores eminentes no setor, constatou o Boston Consulting Group (BCG).

No lado brasileiro, a WPR, empresa de infraestrutura do empresário Walter Torre Júnior, foi fundada em São Paulo, em 1981, atuando em diferentes áreas, como construção civil, desenvolvimento imobiliário, centros logísticos, entretenimento, shopping centers e infraestrutura. Entre as obras de destaque, estão o Estaleiro Rio Grande, no Rio Grande do Sul, o Allianz Parque, em São Paulo, conhecido como Arena Palmeiras, que foi construído para receber espetáculos, concertos, eventos corporativos e, principalmente, partidas de futebol do Palmeiras. Integrando ainda o grupo de investidores está a Lyon Capital Partners, uma empresa de private equity independente, que é um tipo de atividade financeira realizada por instituições que investem essencialmente em empresas que ainda não são listadas em bolsa de valores, ou seja, ainda estão fechadas ao mercado de capitais, com o objetivo de captar recursos para alcançar desenvolvimento da empresa. Esses investimentos são realizados via empresas de participações privadas, que geram os fundos. A Lyon Capital Partners será responsável por prospectar oportunidades de negócios, especialmente na área de infraestrutura, em toda a América Latina. A empresa se consolidou no mercado com investimentos acima dos US\$ 800 milhões em

carteira, nos segmentos de portos, logística e energia. O capital intelectual da Lyon Capital é formado por uma equipe de reconhecida competência técnica com uma sólida rede de contatos nacionais e internacionais com a qual tem acesso aos investidores no Brasil e no exterior.

## Um porto de grandes proporções

O Porto São Luís compreende uma área de 200 hectares onde serão construídos seis berços, sendo quatro na primeira fase de construção e dois na segunda, mais ponte de acesso, acesso rodoviário e pela ferroviária. A capacidade de movimentação será, anualmente, de cerca de dez milhões de toneladas, sendo: sete milhões de soja e milho; 1,5 milhão de fertilizantes; 1,5 milhão de carga geral; e 1,8 mil metros cúbicos de derivados de petróleo. A obra terá investimento de R\$800 milhões, com a conclusão da primeira fase em quatro anos. A estimativa é de geração de quatro mil empregos diretos durante esta primeira fase, além de milhares de empregos indiretos.

De acordo com o governador Flávio Dino, o novo Porto São Luís em pleno funcionamento vai fomentar estímulo econômico, além da geração de emprego e renda com números cada vez melhores para o estado. “Nós já temos hoje três pontos importantes funcionando no Maranhão. Temos o Porto do Itaqui, o Porto do Vale e o da Alcoa, movimentando 200 milhões de toneladas a cada ano. E a chegada de mais um porto, além de gerar benefícios imediatos com a obra, trará milhares de postos de trabalho, beneficiando o setor de comércio e serviços. Nós teremos mais adiante, também, a consolidação de uma vocação que estamos buscando para nosso estado, que é de um grande ponto de convergência logística para todo o eixo norte do país”, explicou o governador Flávio Dino.

Para o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca, Márcio Honaiser, que esteve no lançamento, o investimento e instalação de mais portos no estado, que tem fatores naturais para o crescimento desse setor, ampliará ainda mais a indicação do Maranhão como uma das principais portas de entrada e saída do país. “Existem mercado e oportunidade para todos. É infinita a quantidade de produtos que podem entrar e sair pelo Maranhão, não só os produzidos aqui, mas os que vêm de todo o arco norte e podem circular por dentro do estado usando como porto de entrada e saída do Maranhão. Quanto mais parceiros vierem para o estado, é sempre bem-vindo”, disse o secretário.

## Relação com a comunidade



Foto: Karlos

Um dos pontos ainda discutidos na construção do Porto São Luís é a relação com a comunidade tradicional do Cajueiro, diretamente atingida como empreendimento na região. Durante a colocação da pedra fundamental no local onde o porto deve funcionar, moradores contrários ao projeto realizaram protesto reivindicando menores interferências da empresa nos costumes e legado local. Os manifestantes fecharam ruas, e a polícia foi até o local para controlar a situação. Movimentos sindicais também participaram da mobilização com faixas e cartazes. Sobre a relação com a comunidade, a WPR diz que, desde que a área do empreendimento foi adquirida, no local foram feitos levantamentos socioeconômicos na região e todas as 90 famílias residentes foram cadastradas. Segundo ainda a empresa, mais de 90% dos moradores já concluíram as negociações para venda de suas residências.

Fonte: Disponível em:

<<https://oimparcial.com.br/politica/2018/03/solenidade-marca-inicio-de-obras-do-porto-sao-luis/>>.

**ANEXO C – Jornal O Imparcial: “Se inicia a construção do Porto São Luís”**

CAJUEIRO

**Se inicia a construção do Porto São Luís**

Estima-se que, quando finalizado, o porto será um dos maiores em transporte de produtos a granel do país

**Data de publicação:** 05 de Setembro de 2018

A primeira fase da construção do Porto São Luís se inicia na comunidade Cajueiro, próximo à Vila Maranhão. Nos últimos meses, tiveram início as atividades de terraplenagem na área, segundo as normas dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federal, com a retirada da camada superficial de solo, montagem do canteiro de obras, e a continuidade das sondagens em terra (onshore) e no mar (o"shore) na futura localização do cais e do píer de acesso ao cais.

A obra abrange uma área de dois milhões de metros quadrados onde serão construídos seis berços de atracação, sendo quatro na primeira fase. Com investimento de R\$ 800 mi, a previsão é que a primeira fase seja concluída em quatro anos.

A estimativa é de geração de 2,5 mil empregos diretos durante esta primeira fase, além dos empregos indiretos, sempre priorizando a contratação de mão de obra local. O pico de obra é previsto para ocorrer entre junho de 2019 e abril de 2021.

**Objetivo**

Este será um dos maiores portos de produtos a granel do Brasil, com um corredor logístico que envolverá o escoamento da produção de estados do Nordeste e Centro-Oeste. O movimento de cargas será de 7 milhões de toneladas de grãos por ano, 3 milhões de toneladas de fertilizantes/ano, 1,5 milhão de toneladas de carga geral/ano e 2,5 milhões de m³ líquidos/ano. A capacidade dos navios que utilizarão o porto está definida entre 125.000 DWT e 45.000 DWT (sigla em inglês para capacidade de carga do navio em toneladas).

A grande diversidade no conjunto de construções a serem executadas, incluindo edificações pesadas em terra e no mar, obras de artes especiais (OAE) – tal como viaduto, acesso do ferroviário e linha de transmissão de energia elétrica, é um dos desafios da equipe multidisciplinar de engenheiros da Rota Nordeste (Concremat/SHEC).

“É preciso muito planejamento e gestão para lidar com projetos de grande porte e alta complexidade. Na área marítima, por exemplo, superamos adversidades como a grande oscilação da maré da região, que chega até a 7 metros. Para isso, investimos em conhecimento técnico, inovação e pesquisa e desenvolvimento”, avalia Ricardo Bueno, vice-presidente da área de EPC da Concremat.

© 2002 - 2018. Todos os direitos reservados

Fonte: Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2018/09/se-inicia-a-construcao-do-porto-sao-luis/>>.

**ANEXO D** – Jornal O Imparcial: “Construtora da maior ponte do mundo tem obra de quase 1 bilhão no MA”

---

## INFRAESTRUTURA

# Construtora da maior ponte do mundo tem obra de quase 1 bilhão no MA

Segundo investidores, o Maranhão foi escolhido por uma série de fatores naturais, além do crescimento que o Estado vem apresentando

---

**Por:** Da Redação

**Data da Publicação:** 25 de outubro de 2018.

A inauguração da maior ponte do mundo na China, na última terça-feira (23), foi o principal assunto no começo da semana. A infraestrutura de 55 km, que liga Hong Kong-Zhuhai-Macao, demorou nove anos para ser construída e servirá para garantir o plano da China de transformar o Delta do Rio das Pérolas em um centro tecnológico e industrial importante para o país.

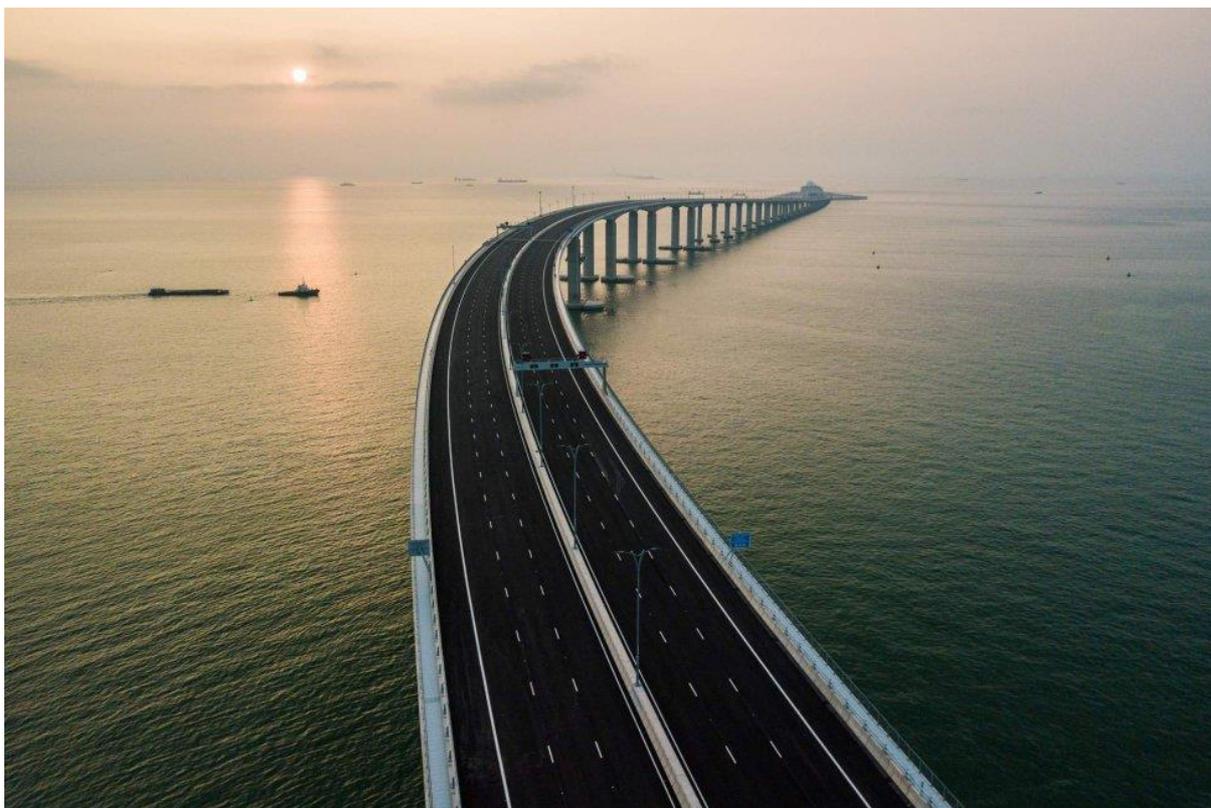
A empreiteira responsável foi a China Communication Construction Company International (CCCC), sócia majoritária do **Porto São Luís**, que fica na comunidade Cajueiro, próximo à Vila Maranhão, na capital maranhense. Em conjunto com a WPR, a CCCC deve investir mais de R\$ 800 milhões no local em infraestrutura portuária.

A primeira fase do Porto está prevista para ser concluída em quatro anos. Estima-se que nesse período sejam gerados 2,5 mil empregos diretos, além de milhares de outros empregos indiretos. A pedra fundamental foi lançada em março deste ano e o pico de obra está previsto para ocorrer entre junho de 2019 e abril de 2021.

A Concremat e a Second Harbour Engineering, que é uma empresa do grupo CCCC especializada em construção de infraestrutura pesada, também está envolvida no empreendimento. A construção será feita no modelo EPC (sigla em inglês para engenharia, aquisição e construção), tendo a Concremat como líder. A obra abrange área de dois milhões de metros quadrados onde serão construídos seis

berços de atracação, sendo quatro na primeira fase.

Para os investidores do projeto, o Maranhão foi escolhido por uma série de fatores naturais, além do crescimento que o estado vem apresentando.



*A maior ponte sobre o mar construída no planeta. (Foto: ANTHONY WALLACE -AFP)*

© 2002 - 2018. Todos os direitos reservados

Fonte: Disponível em:

<https://oimparcial.com.br/cidades/2018/10/construtora-da-maior-ponte-do-mundo-tem-obra-de-quase-1-bilhao-no-ma/>.

**ANEXO E – Blog Cajueiro Resiste: “Empresa que ameaça acabar com comunidade no Maranhão ganha autorização do governo federal para construir porto”**



**quinta-feira, 7 de janeiro de 2016**

Empresa que ameaça acabar com comunidade no Maranhão ganha autorização do governo federal para construir porto

**Empresa que ameaça acabar com comunidade no Maranhão ganha autorização do governo federal para construir porto, saudada pelo Governo Estadual e pela oligarquia Sarney**

O governo pode até dialogar com as comunidades...



mas na hora de atender os pleitos...



os poderosos é que são beneficiados (secretário estadual de indústria e Comércio, que ouviu demandas sobre o Cajueiro e Reserva de Tauá-Mirim, com o ministro de Portos, Helder Barbalho, e outros políticos, quando a famigerada WPR/WTorre obteve autorização do governo federal para construir terminal em São Luís).

Assinada nesta quarta-feira, 6 de janeiro de 2016 na Secretaria de Portos da Presidência da República em Brasília, a autorização para construção e exploração de terminal portuário privado em São Luís do Maranhão, pela empresa WPR São Luís, subsidiária da gigante da engenharia/construção civil WTorre, é um exemplo categórico da manutenção de privilégios aos poderosos, tanto no âmbito nacional, quanto no local, em que empresas que se utilizavam de esquemas nada transparentes durante os governos capitaneados pela Família Sarney seguem agindo da mesma forma no estado, agora governado pelo PC do B de Flávio Dino.

A WPR ficou conhecida na capital do Maranhão em 2014, quando promoveu uma série de ataques para expulsar a comunidade tradicional do Cajueiro do local onde pretende construir seu porto. Sua dona, a WTorre, não tinha seu nome citado nessas transações, talvez para não atingir sua marca com o trabalho sujo desempenhado pela sua subsidiária. Entre esses ataques, destacam-se o uso de seguranças privados agindo com intimidação na comunidade, tentativa de instalação de cancelas para proibir os pescadores de terem acesso ao mar, derrubada de casas dos moradores, conluio com políticos, o que permitiu uma posteriormente suspensa concessão de terras no apagar das luzes dos governos ligados à Família Sarney.

As irregularidades não param por aí. Exemplo disso foi a audiência pública realizada no quartel da Polícia Militar do Maranhão em outubro de 2014, durante o Governo Roseana Sarney, com o intuito de impedir a participação popular.

Com a forte resistência por parte dos moradores, o governo eleito foi acionado, e acompanhou, em diversas reuniões, antes mesmo da posse, o drama destas famílias. Depois da troca de comando do Governo do Estado, as reuniões prosseguiram, com a comunidade sendo ouvida sem, no entanto, ter uma solução última que lhe garantisse tranquilidade de seguir habitando o local onde secularmente está localizada. No território do Cajueiro situa-se o mais antigo lugar de culto afro na Ilha do Maranhão, o Terreiro do Egito, que deu origem a vários terreiros que se espalharam não apenas no Estado, mas por outras partes do mundo. A construção do Porto é, também, uma grave ameaça a essa história, tendo sido denunciada pela Caminhada realizada no final de 2015 por vários líderes de terreiros na região.

Com as conversas em andamento junto ao Governo do Estado, pensou-se que o direito das pessoas seria finalmente reconhecido e respeitado.

Entretanto, as ações não se concretizaram, a suspensão não foi transformada em cancelamento da licença prévia para instalação do empreendimento, embora diversas entidades e advogados apontem as irregularidades do processo. Ao contrário: a falta de transparência na condução dessa questão segue o mesmo rito do governo anterior: a Comissão Pastoral da Terra (CPT/MA) já por diversas vezes solicitou vistas do processo na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, sem sucesso. Os pedidos formulados pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão tiveram o mesmo destino. Dessa forma fica claro que não apenas os governos federal e estadual devem satisfações à sociedade, como esse tipo de procedimento, envolto numa cortina de fumaça, favorece a empresa, que deve ter passado a contar com o apoio dos atuais ocupantes do Palácio dos Leões, tal como

tinha nos tempos dos governos anteriores.

Outra medida que aponta nesse sentido é que até o legítimo direito de protestar contra essa situação é negado ao Cajueiro: em novembro do ano passado, a comunidade decidiu interromper o tráfego na BR 135, o que já havia feito antes (inclusive com participação e apoio de integrantes do atual governo), mas foi duramente reprimida com o deslocamento de várias viaturas das polícias Militar e Rodoviária Federal, que impediram que qualquer denúncia pública fosse feita com a ocupação da via.

### **Dilma, Flávio Dino, Lobão, Sarneys, Barbalhos: responsáveis pela iminente morte da comunidade do Cajueiro para beneficiar uma empresa eivada de suspeições**

A WPR/WTorre é inimiga do Maranhão, disso não restam dúvidas. Em que pese essa verdade, os poderes constituídos rompem com a democracia ao beneficiar a WPR/WTorre em detrimento da sociedade, como visto na cerimônia realizada no dia 6 de janeiro em Brasília para autorizar a construção e instalação de seu porto em São Luís. Ao ato de assinatura dessa autorização (em que pese isso ter sido trombeteado como uma das tábuas de salvação do governo em meio à crise, a cerimônia foi realizada a portas fechadas e longe do povo, visto como empecilho para a consolidação desse crime), compareceram um conjunto significativo de quem saúda um empreendimento desses, responsável pela provável morte e desaparecimento de mais uma comunidade na Ilha do Maranhão: estiveram presentes o secretário estadual de Indústria e Comércio, Simplício Araújo; o senador Edison Lobão, prócer da oligarquia Sarney e suposto adversário do governo estadual, às voltas com denúncias de corrupção em sua passagem pelo Ministério de Minas e Energia do Governo Dilma Rousseff; e o secretário de Portos da Presidência da República, Helder Barbalho, da oligarquia paraense cuja família dispensa maiores apresentações.

A forma em que se deu essa cerimônia, longe do povo, é, como dissemos, bem representativa de quem beneficiado pelo ato e de quem será sacrificado por ele. A empresa, que deveria ser investigada pela sua atuação autoritária e policialesca na área sem que tivesse competência para tal, é premiada, mesmo tendo sido a responsável pelo choro de crianças, de pais e mães de família, que desmentem seu discurso de que chega para ajudar e desenvolver o Estado (outra coisa que devia ser investigada era a propriedade que ela diz ter da área ocupada há muito tempo pelas famílias, mas o que acontece, como se vê, é justamente o contrário).

Além disso tudo, não se menciona que o “investimento” da WTorre no porto que pode acabar com o Cajueiro pode não passar de mera aventura dessa corporação. Isso porque, embora atue na construção de armazéns, essa seria, segundo o jornal Valor Econômico de 6 de janeiro de 2016, a primeira investida do grupo na construção e operação portuária.

Outro fato que não se leva em consideração é o grande endividamento do grupo, que fez com que abrisse mão de outros investimentos, pondo à venda sua participação em *shopping centers* numa tentativa de diminuir esse *déficit*. Seria esse mais um caso em que o povo do Maranhão é sacrificado em nome de aventuras que depois se revelam grandes calotes, como aconteceu, por exemplo, no mal-afamado polo de confecção de Rosário, na refinaria da Petrobras, e outros empreendimentos? Até nisso a esperada mudança de rumos do Governo do Estado se limitaria a ser mais do mesmo daquilo que infelizmente já vimos e vivemos? Como os governos federal e estadual se lançariam a essa aventura, rifando uma comunidade inteira para entregar uma área a uma empresa que estaria apenas experimentando novos investimentos? E mais: com que dinheiro seria construído esse porto, já que a WTorre está endividada? Mais uma vez o dinheiro público seria desviado para atender interesses privados, em pleno momento de crise? Essas perguntas precisam ser respondidas pelos envolvidos, tanto nas esferas local quanto federal, e também pela empresa, em nome da transparência, e para que não se sacrifique novamente os maranhenses para atender tenebrosas transações.

### **Governo Local deve explicações**

Além disso, resta ao Governo do Estado responder publicamente várias questões envoltas na mais total falta de transparência em relação a esse

assunto: o que foi feito do processo para implantação desse terminal portuário, que a Secretaria de Meio Ambiente se nega a dar vistas? Ainda está em vigor a suspensão da licença que fora dada pelo governo anterior? Quais dados objetivos fizeram mudar sua visão em relação à atuação da WPR no Estado? Se não mudou, por que silencia enquanto a WPR segue sua trajetória de desrespeito à autonomia do Maranhão? Por que não ouve a população em relação a questões como essa? Cadê o diálogo?

Como vimos nas questões levantadas acima, o governo deve respostas ao Maranhão que o elegeu.

E segue sem dá-las não é de hoje, já que há muito essas perguntas ecoam. Em setembro do ano passado, em cerimônia realizada no Palácio dos Leões, sede do governo maranhense, com a participação de vários setores da Igreja Católica e vários secretários de estado (aguardado, o governador mandou dizer que não iria), ao ouvir nova cobrança sobre o Cajueiro e a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (a criação dessa unidade de conservação na zona rural de São Luís pode ser uma forma de assegurar tranquilidade às famílias da região ante ao avanço predatório das indústrias poluentes na área, que tem feito desaparecer inúmeras comunidades – o processo está concluso aguardando assinatura da presidenta da República, e até hoje não conta com o respaldo do Governo Estadual, tal como aconteceu durante os governos de Roseana Sarney), os representantes do governo, que antes se mostravam propensos à criação da Reserva, limitaram-se a, titubeantemente, responder que a questão era mais complexa do que se mostrava, já que aquela era uma área de interesse do grande capital internacional, que vinha exercendo grande poder de pressão contra a instalação da Reserva Extrativista.

Nenhum deles pode alegar desconhecimento desse pleito, apresentado aos representantes do atual governo em todas as reuniões em que assuntos como a Reserva Extrativista e a situação do Cajueiro foram tratados. O próprio secretário de Indústria e Comércio, que esteve em Brasília no ato de autorização da construção do porto, declarou, num desses encontros, ainda no início de 2015: “Não há um dia aqui que não tratemos sobre Resex de Tauá-Mirim”. Entretanto, o que fica é a indicação de que o governo local pode até dialogar com as comunidades, mas na hora de atender os pleitos, os poderosos é que são beneficiados. Assim, até hoje, a Reserva não conta com o apoio do governo estadual para sua criação. Atualmente, tal como nos tempos de Roseana Sarney, o tratamento dispensado é o mais profundo silêncio, como se não existissem nem a demanda, nem as comunidades.

Diante de tudo isso, resta saber se o Governo do Maranhão vai realmente abrir mão de sua autonomia em razão da pressão dos interesses externos. Se o Brasil vai baixar a cabeça, e também abrir mão de sua soberania em razão de interesses que não são seus, que não são planejados aqui, para beneficiar os sugadores de sempre. Foi para isso que se trocaram os comandos nos palácios, para seguir na mesma submissão a velhos esquemas? Será dada continuidade a um modelo de exploração colonial, em que somos vistos apenas como rota de passagem das riquezas aqui exploradas em razão de interesses externos? A promessa não era justamente o contrário disso, de assegurar a altivez do nosso povo, de termos nas mãos o poder de decidirmos nosso destino? Seguirão nos calando e sacrificando por causa de interesses que nos são alheios, sob a eterna mentira do desenvolvimento, que nunca nos atende? Seguirão nesse modelo de economia de enclave, com o qual prometeram romper e que está fortemente representado nesse projeto que ameaça a comunidade do Cajueiro?

Infelizmente, a julgar pela ação do governo em relação a outras demandas populares, a solução que resta ao povo é uma só: resistir a esses ataques. Nessa mesma reunião, ao responder à cobrança em relação aos ataques feitos por latifundiários, madeireiros, grileiros em terras indígenas, quilombolas e de camponeses no Estado, a área de segurança pública anunciou que dentro em breve daria a resposta com uma grande ação de repressão a esses ataques. O que se viu de lá para cá, foi o aumento do número de assassinatos de lideranças do campo, dos incêndios criminosamente provocados por esses agentes em terras indígenas, a invasão de aldeias por madeireiros que se servem criminosamente da extração em áreas de preservação. Ninguém foi preso pelos assassinatos. Ninguém foi preso pelos incêndios. Os invasores das aldeias passeiam livremente nas cidades do interior.

## Resistência

A coragem já demonstrada pela comunidade do Cajueiro dá mostras de que esse não é o fim dessa história. A resistência está nas veias da comunidade. Uma mostra disso é o vídeo feito pela pequena Daniele, que teve sua casa derrubada pela empresa às vésperas das festas de fim-de-ano, em 2014, e que voltou a interpelar a primeira-dama de São Luís recentemente, entregando em suas mãos uma “carta a Papai Noel”, em que conta o seu drama. O atual prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, é afilhado político do governador, e sua principal ação até o momento na cidade foi seu esforço em aumentar passagens de ônibus e alterar o plano diretor da cidade para beneficiar indústrias suspeitas e poluentes, e gigantes da construção civil (entre estas possivelmente a própria WTorre, que atua no setor), com apoio do empresariado local que se vê como destinatário das migalhas que podem cair das mesas das multinacionais que podem acabar com o Maranhão.

A todos os que sofrem esse processo violento, que segue beneficiando os privilegiados de sempre, resta senão a alternativa da resistência. Os ataques são articulados (o porto será utilizado para escoar produto da expulsão de outras comunidades no interior do estado, por exemplo). A resposta, então, também deve ser articulada!

Aos assassinos do povo e seus cúmplices, onde quer que estejam, uma sinalização: nenhuma dessas batalhas está ganha por vocês e não, vocês não prosperarão em seus ataques. Em memória das comunidades já varridas dos mapas. Em memória das lideranças que viraram mártires. Em resposta a suas promessas falsas que ao final redundaram em mais do mesmo. Não passarão.

## #CajueiroResiste

Postado por [Debate e Luta Popular](#) às 21:06



Tema Simples. Tecnologia do [Blogger](#).

Fonte: Disponível em: <<http://cajueiroresiste.blogspot.com/>>.

**ANEXO F** – Blog Pra Quem Não Sabe: “Comunidade do Cajueiro, uma das mais importantes do Maranhão e do Brasil, está ameaçada de extinção!”

CIDADE, DENÚNCIA, DESTAQUES, DIREITOS HUMANOS

# Comunidade do Cajueiro, uma das mais importantes do Maranhão e do Brasil, está ameaçada de extinção!

□ 20DEDEZEMBRODE2017

  
praquemnaosabe



Esta postagem é uma convocatória para a ocupação que acontecerá nesta quinta-feira, dia 21 de Dezembro de 2017, em frente ao Palácio dos Leões (Centro Histórico de São Luís), **pela defesa da Comunidade do Cajueiro e pela Criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim** com concentração às 6 h!



#praquemnaosabe desde o ano de 2014, a comunidade Cajueiro, que se constitui como comunidade tradicional da zona rural de São Luís, passa por um conflito direto com a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., subsidiária da empresa de engenharia e construção civil W Torre, visando a construção de um porto privado que atenderá diretamente aos interesses do agronegócio e de grandes corporações econômicas, ameaçando gravemente a permanência desta comunidade e de seu modo de vida.

Este absurdo compromete a vida de centenas de famílias que vivem ali e tiram seu sustento através da agricultura familiar, além da região ser um sítio arqueológico, ter fontes de água potável, manguezais, ecossistemas riquíssimos e abrigar o Terreiro do Egito, importantíssimo para a história das religiões de matriz africana no Maranhão, Brasil e no Mundo!

Conforme foi noticiado pela imprensa e nas redes sociais do Governador do Estado do Maranhão, no dia 05 de abril de 2017, o senhor Flavio Dino (PCdoB) participou de solenidade de assinatura de acordo de investimento entre a WPR e a China Communications Construction Company (CCCC), com vistas à construção e exploração de terminal portuário privado em São Luís, Maranhão.

### [Empresa chinesa assina acordo de investimento para construção de Porto em São Luís](#)

A demonstração de apoio ao empreendimento, demonstra uma posição controversa do Governo do Maranhão, que outrora se mostrou em diálogo com a comunidade. Mesmo com todas as retaliações, a comunidade Cajueiro segue resistindo!



A WPR é alvo de investigações do Ministério Público e da Defensoria Pública do Maranhão por suspeitas de crimes de improbidade administrativa na compra do terreno que estaria dentro da área de proteção ambiental da Reserva Extrativista Tauá-Mirim. O projeto do porto da WPR recebeu investimentos de R\$ 1 bilhão e conta com o apoio dos políticos do Maranhão, inclusive do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho.

### [W Torre diz que reserva Tauá-Mirim é um entrave ao Maranhão](#)

### [7 Mentiras sobre Porto no Cajueiro: Prefeitura de São Luís se junta à WPR contra população](#)

No dia 05 de Outubro de 2016, quarta-feira, o juiz Douglas de Melo Martins determinou a suspensão das obras de instalação do terminal portuário da WPR SÃO LUÍS GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS LTDA,

bem como do processo de licenciamento ambiental do empreendimento. A decisão atendeu a pedido da Defensoria Pública veiculado na [Ação Civil Pública nº 54319-71.2014.8.10.0001](#) movida contra a WPREo Estado do Maranhão.



Na decisão, o juiz considerou que a certidão de uso e ocupação do solo concedida em favor do empreendimento está **suspensa** por decisão do TJMA e que, portanto, o **Estado do Maranhão não poderia dar continuidade ao licenciamento ambiental**, já que a certidão é documento indispensável ao processo de licenciamento.

Douglas Martins ressaltou, ainda, que se deve ter cautela quanto à continuidade das obras.

*“Destaque-se somente que, caso não seja suspenso o licenciamento, **os danos ambientais causados serão de grande monta**, porquanto se trata de **empreendimento causador de significativo impacto ambiental**.”*, pontou o juiz. Sobre a necessidade de se prevenir danos ambientais, o magistrado destacou ser *“primordial que, na tutela do ambiente, evite-se a ocorrência do dano. E, no caso dos autos, em que há dúvida sobre a viabilidade locacional do empreendimento, permitir-se que este se desenvolva é assumir um risco com grande potencial degradador, cuja postura vai de encontro ao princípio da prevenção.”*

Porém, isto é o que vem ocorrendo na comunidade:

[Desmatamento avança para construção de porto no Cajueiro. Centenas de organizações já haviam alertado para desgraça que isso representaria](#)

Mais de uma centena de movimentos sociais, populares, culturais, estudantis, sindicais, povos e comunidades tradicionais, uniões de moradores, grupos de pesquisas, coletivos, organizações religiosas, mandatos parlamentares, entre outros, de todas as partes do Brasil, **DENUNCIAM E REPUDIAM** as manobras da corporação W Torre, em conluio com políticos e autoridades locais e nacionais, para fazer a comunidade do Cajueiro, em São Luís do Maranhão, ser **VARRIDA DO MAPA**, e se **APROPRIAR** do seu território.

No ano passado, 2016, o [Coletivo Nódoa](#), com o apoio dos Núcleos em Assessoria Jurídica Universitária Popular (PAJUP e NAJUP) e o [Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente \(GEDMMA\)](#) realizaram diversas oficinas na comunidade a fim de colaborar com a resistência dos moradores e agregar forças às suas lutas.

Veja a Carta Aberta das religiões de Matriz Africana em Defesa do Cajueiro e do Terreiro do Egito  
PELO TERREIRO DO EGITO E TERRITÓRIO DO CAJUEIRO

Nós, comunidades tradicionais de matriz africana, descendentes do Terreiro do Egito e as comunidades que compõem o território do Cajueiro – Guarimanduba, Parnauaçu, Andirobal e Cajueiro – vimos através desta Carta, manifestar nossa unidade em torno da defesa de nossa história, de nossos antepassados e de nossa herança cultural.

O território das comunidades tradicionais do Cajueiro está localizado na Zona Rural II de São Luís-MA, na porção sudoeste da Ilha, às margens da baía de São Marcos, sendo o acesso principal pela BR-135 nas proximidades da Vila Maranhão. O Terreiro do Egito, lugar sagrado para as religiões afro-brasileiras, cujas narrativas remontam ao Século XIX, é um dos mais antigos do Brasil e está situado no território do Cajueiro.

Pai Euclides da Casa Fanti-Ashanti, em seus escritos de memória e em entrevistas registradas em pesquisas nos contatos com o Terreiro do Egito era chamado de Ilê Nyame e que foi fundado nos meados de 1860-70 por Basília Sofia, uma negra, cujo nome privado era Massinocô Alapong, vinda de Cumassi, Costa do Ouro, atual Gana. Basília Sofia, teria chegado à São Luís em 1864 e falecido em 1911. A partir de 1912, o Terreiro passou a ser chefiado por uma outra negra, chamada Maria Pia, que o liderou por cinquenta e cinco anos.

Pai Jorge, do Ilê Ashé Yemowa-Abê ou 'Casa de Iemanjá', narra que o Terreiro do Egito era Jeje-Nagô e Cambinda sendo responsável pelo surgimento de várias linhas de encantados no Tambor de Mina (Família de Marinheiros, Botos, Sereias, Bandeira, Gama, entre outras). Diz também que antes da abolição, a localidade era um quilombo, "um esconderijo de negros fugidos" e que ficava numa ponta de terra por trás do local onde foi construído o Portão de Itaqui, no alto de um morro, no centro do terreno, também chamado de 'Pontão do Quilombo do Egito'; esse terreiro foi assentado por velhas africanas com os voduns: Lissá, Vó Missã, Navezuarina, Xapanã, Ewá e Toy Averequete. O terreiro do Egito é, portanto, a memória viva de muitos terreiros.

Pai Euclides, assim como Pai Jorge, fala que o morro onde se situa o Terreiro, serviu de quilombo, pois para lá iam negros embarcados fugidos da opressão, das regiões de Cururupú, Guimarães, entre outras. A senhora Maria José Araújo, a mais antiga moradora do Cajueiro, hoje com mais de 90 anos, lembra, assim como Pai Euclides e Pai Jorge, que inúmeros praticantes do Tambor de Mina da Ilha de São Luís e de outras regiões frequentavam o Terreiro do Egito, um lugar onde poderiam realizar seus cultos, já que se tratava de um local mais distante da cidade, para onde se deslocavam principalmente de embarcações, dada a dificuldade de acesso por terra naquela época. Assim como estes, os seus descendentes continuam buscando na memória a história, as nossas histórias, e nas imagens que tinham de cima do morro, navirada da noite de 12 para 13 de dezembro, quando os(as) encantados(as) apareciam e avisavam que o navio iria chegar, e ao som dos tambores e cânticos, avistava-se o Navio de D. João, iluminado!

Os registros apontam que Pai Euclides é da primeira geração dos descendentes do Terreiro do Egito e ficou responsável pela Casa Fanti-Ashanti até 2015 quando faleceu. Há, entretanto, outros descendentes da primeira geração que por sua vez foram constituindo seus próprios terreiros, surgindo novas gerações de mães e pais de santo. Para citar alguns pais e mães de santa da primeira geração do Terreiro do Egito, temos Mãe Margarida Mota (Lira), Pai Jorge Itacy de Oliveira (Fé em Deus), Pai Manuel Curador (Pão de Açúcar), Pai Zacarias (Maioba), Memê (de Guimarães), Rafina (do Cajueiro), todos(as) já falecidos(as), mas que seus descendentes continuam a manter viva a religião e a memória destes.

A defesa pela preservação e reconhecimento como lugar sagrado do Terreiro do Egito, não é uma luta isolada! Confunde-se com a nossa luta pela defesa do território do Cajueiro onde está situado. Batalha que vem sendo travada há décadas, por homens e mulheres de coragem, verdadeiros

guardiões desse território, mas que vêm sofrendo ameaças e violências e intimidações de todo modo por aqueles que querem dele se apropriar, torná-lo mercadoria: ameaça por deslocamento para instalação de indústrias e empreendimentos portuários, ameaças pela poluição ambiental, ameaça pela destruição dos bosques de mangue que protegem o território sagrado. Nossos peixes, nossa água, nossos rios e igarapés, nossos oloeoarques respiramos, são fundamentalmente, elementos conectados com a vida comunitária nesse território étnico. Somos uma comunidade e não queremos sair do lugar onde nascemos, crescemos e nos tornamos comunidade: somos pescadores e pescadoras, lavradores e lavradoras, extrativistas, somos povos tradicionais, remanescentes de quilombos! Exigimos políticas sociais voltadas à pesca e a agricultura, exigimos escolas, serviços de saúde, melhorias e pavimentação da estrada, melhorias nos transportes, fiscalização às empresas poluidoras por parte dos governos; exigimos a preservação da natureza e o respeito ao nosso modo de viver, ao nosso modo de ser e de sonhar, de praticar nossas religiões livremente!

Ao entorno do Terreiro do Egito, além do Cajueiro, há inúmeras comunidades centenárias que lutam pelo reconhecimento de seus direitos e já declararam criada em maio de 2015 a Reserva Extrativista de Tauá- Mirim, uma modalidade de Unidade de Conservação prevista em Lei que garante a permanência das comunidades em seus territórios e vem ao encontro dos anseios em preservar o Terreiro do Egito. A assinatura do Decreto Presidencial para instalação da Reserva Extrativista, ainda aguarda uma decisão política através de uma carta de anuênciado Governador Flávio Dino. Em toda diáspora afro – americana, o Maranhão se configura pela singularidade de ter sido o único local no qual o Tambor de Mina se constituiu como religião matriz dos cultos africanos, fundada em meados do século XIX na capital. O Terreiro do Egito, juntamente com a Casa das Minas, a Casa de Nagô e o Terreiro da Turquia, são as matrizes das comunidades afro-religiosas no Estado. O Terreiro do Egito é um lugar sagrado e merece ser respeitado; é um símbolo de resistência, pois enfrentou os limites impostos por uma sociedade marcada pela escravidão; enfrentou todos os tipos de intolerância religiosa e cultural. Resistiu e resistirá! Seus herdeiros hoje lutam pelo seu reconhecimento, pela sua importância para o povo do Maranhão e para a história do Brasil.

São Luís, 22 de Novembro de 2015  
Comissão de representantes do Terreiro do Egito

[Manifesto Internacional contra apoio do governo maranhense à construção de porto no lugar da comunidade Cajueiro](#)

[Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu emite nota de apoio à comunidade do Cajueiro](#)

**Veja a Nota de Apoio do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos às comunidades atingidas pela construção de terminal portuário privado em São Luis (MA)**

As entidades de direitos humanos, organizações sociais e movimentos sociais que constituem o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH) manifestam seu

integral apoio às Comunidades Cajueiro, Embaubal, Jacamim, Ilha Pequena, Amapá, Portinho, Tauá-Mirim, Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Sítio São Benedito, Porto Grande, Vila Maranhão e Mãe Chica, situadas em São Luís (MA), que há anos resistem à construção de porto privado, pela empresa WPR, com o integral apoio do governo do estado do Maranhão.

Tais comunidades, com mais de 15 mil habitantes, estão situadas na zona rural de São Luís e são protegidas pelos termos do decreto no 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.

Desde 2007, os territórios onde estão localizadas as referidas comunidades passaram a compor a área proposta para instalação de uma reserva extrativista (Resex Tauá-Mirim), ou situavam-se no entorno dessa área, cujo processo de criação está paralisado, todavia, por decisão unilateral do governo do estado do Maranhão de construir um porto privado na referida região.

Ressaltamos que, no ano de 1998, o governo do Maranhão, por meio do Instituto de Terras e Colonização (ITERMA), implantou um assentamento e promoveu a regularização da área para 103 famílias que nela residiam, transferindo-lhes a propriedade mediante escritura pública condominial, devidamente registrada.

Contudo, sabendo da existência da comunidade tradicional no local, e dizendo ignorar o título de propriedade outorgado pelo estado do Maranhão, a WPR, no ano de 2014, adquiriu, perante a empresa BC3 HUB MULTIMODAL INDUSTRIAL LTDA, parte da área ocupada pela comunidade Cajueiro e desde então tem promovido uma série de violências contra as comunidades.

A empresa WPR São Luís passou a pressionar os membros da comunidade, por meio de ações arbitrárias e abusivas, a desocuparem suas áreas de moradia e trabalho, impedindo o livre exercício da posse da terra, proibindo os membros da comunidade de acessarem a praia de Parnauçu, bem como, de realizarem novas plantações e construções, impedindo também a livre circulação pelas vias existentes no local. Fez uso de vigilância particular, pistoagem, quebrando a única bomba de água que abastecia a comunidade. Assim, a comunidade registrou mais de 17 boletins de ocorrência sem nenhum resultado concreto apresentado pela Secretaria de Segurança até o momento.

No início do mês de novembro de 2017, com autorização da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão (SEMA), a empresa promoveu a retirada da vegetação, inclusive babaçu e palmeira sagrada, que serve para reprodução de centenas de pássaros silvestres e para os sustento dos extrativistas, cuja derrubada está proibida pela lei estadual 4.734/86.

As comunidades tradicionais estão fortemente ameaçadas pelo empreendimento, pois têm como principais atividades econômicas a pesca artesanal, a agricultura familiar e o extrativismo vegetal. Se as ações de construção do referido porto forem realizadas, haverá violento deslocamento compulsório das famílias tradicionais e o aniquilamento de direitos humanos, como alimentação adequada, moradia, destruição de saberes e tradições que remontam há mais de 100 anos.

Assim, manifestamos solidariedade à resistência dessas famílias e nos somamos ao seu grito de exigência por um posicionamento do governo do estado do Maranhão, para que suspenda as licenças outorgadas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão (SEMA) e paralise qualquer atividade de supressão vegetal, construção e remoção forçada de moradores, bem como, que seja retomado o processo de instalação da reserva extrativista de Tauá-Mirim e a devida investigação das violências cometidas pela empresa contra as famílias, todas devidamente registradas em delegacia.

Brasilia, 19 de dezembro de 2017  
Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos

<http://comiteddh.org.br/>

O que se espera de tudo é que se faça justiça e a Comunidade do Cajueiro não seja extinguida, o que significará uma perda irreparável para as famílias ali presentes há vários anos e para o Maranhão, Brasil e o mundo inteiro, por conta da importância histórica que tem este lugar.

É desumano, é brutal, é imperdoável a forma ignorante que o Governo do Maranhão tem tratado as comunidades tradicionais, ameaçadas ao longo dos anos e que fazem o Maranhão ser Maranhão. E o governo atual, que prometia ser a mudança, só tem reproduzido práticas antigas da oligarquia que sempre atacou.

Portanto, é mais que necessário que a sociedade maranhense abrace esta causa e engrosse o caldo nas manifestações contrárias à instalação do porto e favoráveis à permanência das famílias que integram a comunidade do Cajueiro e à segurança da história do Maranhão!

**Reforçando:** nesta quinta-feira, 21 de Dezembro, acontecerá a ocupação em frente ao Palácio dos Leões, no Centro Histórico, a partir das 6h da manhã!

Divulgue este material e convoque todos!

*Este texto foi produzido extraindo informações de postagens no Facebook do Coletivo Nódoa e de matérias dos sites [cajueiroresiste.blogspot.com.br](http://cajueiroresiste.blogspot.com.br), [kamaleao.com](http://kamaleao.com), Movimento de Defesa da Ilha e os diversos portais que foram linkados ao longo do texto.*

Posted in [Cidade](#), [Denúncia](#), [Destaques](#), [Direitos Humanos](#)

## CATEGORIAS

Aproveite a Cidade (3) [Cidade](#) (1)

[Cultura](#) (3)

[Denúncia](#) (1)

[Destaques](#) (4)

[Direitos Humanos](#) (1)

[Fricções Locais](#) (2)

[Música](#) (2)

[Pra Não Esquecer](#) (1)

## TAGS



© 2018 Pra Quem Não Sabe

Fonte: Disponível em: <<http://praquemnaosabe.com.br/blog/comunidade-do-cajueiro-uma-das-mais-importantes-do-maranhao-e-brasil-esta-ameacada-de-extincao/>>

**ANEXO G** – Brasil de Fato: “A luta travada pela comunidade de Cajueiro (MA) pelo direito de continuar existindo”

INÍCIO **GERAL**

## **A luta travada pela comunidade de Cajueiro (MA) pelo direito de continuar existindo**

Moradores enfrentam a WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais para evitar a construção de um porto privado na região

Pedro Ribeiro Nogueira, Da Pávia, especial para o Brasil de Fato, 24 de Abril de 2018 às 15:59



Pesca artesanal, caça de pequenos animais, agricultura familiar e extrativismo são algumas das principais atividades econômicas de Cajueiro

Ingrid Barros / Pávia

Na zona rural de São Luís (MA) fica a comunidade de Cajueiro, com cerca de 500 famílias. O território é marcado por constantes conflitos: a área está cercada por fábricas de cimento, por uma usina termoelétrica, duas fábricas de fertilizantes, usinas e refinarias da Vale, cuja estrada de ferro passa ao lado.

Em consequência, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cajueiro está localizada numa das áreas mais pobres e desiguais do país e também é uma das mais poluídas - 4,5 vezes mais poluída que Cubatão (SP) nos anos 1990.

A *Pavio*, em especial para o *Brasil de Fato*, foi até a região e, neste vídeo documentário aborda a mais recente batalha dos moradores e moradoras contra a WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais - que tem como acionista majoritária a empreiteira W/Torre, a mesma que levantou o estádio Allianz Park e o complexo JK Iguatemi em São Paulo (SP) -, para evitar a construção de um porto privado em cima de áreas de mangue e da própria comunidade.

Um dos impasses está no direito à propriedade. Apesar de a comunidade estar regularmente assentada pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), a empresa alega ser proprietária de boa parte da localidade. Os moradores de Cajueiro e o MPF alegam que o consórcio tenta driblar as legislações ambientais e de zoneamento para colocar de pé seu projeto de R\$ 1,5 bilhões em parceria com o conglomerado China Communications Construction Company (CCCC).



*Foto: Ingrid Barros / Pavió*

Recentemente, a região, que vive da pesca artesanal, da caça de pequenos animais, da agricultura familiar e do extrativismo, conseguiu com a ajuda do Ministério Público Federal (MPF), suspender temporariamente as obras de implantação do terminal portuário. Mas, entre idas e vindas, a empresa começa a derrubar matas e casas, prometendo empregos e desenvolvimento local. A reportagem entrou em contato com a WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, mas não obteve retorno até o fechamento.

*Edição: Simone Freire*

Todos os conteúdos do Brasil de Fato podem ser reproduzidos, desde que não sejam alterados e que se dêem os devidos créditos.

Fonte: Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/24/a-luta-travada-pela-comunidade-de-cajueiro-ma-pelo-direito-de-continuar-existindo/>>.

**ANEXO H – Defesa da Ilha: “Cajueiro Resiste: Para Justiça do Maranhão, defesa do meio ambiente não é questão urgente”**

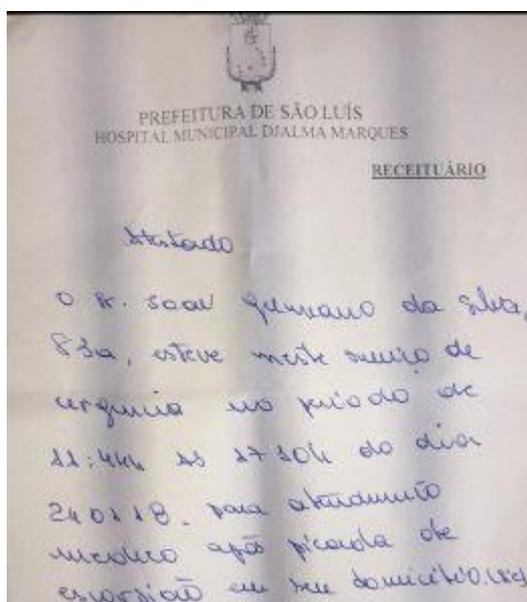


Cajueiro Resiste: Para Justiça do Maranhão, defesa do meio ambiente não é questão urgente

*Inacreditável.* Assim pode ser classificada a decisão da justiça maranhense, proferida pelo juiz Marco Antonio Netto Teixeira e referendada pelo desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, dada no final de semana, sobre o pedido da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, que solicitou ao plantão judiciário

a suspensão da retomada das obras do porto que a WPR/WTorre e sua parceira chinesa (CCCC) pretendem construir na comunidade do Cajueiro, em São Luís do Maranhão. *Mesmo o secretário de Meio Ambiente tendo assumido publicamente o compromisso de que as obras não seriam retomadas sem que antes o resultado dos estudos sobre impactos na área fossem apresentados à comunidade, as empresas mobilizaram homens e máquinas desde o início do último final de semana na região.*

A Defensoria requereu a suspensão porque até aquele momento não havia sido concluído e apresentado, como prometido, o laudo da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) sobre o impacto das obras no Cajueiro. A ansiedade inexplicável dos ditos investidores é tanta que nem aguardaram seus parceiros no governo estadual liberarem a retomada das obras.



A paralisação havia sido conseguida pela comunidade e militantes sociais após o início do desmatamento gerar *prejuízos graves no local*: infestação de animais peçonhentos que perderam abrigos nas matas e alojaram-se nas casas – seu Joca, morador do Cajueiro com mais de 80 anos de idade, teve de ser hospitalizado em razão de picada de escorpião; crianças não podem sair de casa para não serem também picadas por insetos ou cobras; a escola municipal teve aulas paralisadas porque as obras acontecem em seu quintal; vegetação protegida por lei foi desmatada sem previsão nos relatórios de impacto.

A comunidade protestou ainda no final do ano passado (2017), e a Sema assegurou a suspensão das obras até que seus laudos ficassem prontos e fossem apresentados pelo secretário à comunidade ouça a seguir (e veja AQUI (<https://www.youtube.com/watch?v=6i871LuRCzE>)).

## SECRETÁRIO DO GOVERNO DO MARANHÃO ASSUME COMPROMISSO

E NÃO CUMPRE – OUÇA (<https://soundcloud.com/debate-elutapopular/secretario-do-governoma-assume-compromisso-e-nao-cumpre>):

“*Coincidentemente*, a notícia que se teve nesta segunda-feira é que a Secretaria havia liberado o retorno das obras, após o judiciário não assegurar o cumprimento do acordo durante o plantão do final de semana sob a justificativa – *passe-se!* – de que o pedido da Defensoria *não demonstrava tratar de assunto de “grave prejuízo de difícil reparação”*”:



**REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**REQUERIDOS: WPR SÃO LUÍS GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS LTDA. e CCCC SOUTH AMERICA REGIONAL COMPANY**

Vistos e etc.

Trata-se de Tutela Provisória de Urgência de Natureza Cautelar, proposta pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, em face das empresas WPR SÃO LUÍS GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS LTDA. e CCCC SOUTH AMERICA REGIONAL COMPANY, requerendo que se imponha às demandadas a obrigação de não-fazer, consistente em se abster em dar continuidade aos serviços de remoção vegetal e de instalação do Terminal Portuário WPR São Luís, sem prévia conclusão e apresentação do laudo de vistoria técnica acerca do cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais.

**É, em síntese, o relatório.**

Diz o art. 62, inciso V, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão que “o plantão judiciário destina-se exclusivamente: ... V) à apreciação de medida cautelar, de natureza cível e criminal, que não possa ser apreciada no horário normal de expediente ou de caso em que da demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação”.

Percebe-se, de imediato, que o pedido não se adequa à matéria a ser pleiteada em sede de plantão judicial. Isso porque, o autor não conseguiu demonstrar a urgência do pleito requerido, fato que evidencia a possibilidade de propor a demanda no horário normal de expediente do judiciário.

Isso porque, consoante se nota dos documentos acostados aos autos e da própria narrativa dos fatos, não resta configurado o requisito essencial de matéria a ser analisada em Plantão Judiciário, qual seja, a urgência, conforme estabelecido pela Resolução CNJ nº 71/2009.

“Procurem a Justiça”

Talvez revelando um conluio dos poderes contra a resistência do Cajueiro, o secretário Marcelo Coelho, como se ouve no áudio acima, manda a comunidade procurar a justiça caso se sinta lesada com os impactos gerados pelo empreendimento em seus quintais, como se não tivesse a obrigação legal de fiscalizar, de ofício, as denúncias das irregularidades cometidas em matéria ambiental na localidade.

As duas decisões do último final de semana (27 e 28 de janeiro), contudo, não foram as únicas a materializarem o deboche que pode estar contido nas palavras do secretário de “meio ambiente”, tanto que há uma reclamação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o desembargador Ricardo Duailibe em razão da série de decisões proferidas no caso beneficiando a empresa sem levar e consideração fatos e decisões administrativas, e mesmo judiciais anteriores, além de dispositivos legais, que impediam uma interpretação tão favorável com as que ele tem tido em relação à WPR.

Em uma dessas suas decisões, o desembargador suspendeu o impedimento de continuidade das obras ordenado pelo juiz de primeiro grau em razão de a certidão de uso e ocupação do solo dada ao empreendimento se encontrar suspensa por decisão administrativa. Sem a certidão, não há como dar continuidade à construção do porto. O desembargador não levou isso em consideração: sem certidão de uso e ocupação do solo eficaz, não haveria como o reclamado (Ricardo Duailibe) suspender a decisão anterior, a não ser por *“manifesto interesse em beneficiar a parte”* (no caso, a empresa), registra a reclamação ao CNJ.

Outro desembargador já havia tentado validar a certidão de uso e ocupação do solo para a WPR, mas reconsiderou sua decisão após a Defensoria Pública apontar o impedimento legal. Não foi o que aconteceu dessa vez, o que levou à reclamação ao órgão nacional em razão de o reclamado violar *“seu dever de fazer cumprir, com exatidão, as disposições legais, colocando sob suspeita sua imparcialidade no presente caso”*.

Ricardo Duailibe foi feito desembargador em razão do chamado “quinto constitucional”, que reserva uma parte das vagas nos tribunais de justiça (estaduais e federais) não para juízes de carreira, mas advogados e procuradores e promotores, eleitos em lista tríplice. Antes de ser desembargador, exerceu a advocacia e é conhecido em São Luís também por ser um dos donos da Ricardo Duailibe Empreendimentos Imobiliários, corretora de imóveis.

Defensoria pede suspeição de desembargador

Além da reclamação ao CNJ, a Defensoria Pública pediu suspeição do desembargador, também com o intuito de que ele se abstenha, pelos motivos acima, de proferir decisões no caso do Cajueiro.

No pedido da Defensoria são expostos os motivos segundo os quais ele não poderia atuar nessas ações. Também são reiteradas as denúncias levadas até ao CNJ. Para a Defensoria, há a “deliberada intenção de beneficiar um dos polos da relação processual”

Não é a primeira vez que a suspeição do desembargador é pedida num processo. Em 2014, a promotora Lítia Cavalcante pediu sua suspeição em razão de ele ter suspenso a decisão da 4ª Vara da Fazenda Pública que determinou a nomeação de interventor para deflagrar o processo de licitação das linhas de transporte público da capital. A decisão da 4ª Vara contraria o Sindicato das Empresas de Transporte, o SET, abrindo o processo de licitação no transporte. Na ocasião ela apontou que o desembargador tinha sido advogado da Empresa São Benedito Ltda, filiada ao SET. *Quanto ao pedido da Defensoria no caso do Cajueiro*, o desembargador já se pronunciou sobre o assunto, alegando não haver qualquer obstáculo à sua atuação, e remeteu o pedido de suspeição para que a vice-presidência do Tribunal se pronuncie sobre ele.

Vale lembrar que, embora não seja um obstáculo legal à sua atuação, um dos advogados que atuou em nome da WPR guarda parentesco com o desembargador: Alfredo Duailibe intermediou, através do escritório Duailibe e Sauaia Advogados, a “aquisição” para a WPR de casas e terrenos na região, a valores irrisórios, como se vê abaixo (como se percebe, pessoas eram obrigadas a deixar suas casas, dadas como invasoras a quem a empresa estava “ajudando”!).

Vale anotar que a compra desses imóveis pode ser considerada ilegal, já que retirou a posse de pessoas que constam no título coletivo emitido em favor da comunidade

Fonte: Disponível em:

<<http://defesadailha.hospedagemdesites.ws/defesadailha/2018/01/30/cajueiro-resiste-para-justica-do-maranhao-defesa-do-meio-ambiente-nao-e-questao-urgente/>>.